

---

---

## REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua de Itabaianinha, 41  
49.000 - Aracaju - Sergipe  
Fundado em 6 de agosto de 1912

Presidente Honorário - Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado de Sergipe  
Dr. Antônio Carlos Valadares

### DIRETORIA PARA O BIÊNIO 1986 - 1988

Presidente: Prof<sup>a</sup> Maria Thétis Nunes  
Vice-Presidente: Engenheiro Fernando Figueirêdo Porto  
Secretário Geral: Dr. José Silvério Leite Fontes  
1<sup>o</sup> Secretário: Prof. Luiz Fernando R. Soutelo  
2<sup>o</sup> Secretário: Prof<sup>a</sup> Maria da Glória S. de Almeida  
1<sup>o</sup> Tesoureiro: Prof. Gerson Vilas Boas  
2<sup>o</sup> Tesoureiro: Engenheiro Emmanuel Franco  
Orador: Jornalista Luiz Antônio Barreto  
Coordenação da Revista: Prof<sup>a</sup> Maria Nele dos Santos

### PESSOAL ADMINISTRATIVO

Prof<sup>a</sup> Benemérita Barros Vilela  
Prof<sup>a</sup> Geovane Alves Neta  
Sr. Gustavo Paulo Bonfim

---

---

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

---

*Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução Nº 58 do Congresso Americano de Bibliografia e História de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.*



**N.º 29**  

---

**1983 1987**

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE  
NASCIMENTO DE



FLORENTINO TELLES DE MENESES

Nasceu em Aracaju - 7/11/1886  
Faleceu na mesma cidade - 20/11/1959  
Idealizador e Sócio-Fundador do Instituto  
Histórico e Geográfico de Sergipe

## APRESENTAÇÃO

*Desde 1912, quando foi fundado, o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE vem publicando uma Revista. Seus números constituem valiosa contribuição à Cultura Sergipana, sobretudo à sua História.*

*A atual Diretoria, ante a conjuntura econômico-financeira que vive o país, tem enfrentado grandes problemas para prosseguir na publicação da Revista. Desde o ano passado essa publicação se apresentava como desafio, desde quando seria parte das comemorações do Centenário de nascimento de Florentino Teles de Menezes, o idealizador dessa Instituição, cuja sobrevivência se deve ao seu idealismo e abnegação.*

*Mas foi possível, afinal, trazer à comunidade sergipana o nº 29 da Revista do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, graças ao BANESE, que o financiou. Aqui deixamos nossos agradecimentos à compreensão e ao apoio do seu Presidente, Economista ANTONIO CARLOS BORGES FREIRE.*

MARIA THÉTIS NUNES  
*Presidente*

## AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA EM SERGIPE – A FARINHA DE MANDIOCA

María Thêtis Nunes \*

(Capítulo inédito de **Sergipe Colonial**, livro em preparo)

Com a fixação do colonizador no território sergipano após a vitória de Cristóvão de Barros sobre os indígenas que ali habitavam, logo se iniciou o plantio das culturas de subsistência, conforme atestam os pedidos de concessão de sesmarias. Sob a denominação de “*mantimentos*”, “*lavouras*”, “*roças*”, desenvolveram-se as primeiras plantações de mandioca, milho, arroz, feijão, legumes e criação de aves, na maioria dos casos associadas à expansão dos rebanhos. Servindo-lhes de complemento, inicialmente essas lavouras expandiram-se pelos vales férteis dos rios Real, Piauí, Vasa-Barris, Poxim, Sergipe, Cotinguiba, Ganhamoroba, Siriri, Japarutuba. O desenvolvimento dos canais as iria empurrando para áreas semi-úmidas. Atendendo, de início, ao consumo local, à medida, porém, que foram surgindo os engenhos e os núcleos urbanos, esses produtos agrícolas passaram a abastecê-los, ao mesmo tempo que eram exportados para as colônias africanas, especialmente Angola e Costa da Mina, servindo para o comércio de escravos. Também destinavam-se à alimentação nos navios portugueses que zarpavam da Bahia.

As culturas de subsistência se tornaram importantes para a ocupação das regiões interioranas do agreste, intermediárias entre a zona da mata e a caatinga. Ocupação feita na base da pequena propriedade, cultivada por colonizadores que dispunham de poucos recursos, e que, geralmente, se localizavam

*“às margens dos latifúndios, ocupando, de preferência, os espaços menos providos de recursos naturais ou que apresentavam dificuldades de transporte. Os povoadores destas áreas eram aqueles que dependiam de apoio militar dos poderosos, mas que constituíam as forças que garantiam a defesa do território contra os indígenas e estrangeiros” (1).*

Entre essas plantas cultivadas se impôs a mandioca. Tubércula conhecida e utilizada pelos indígenas, dela existiam muitas variedades,

sendo algumas comestíveis como a *macaxeira* ou *aipim*, enquanto outras serviam, exclusivamente, para a fabricação da farinha, porque continham ácido cianídrico, venenoso, só eliminado quando ia ao fogo. Todos os cronistas coloniais se referem à sua importância na alimentação dos habitantes da terra.

Gabriel Soares de Souza, no valioso documento *NOTÍCIAS DO BRASIL* ou Tratado Descritivo do Brasil publicado em 1587, se detém largamente sobre a cultura da mandioca, sendo, do seu uso, grande apologista.

*"Dos 195 capítulos de sua obra, dedica ele nada menos de oito, isto é, quase 4%, à cultura, peculiaridades, transformação e consumo de mandioca, em comparação com os 5% dedicados a cana de açúcar, o que surpreende, de certo modo, por se tratar de um industrial de cana" (2).*

Ressaltando sua importância alimentícia, enfatizou:

*"E ainda digo que a mandioca é mais sadia e proveitosa que o bom trigo, por ser de melhor digestão. E por se averiguar por tal, os Governadores Tomé de Souza, D. Duarte e Mem de Sá não comiam no Brasil pão de trigo, por se não acharem bem com ele, e assim o fazem outras muitas pessoas" (3).*

Frei Vicente do Salvador afirmou:

*"Mas o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz da mandioca, que são raízes maiores que nabos e de admirável propriedade, porque se as comem cruas ou assadas são mortíferas peçonha, mas, raladas, espremidas e desfeitas em farinha, fazem delas uns bolos delgados, que cozem em uma bacia ou alguidar, e se chamam beijus, que é muito bom mantimento e de fácil digestão. Ou cozem a mesma farinha mexendo-a na bacia como confeitos, e esta se a tomam bem, dura mais que os beijus, e por isso é chamada **farinha de guerra, porque os índios a levam quando vão à guerra longe de suas casas. Os marinheiros fazem dela sua matalotagem daqui para o reino**" (4).*

Escreveu o autor dos *DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL*:

\* Prof. Titular do Departamento de História de UFS.

*"Os mantimentos de que se sustentam os moradores do Brasil, brancos, índios e escravos da Guiné, são diversos, uns sumamente bons e outros não tanto; dos quais os principais e melhores são três, e destes ocupa o primeiro lugar a mandioca, que é a raiz de um pau, que se planta de estacas, o qual, em tempo de um ano, está em perfeição de se poder comer; e, por esse mantimento se fazer de raiz de pau, lhe chamam em Portugal **farinha de pau**; é um excelente mantimento, e tal que se pode atribuir meritamente o segundo lugar depois do trigo, com exceder a todos os demais mantimentos, de que se aproveita o mundo" (5).*

Anteriormente, os cronistas franceses da França Antártica a descreveram minuciosamente, como fez Thévet em *SINGULARIDADES DA FRANÇA ANTÁRTICA*:

*"A farinha é fabricada da maneira que se segue: começa-se por resmangar ou raspar as raízes secas ou verdes com uma grossa casca de árvore, toda guarnecida de pedrinhas duríssimas, à semelhança do que se faz, aqui, com a noz-moscada; depois a massa é levada ao fogo, num pote, adicionada a certa quantidade de água, que os selvagens mexem, de modo a reduzi-la a farelos parecidos com os de maná granulado. Quando a farinha é nova, nutre muito bem e tem um maravilhoso sabor" (6).*

É de Barléu, o historiador dos feitos de Maurício de Nassau no Brasil, o elogio:

*"É a mandioca um alimento bastante forte e mais agradável do que o pão para os portugueses, índios e negros e até para os nossos soldados" (7).*

A farinha teve importância na alimentação dos holandeses, tendo Nassau, em 1640, baixado uma resolução obrigando os senhores de engenho e os lavradores de cana a plantarem, para cada negro escravo, 300 covas de mandioca; os que não tivessem engenho ou não plantassem cana deveriam plantar 500 covas. (8)

Mais tarde, em 1688, o Rei de Portugal, baixaria um alvará com obrigações semelhantes. Eram atos ditados pelo Mercantilismo que orientava a política econômica dessas nações, segundo seus interesses.

A mandioca é fácil de ser plantada, podendo suas raízes permanecerem sob o solo por dois ou três anos, e, assim, o lavrador consegue ter à sua disposição alguns tubérculos enquanto outros permanecem enterrados.

*"Passado um ano ou dezoito meses, depois da planta, arrancam a raiz, que descascada, é ralada em uma roda movida por um*

*negro ou por um cavalo, a qual chamam bolandeira. Junto à massa em um cocho ou gamela comprida, que fica por baixo da roda, é lavada e depois apurada e exprimida em uns tapitis feitos de canabrava em uma prensa, donde é levada ao forno para cozer-se e torrar-se em fogo brando, e depois de cozida é depositada em tulhas para venderem ou embarcarem por sua conta" (9).*

A mandioca adapta-se a variedades climáticas, tendo "capacidade de se desenvolver tanto em alta como em baixa latitude, e do Equador até 23º de latitude, suportando de 600 a 2.500mm de chuvas anuais e temperatura de 18 a 30 graus centígrados". Sendo, porém, uma tubércula,

*"ela não pode ser cultivada nos massapês demasiados pesados e em terras baixas mal drenadas onde a umidade apodreceria a raiz durante sua longa permanência no solo" (10).*

A farinha, rica em hidratos e vitamina B, passou a ser largamente utilizada na alimentação da população do Brasil-Colônia, estendendo-se o uso aos tripulantes das embarcações que zarpavam de seus portos. Constituiu-se na base fundamental em que, podemos dizer, se apoiava a subsistência do Brasil e muito especialmente as Capitânicas do Norte,

*"por ser o pão de que se alimentam todos os habitantes, naturais e estrangeiros" (11).*

As autoridades metropolitanas buscaram estimular o cultivo da mandioca desde quando se tornou indispensável à alimentação das populações locais. O alvará do Rei de Portugal, de 15 de fevereiro de 1688, obrigava os habitantes da Capitania da Bahia, residentes nas dez léguas ao redor do recôncavo, a plantarem mandioca na razão de 500 para cada escravo que possuíssem. O alvará de 27 de fevereiro de 1701 foi mais abrangente ao ampliar as 10 léguas, que deveriam ser contadas a partir de toda parte onde chegasse a maré, "correndo a dita dez léguas das margens dos rios pela terra a dentro", e que

*"em nenhum dos ditos sitios haja invasão de gado e só lhes seja lícito o do serviço, fazendo as pessoas que tiverem pasto fechado, com cercas fortes, que não possa sair e fazer prejuízo em as roças e lavouras vizinhas" (12).*

O Alvará de 1705, porém, iria obrigar os senhores de engenho e lavradores de cana de toda a Capitania da Bahia a plantarem a mandioca (13). Até a época da Independência do Brasil, vigoraram determinações régias procurando manter ativo o plantio da mandioca, principalmente ao lado dos canaviais, numa tentativa de evitar as consequências da monocultura no abastecimento das populações.

Um dos documentos mais antigos referentes à Capitania de Sergipe, datado dos começos do século XVII, diz:..



*"Esta Capitania fica no distrito da Bahia de todos os Santos, e pelos moradores dela foi conquistada e povoada, está em onze graus da banda sul, e a terra é muito fértil, e de grandes várzeas pelo que há nela muitas criações de vacas, de éguas, muitas mandiocas, e pescarias podem-se fazer muitos engenhos pois que até agora não há mais que dois começados"* (14).

Expandindo-se o cultivo da mandioca pelo território sergipano, iria alcançar grande importância nos começos do século XVIII quando já se definiam quatro regiões produtoras. A primeira, centrada na Vila de Santa Luzia, a mais importante, inclusive dando nome a um rio, afluente do Piauí, e a uma localidade que em suas margens se desenvolveu – o Porto da Farinha (15); a maior parte da produção convergia para a cidade de Salvador. A segunda gravitava em torno da Vila Nova do rio São Francisco, suprindo a região sanfranciscana e exportando o excedente para a Capitania de Pernambuco. A terceira, por força das determinações régias que obrigavam os senhores de engenho e os plantadores de cana ao cultivo da mandioca, estendeu-se do rio Vasabarris ao rio Sergipe, abastecendo os engenhos e núcleos urbanos da região. A quarta, localizada na Vila de Itabaiana, naquela época pouco importante, era absorvida pelo consumo local. Ainda cultivava a mandioca a Vila do Lagarto.

A farinha tornou-se importante na pauta das exportações da Capitania de Sergipe a partir dos fins do século XVII, continuou por todo o século XVIII, alcançando o século XIX, podendo afirmar-se que houve um ciclo da mandioca no desenrolar da economia sergipana. Foi essa Capitania *"não só o celeiro de Pernambuco, devastado por continuadas secas"*, bem como *"de grande parte do sertão da Bahia"* (15).

Esse papel abastecedor confirma Carvalho Lima Junior:

*"Tornou-se essa Capitania grande empório de comércio da farinha, a ponto de satisfazer as necessidades do seu consumo e exportar em grande escala o artigo para as Capitanias limítrofes de modo a ser considerado durante muitos anos o celeiro da Bahia, não só em tempos normais, senão também nas grandes crises ocasionadas pela escassez deste gênero de primeira necessidade"* (16).

Com a reconstrução da vida econômica sergipana após os anos da ocupação holandesa encerrada em 1645, cresceram as culturas de subsistência. Já em 1667 encontravam-se em plena expansão como demonstra o ofício do Governador-Geral do Brasil, Afonso Furtado, ao Capitão-mor de Sergipe, João Munhoz, solicitando que, ao receber a correspondência, providenciasse a remessa de farinha *"todo quanto pudesse"*, além do milho, feijão e arroz.

*"para sustento da gente de São Paulo que no primeiro deste entrou nesta praça vitoriosa com 750 prisioneiros, havendo cativado mais de 1500 que pelo caminho morreram de uma quase peste, com o que ficaram extintas as Aldeias dos Bárbaros que causavam tanto prejuízo ao Recôncavo da Bahia" (17).*

Referia-se o Governador-Geral ao contingente de paulistas vindo para destruir as aldeias indígenas que ainda constituíam ameaça ao desenvolvimento da colonização da Bahia.

A partir de então, inúmeras foram as vezes que, em momentos de crise, Sergipe abasteceu de mantimentos, especialmente da farinha de mandioca, a Capitania da Bahia, atendendo aos apelos como o que, dramaticamente, em 1721 fazia o Governador-Geral Vasco Fernandes ao Capitão-mor de Sergipe:

*"Venha sucessivamente sem demora acudir a grande falta que o povo, a infantaria desta praça experimentavam do fornecimento de farinha" (18).*

Essa dependência que a Capitania da Bahia manteve da farinha de Sergipe levava os governantes a tomarem medidas severas, como fez D. Fernando José de Portugal ao determinar, em 1723, que o Capitão do Regimento de Infantaria fosse à Vila de Santa Luzia do rio Real a fim de observar se eram cumpridas as resoluções relativas ao plantio da mandioca enviadas à Câmara local, em que se davam instruções detalhadas sobre seu plantio, visando obter maior produtividade, e, ao mesmo tempo,

*"tomasse as medidas que se fizessem necessárias para impedir o comércio da farinha com outras praças que não fosse a Bahia".*

Procurava aquela autoridade impedir o contrabando que existia em decorrência do preço da farinha, comerciada com a Bahia, ser fixado pelo Governo-Geral, como se evidencia nas ordens transmitidas:

*"E porque se consta que muitos lavradores e pessoas da Governança dessas Vilas, têm retido as farinhas, atravessando-as para fazerem sórdido interesse de as revenderem. Ordeno a V. S. que deixando a que necessário for para a sustentação dos moradores destas Vilas, as faça embarcar sem demora" (19)*

As dificuldades, que as autoridades da Bahia tinham para impedir o desvio de farinha para outras Capitânicas, fizeram que fosse atendida a reclamação dos habitantes da Vila Real de Santa Luzia, o principal centro produtor, do *"prejuízo e vexame"* que sofriam com o preço fixado para a venda, elevando-o para três patacas o alqueire (20).

Em 1721, os habitantes da Vila de Santo Amaro alegaram que a farinha ali produzida só era suficiente para os gastos locais (21). Continuou o problema criado, para os moradores de Sergipe, resultante da demanda do mercado baiano. Em 1752, a Câmara de São Cristóvão solicitava providências para impedir a exportação da farinha, que começava a faltar na alimentação da população local. Ante a crise desencadeada, o Ouvidor-Geral já havia proibido a saída de barcos carregados do produto pelo porto de Estância.

A dependência do abastecimento da farinha de Sergipe crescia, na Bahia, especialmente quando aí chegavam contingentes de outras regiões, como sucedeu nos começos do século XVIII com a vinda dos integrantes das entradas para desalojarem aldeias de índios e quilombos de negros, ou na concentração de tropas em Salvador ante a ameaça de ataques de estrangeiros em consequência das guerras que se travavam na Europa, e nas quais Portugal estava envolvido. Em 1715, a remessa da farinha para a Bahia em detrimento das populações locais, ante as chuvas excessivas que haviam prejudicado a safra, provocou agitações entre os habitantes das regiões produtoras, levando o Governador-Geral do Brasil, o Marquês de Angeja, a oficiar aos membros da Câmara de São Cristóvão mandando aquietar a população da Capitania, punir os que provocassem prejuízos e suspender a remessa da farinha (22).

Em 1775 a dependência dos habitantes da Capitania da Bahia ainda permanecia:

*“Esta Capitania de Sergipe del Rei que compreende todo o sertão debaixo abraça sete freguesias com os fogos e almas que se vêem: Os que habitam no interior do continente se ocupam na criação de todo o gênero de gado; e os que habitam próximo à marinha e margens dos rios as empregam na cultura da mandioca e todo gênero de legumes, com que fornecem esta cidade, que sem elas não pode subsistir” (23).*

No começo da década 1780/1790, a produção de mandioca baixou, consideravelmente, em Sergipe em consequência, sobretudo, da grande seca que assolava a região nordestina. Outros fatores também contribuíram para a crise como a grande expansão dos canaviais que vinha ocorrendo, considerando-se que em 1724 existiam 25 engenhos, enquanto em 1798 já somavam 140, e o esgotamento do solo após longos anos de cultivo ininterrupto, pois a mandioca usa terrivelmente a terra que alimenta: solo, água e clima unem-se em combinações infinitas. *“Combinações que acabam por tornar os rendimentos cada vez mais fracos” (24).* Ressentiu-se o abastecimento da Bahia do decréscimo da produção sergipana, levando o Vice-Rei do Brasil, Conde de Valença, a determinar, em 1782, às autoridades sergipanas que obrigassem os senhores de engenho a propagar a cultura de mandioca

necessária ao sustento de sua propriedade, à razão de 500 covas para cada escravo possuído. Comprovando a rigorosa fiscalização que as autoridades coloniais exerceram para que essas ordens fossem cumpridas e quanto era controlada a economia colonial, temos os mapas enviados, em 1786, pelos Capitães-mores das Ordenanças locais, dos plantadores de mandioca, contendo seus nomes, o número de covas plantadas e dos escravos que possuíam (25).

Os mapas conhecidos, relativos à Vila Real de Santa Luzia, à Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, ao distrito da Cidade de São Cristóvão, à Ribeira do Vasa-Barris, demonstram a importância que o plantio da mandioca representou para a vida sergipana. Destacava-se a Vila de Santa Luzia, onde foram registrados 315 plantadores e a utilização de 810 escravos. Noventa e quatro deles não os possuíam, enquanto 59 tinham dois e 54 apenas um, sendo que o maior produtor de farinha era proprietário de 30 escravos (26). O maior ou menor número de covas plantadas estava, intimamente, ligado ao número de escravos de que dispunha o plantador. Vê-se que ali dominava a pequena propriedade, explicando-se os dados obtidos pelo levantamento de 1825, quando nessa região foi registrada, para uma população de 12.994 habitantes, a existência de 1.279 lavradores, dos quais apenas 98 eram considerados homens ricos, incluindo 26 senhores de engenho (27).

Demonstrando a prepotência que os marcava, os senhores de engenho desafiavam as determinações das autoridades representativas da metrópole. Assim, a maioria deles não aparece, nas listas enviadas pelos Capitães-mores das Ordenanças, mantendo qualquer plantação de mandioca (28). Na Cotinguiba, a principal região açucareira, poucos senhores de engenho cumpriram as determinações do Marquês de Valença quanto ao cultivo de mandioca, feito, porém, pelos plantadores de cana que não possuíam escravos. Foram registrados nessa região 259 plantadores de mandioca e a existência de 213 escravos, sendo que 103 agricultores não os possuíam. Eram eles rendeiros, sesmeiros ou agregados dos engenhos, constituindo a população livre, principalmente preta ou mestiça, que, em percentagem destacada, habitava a região. Existiam mesmo escravos como plantadores de mandioca.

Pressionada pelo Poder Público, a produção de farinha alcançou em Sergipe, nos começos do século XIX, altos índices, com grande exportação para a Bahia e Pernambuco (29). Essa grande oferta, porém, coincidiu com o crescimento da produção em regiões baianas que se tornaram cultivadoras da mandioca. Maragogipe, Nazaré (*das farinhas*), Jaguaribe, Cairu, Camamu, Ilhéus, Belmonte, Porto Seguro, entre outras – o que levaria a baixa do preço do produto, desestimulando os cultivadores.

A partir de então, voltaram-se os plantadores de mandioca sergipanos para o cultivo do algodão, em plena expansão para atender às

exigências do parque têxtil britânico, ou dos canaviais, incentivados pela valorização do açúcar dos mercados internacionais após as guerras napoleônicas, em consequência da melhoria do nível de vida das populações européias, ante o desenvolvimento do capitalismo e do ingresso dos Estados Unidos como mercado consumidor.

Começaram a surgir, no abastecimento das populações sergipanas, os efeitos da monocultura açucareira dos quais se mantiveram afastadas durante a época colonial, bem como do impacto dos algodões que se estendiam por terras até incultas.

Os produtores de gêneros de subsistência passaram a sentir a desvantagem de suas culturas ao encontrar *"entraves nos descaroadores, no fisco, na compulsória entrega ao Celeiro Público"* (30). Esses produtos também não lhes conferiam qualquer prestígio social, como denunciava, na Bahia, o Desembargador de Brito:

*"Como se os lavradores não deveriam ser considerados como pessoas de inferior qualidade em relação aos plantadores de cana"* (31).

Um dos lavradores da época declarava não plantar

*"um só pé de mandioca para não cair no absurdo de renunciar a melhor cultura do país pela pior que nela há"* (32).

Vê-se que a plantação de mandioca não conferia *status* social e, conseqüentemente, político aos que a ela se dedicavam, sobretudo quando avançava a cultura da cana-de-açúcar. Dada essa situação de inferioridade social, trazendo a ausência de representatividade política, sofriam os lavradores a intromissão da metrópole em suas atividades, com o controle do comércio da farinha através do Celeiro Público.

Decaiu a produção de farinha em Sergipe, embora por ocasião das lutas da independência fosse ela decisiva para o abastecimento das tropas de Madeira de Melo, impedidas de receber mantimentos do Recôncavo baiano, fato que levaria esse comandante a empenhar esforços para manter o domínio sobre o território sergipano. Também seria importante para suprir as tropas libertadoras encontradas na Vila da Cachoeira (33).

Foi diminuindo, sensivelmente, a participação da mandioca na pauta das exportações sergipanas, lideradas pelo açúcar e depois, a partir dos meados do século passado, também pelo algodão.

Em 1834, registraram-se tentativas de fomentar o plantio da mandioca por parte das Câmaras Municipais. A de Vila Nova tentou fazer que

*"todos os lavradores e Proprietários de Engenhos deveriam plantar ao menos por cada escravo mil covas de mandioca não exce- tuando-se aqueles lavradores que não tivessem escravos sendo*

*punidos os contraventores da presente postura como desobedientes e condenados na quantia de dez mil réis, ao duplo na reic. dência” (34).*

Semelhante atitude tomou, também, a Câmara de Lagarto (35).

Em 1857 vai acontecer a necessidade de importação de seis mil alqueires de farinha, por conta do Tesouro Provincial, para serem vendidos nas cidades de Estância e São Cristóvão a fim de atender à necessidade da população local (36).

Assim, por volta da quarta década do século passado, encerrou-se o que poderíamos chamar de *ciclo da mandioca*, que se iniciara nos fins do século XVII. Embora modesto, sem grandes potentados, marcou a evolução social da Capitania de Sergipe del Rei. Evitou que aí ocorresse a grande disparidade social que, nos primeiros séculos de colonização, já dominava em outras Capitânicas do Nordeste tão bem fixadas por Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos*. Permitiu o desenvolvimento de uma população livre – mestiça ou negra – que tanto impressionou o pesquisador Luís Mott (37).

Apesar da contribuição que deu à vida econômica sergipana, os estudiosos não têm conferido à mandioca a importância merecida. Explica-se porque, dentro da ótica mercantilista do colonialismo dominante, não era valorizada uma cultura que não acarretasse grandes lucros ao tesouro da metrópole, como traziam a cana-de-açúcar, o fumo, o algodão pela sua importância no mercado internacional.

## NOTAS

01. SALOMÃO, Lilian. *As Sesmarias de Sergipe del Rei*. MFF, 1981, p. 115.
02. AGUIAR, Pinto de. *Mandioca: Pão do Brasil*. Civilização Brasileira, 1982, p. 48.
03. SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. p. 93.
04. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 5ª edição. Melhoramentos, 1965, p. 73.
05. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da Grandeza do Brasil*. Livraria Progresso Editora, Bahia, 1956, p. 240.
06. THÉVET, André. *Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1944, p. 345.07.
07. BARLÉU, Gaspar. *História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, p. 137.
08. "e mandamos a todos os sobretidos que nenhum senhor de engenho nem lavrador de canas de qualquer idade e nação que seja comece a fazer açúcar esta safra seguinte que tem princípio no 1º dia de agosto, sem ter primeiro plantado 300 covas de mandioca para cada peça de trabalho negro e negra que tiver, sob as mesmas penas por nós postas nos editais passados, em que serão executados a nosso arbítrio, e além dessas perderão os que o contrário fizerem todo o açúcar que tiverem feito antes de fazer a dita planta de mandioca que lhe é mandado por este Edital". Decreto de Maurício de Nassau baixado em 15 de abril de 1640 como resolução do Supremo Conselho. In: Pinto de Aguiar. **Obra Citada**. p. 34 e 35.
09. SOUZA, D. Marcos Antônio de: *Memória sobre a Capitania de Sergipe*. Ano 1808. p. 25.
10. QUEIROZ, Kátia Mattoso. *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. Editora Hucitec Ltda., 1978, p. 56.
11. VILHENA, Luis dos Santos. *Recopilações Soteropolitanas e Brasília*. Ano 1808. Livro I. Bahia, 1921, p. 205.
12. AHU - Bahia. Doc. nº 1.352.
13. BNL - Cód. 255.
14. Documento escrito no princípio do século XVII, copiado por Adolfo Varnagem. RIHGB, tomo LXII. Ano 1900, parte I. p. 12.
15. ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 1868.

16. LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de, *Capitães-mores de Sergipe*. APS, Caixa nº 1 - Arquivos Particulares.
17. Cartas de 1667 a 1668, BN, doc. nº 8, 3, 1.
18. *Documentos históricos* - Carta dos Governadores. Vol. XLIV, 1919. Rio de Janeiro, p. 54.
19. AHU - Bahia, doc. nº 28,120.
20. *Documentos históricos*. Vol. LXXI, p. 333.
21. *Documentos históricos*. Vol. XLIV, p. 134.
22. *Documentos históricos*. Vol. LXXI, p. 338 e 339.
23. AHU - Bahia, doc. nº 8.750.
24. QUEIROZ, Kátia Mattoso, *Obra citada*, p. 58.
25. *Mapas e Listas das pessoas que plantam mandioca para fabricarem farinha. Ano 1785*. APEB, 188.
26. Total de escravos 810  
 Não possuíam escravos 94  
 Possuíam um escravo 54  
 Possuíam dois escravos 59  
 225 escravos pertenciam a 12 proprietários, geralmente senhores de engenho.
27. MOTT, Luís R. B. *Uma estatística inédita para a História Demográfica de Sergipe del Rei* - O mapa demonstrativo da população da Freguesia da Vila de Santa Luzia e Estância em 1825, *Sergipe del Rey; população, economia e sociedade*, p. 99 e 100.
28. *Na freguesia de Nossa Senhora da Cotinguiba, dos quatro engenhos registrados apenas um apresentava o cultivo de 600 covas de mandioca; embora possuísse 18 escravos. Na Ribeira do Vasabarris, dos 10 engenhos listados só o engenho Dira, pertencente ao Capitão Antonio Rodrigues, plantava 5.000 covas de mandioca.*
29. SOUZA, D. Marcos Antônio de, **Obra Citada**, p. 25. "São exportados do porto de Estância e Santa Luzia em cada ano cem mil alqueires de farinha", registrava nos primeiros anos do século XIX.
30. ALMEIDA, Rômulo de: *Traços da História da Bahia no último século e meio*. Salvador. Instituto de Economia e Finanças da Bahia. 1951, p.6.
31. Idem
32. Idem
33. "A falta de mantimentos que vai já experimentando esta malfadada Província, sobre quem pesa a um ano o flagelo da Guerra nos obriga a deprecar a V. Exas. em o Augusto Nome do Imperador se dignem de remeter para o Porto da Torre o maior possível número de Lanchas de farinha, a custa da Fazenda Pública da Província". Para a Junta provisória do Governo da Província de Sergipe, enviaram os Membros do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, data da Vila da Caçoeira, 11 de junho de 1923. Anais do APEB, vol. 41 - 1973, p. 110.



34. Postura da Câmara Municipal de Vila Nova para serem aprovadas pelo Exmo. Conselho Presidencial em julho de 1834. APES-CM<sup>1</sup> 19.
35. Do Presidente da Câmara de Lagarto ao Exmo. Sr. Presidente da Província José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro em 10.03.1834. APES - CM<sup>1</sup> 19.
36. Ofício do Presidente da Província de Sergipe, de 28.07.1857, ao Marquês de Olinda. AN - Secção dos Ministérios.
37. *"Embora pobre, destituída na sua maior parte de direitos políticos, referida usualmente como a **gentalha, canalha, miseráveis, gente que vive da misericórdia de Deus**, etc., o certo é que mais da metade da população de Sergipe pertencia, ao menos durante as primeiras décadas do Oitocentos, a esta categoria; a dos homens livres, trabalhadores do eito, agregados, moradores de condição, meeiros e rendeiros".* MOTT, Luís Roberto de Barros: *Branços, Pretos e Índios em Sergipe: 1820-1830. Sergipe Del Rey População, Economia e Sociedade*, p. 37.

## O GOVERNO GRACCHO CARDOSO E AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NA LAVOURA ALGODOEIRA EM SERGIPE (1922-1926)

DIANA MARIA DE FARO LEAL DINIZ  
Professora Adjunto do Departamento de História e Filosofia,  
da Universidade Federal de Sergipe.

*"Já não há mais lugar para dúvidas sobre se a agricultura pode ser um poderoso engenho do crescimento. Mas, para obter esse engenho, é necessário investir na agricultura, e isso não é simples, porque depende muito da forma que tomam os investimentos. Os incentivos para orientar e recompensar os agricultores são um componente crítico. Havendo oportunidade de investimento e incentivos eficientes, os agricultores transformam areia em ouro."*

Theodore W. Schultz 1

### INTRODUÇÃO

Os estudos<sup>2</sup> sobre modernização agrícola se revelam extremamente importantes num mundo em mudança, quando as sociedades rurais tradicionais são atingidas pelos estímulos inovadores oriundos da civilização urbano-industrial. Os contatos e os choques entre os dois mundos se ampliam continuamente e, pouco a pouco, os padrões e valores urbanos dominam a vida rural. Há profundas relações entre modernização e dependência, desde que essa transformação implique na aceitação dos padrões dominantes nos países industrializados.

A modernização deve ser enfocada, não apenas do ponto de vista do inovador, ou seja, dos padrões que ele procura difundir, mas também sob a ótica do receptor submetido ao processo e das reações desencadeadas no contacto entre os dois. As sociedades rurais quase sempre se apresentam impermeáveis à inovação, sobretudo aquelas onde as estruturas patriarcais reforçam o caráter tradicional e o valo-

ram. Para que haja adoção de inovações é necessário sua adequação ao meio, e o grau de compatibilidade existente vai determinar a probabilidade de ocorrência das transformações.

O processo de mudança agrícola é lento, exigindo vários anos, onde as etapas do conhecimento, interesse, avaliação, experimentação e adoção se sucedem<sup>3</sup>. Como o agricultor não adota a inovação assim que a conhece, obviamente a aceitação exige continuidade de esforços e uma intensa predisposição à mudança, implicando no que Karl Deutsh chama de "mobilização social"<sup>4</sup>.

O presente trabalho é uma tentativa de analisar, sob esse enfoque teórico, as experiências pioneiras e as medidas inovadoras que ocorrem na lavoura algodoeira em Sergipe, no Governo Graccho Cardoso, entre 1922 e 1926. Esta fase é profundamente marcante na evolução econômica do Estado e seu estudo permite inseri-la no contexto dos processos modernizadores que ocorrem no país. A importância da lavoura algodoeira em Sergipe remonta à 2ª metade do séc. XVIII, atingindo o clímax com a Guerra de Secessão (1861-1865). Daí em diante, passou a oscilar ao sabor do mercado internacional, atravessando fases de crescimento e declínio. A partir de 1940 inicia-se uma nova fase de decadência, da qual o Estado nunca se recuperou.

## **O GOVERNO GRACCHO CARDOSO E AS MEDIDAS INOVADORAS**

Ao iniciar-se a década de vinte, aumentam as possibilidades do mercado algodoeiro, uma vez que os ingleses passam a comprar maior quantidade de matéria prima ao Brasil devido aos movimentos nacionalistas no Egito e na Índia. Pensam, também, em investir capitais no algodão brasileiro, o que ocasiona a compra de fazendas, em São Paulo e a visita da Missão Arno S. Pearse, ao norte e ao sul do País<sup>5</sup>. Este grupo também visita Sergipe, e a sua opinião é favorável ao nosso algodão, considerando-o, pela qualidade da fibra e pelo seu cumprimento, capaz de ser utilizado nos mais importantes estabelecimentos fabris da Europa<sup>6</sup>. Também os Estados Unidos se voltam para os fornecedores brasileiros, devido ao ataque de pragas em suas plantações e no ano de 1922, adquirem 1.204 toneladas, no valor de 3.031 contos de réis<sup>7</sup>.

Em 1920, Sergipe conta com 89 descaroçadores de algodão, dos quais 36 possuem expurgadores de sementes. Em 1921, mostrando a aceleração do processo de mudança, o número de descaroçadores diminui para 72, mas o número daqueles que possuem expurgo aumen-

ta para 48. No que tange às fábricas de tecidos, já são em número de oito e consomem cerca de 80% da produção do Estado<sup>8</sup>. A zona em que melhor se adapta e onde mais se desenvolve, é compreendida pelos municípios de Simão Dias, Itabaiana, Frei Paulo, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Propriá e Gararu.

Quando Graccho Cardoso sobe ao poder, em 1922, a situação externa é, portanto, favorável ao desenvolvimento da lavoura algodoeira, e são grandes as expectativas de lucro fáceis. Todavia o Presidente percebe que esse desenvolvimento só será possível, se Sergipe romper com o tradicionalismo agrícola existente. É preciso inovar e as circunstâncias permitem que Graccho Cardoso assuma o papel de governo modernizador.

É de fundamental importância que se analise a formação deste governante, para que suas ações não sejam interpretadas casuisticamente, mas como um conjunto de atitudes conscientes que têm como objetivo o soerguimento da agricultura sergipana, particularmente da lavoura algodoeira, uma vez que ele a considera tanto ou mais lucrativa do que a cana-de-açúcar<sup>9</sup>.

O Presidente Graccho Cardoso, embora bacharel em Direito, antes de voltar para Sergipe, de onde se afastara por alguns anos, exerceu cargos ligados ao Ministério da Agricultura, como o de Secretário do Ministro, em 1915, e, depois, o de Consultor e Superintendente dos Patronatos Agrícolas. Em 1919, foi enviado, como delegado oficial do Brasil, à Exposição Internacional Sulamericana de Montividéu. Além de ter exercido esses cargos, foi professor da Cadeira de Legislação Rural, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, função na qual permaneceu de 1916 a 1921. O Dr. Graccho Cardoso também desempenhou atividades políticas, destacando-se, dentre elas, a de vice-presidente do Ceará (1908-1912)<sup>10</sup>.

Ao tomar posse, para que suas metas possam ser atingidas, organiza uma estrutura capaz de dar suporte às inovações a que se propõe, a exemplo do que está sendo feito em São Paulo e em outros Estados<sup>11</sup>. Instala, então, o Departamento Estadual do Algodão, através do Decreto n<sup>o</sup> 767, de 08 de fevereiro de 1923. Este órgão incorpora atribuições do antigo Serviço de Defesa do Algodão, bem como todas aquelas pertencentes ao Governo Federal, no Estado<sup>12</sup>. Para dirigi-lo, é convidado o Dr. Thomás R. Day, técnico americano, natural do Texas, onde se especializou em Artes Mecânicas e Ciências Agrônômicas. Vem ao Brasil em 1914, atendendo ao convite da Leopoldina Railway, para superintender o seu departamento industrial. Quando da sua chegada a Aracaju, já tem quase dez anos de trabalhos realizados no Brasil, com experiências em São Paulo, onde realizara estudos sobre as condições agrícolas daquele Estado, verificando, inclusive, a perfeita adaptabilidade de uma vasta zona à cultura algodoeira<sup>13</sup>.

Logo que aqui chega, o Dr. Day implanta a primeira Estação Experimental, denominada Miguel Calmon, na qual desenvolve a variedade Day's Pedigreed. O local escolhido é a Barra dos Coqueiros, devido à sua proximidade da Capital. Apesar de possuir um solo arenoso, considerado impróprio para o cultivo do algodão, o terreno plano facilitaria o emprego das máquinas e a inadequação do solo mostraria a validade da aplicação de adubos. Seguindo os mesmos critérios, posteriormente mais quatro subestações são fundadas no interior do Estado, localizadas em centros que se destacam como produtores de algodão: Nossa Senhora das Dores (José Bezerra), Propriá (Simões Lopes), Estância (Pereira Lima) e São Paulo (Cândido Rodrigues)<sup>14</sup>.

As inovações introduzidas pelo Dr. Day, com suporte em estudos feitos nessas Estações, criadas especialmente para esse fim, podem ser agrupadas em três tipos:

### **1. Inovações Agronômicas**

Há indicações<sup>15</sup> de que, por ocasião dessas experiências inovadoras, só existe, em Sergipe, o cultivo das variedades arbustivas de algodão e, mesmo nesse tipo, enquadra-se aquela denominada "herbácea". Naturalmente este fato decorre do fracasso nas tentativas de introdução de variedades herbáceas, o que nos leva a concluir que só o Dr. Day consegue ser bem sucedido nesta área.

Importantes trabalhos são realizados em torno da variedade Day's Pedigreed que, entre as de fibra média (27 a 28 milímetros), é reputada a melhor. Das variedades obtidas, destaca-se a Day's Silvermine, de fibra longa. Essas duas variedades são consideradas, na época, as de maior futuro no Estado, satisfazendo a primeira, às necessidades das indústrias de tecidos médios e a segunda, às de tecidos finos. Estas sementes são distribuídas por toda a zona algodoeira do Estado e também cedidas aos governos da Bahia e de Santa Catarina<sup>16</sup>.

No campo da adubação, importantes experiências são feitas com feijão de corda, farelo de coco, sementes de algodão devidamente curtidas e esterco de curral. A preocupação fundamental é desenvolver um adubo de baixo custo, capaz de ser utilizado por qualquer lavrador<sup>17</sup>.

### **2. Inovações Comerciais e Industriais**

Dentre as medidas classificadas como comerciais e industriais, podemos citar, inicialmente, o estabelecimento de um Escritório Central em Aracaju, com a finalidade de fornecer informações gerais, colher dados estatísticos, superintender os trabalhos das Estações Experimentais e, também, de fiscalizar o cumprimento das regulamentações da lavoura. Além do Escritório, é também estabelecido um Descarrega-

dor Modelo que, além de mostrar os benefícios das máquinas modernas, tem função comercial, beneficiando o algodão de certos produtores que se interessam em obter um produto de melhor qualidade<sup>18</sup>.

Uma das mais importantes medidas tomadas em benefício de um desenvolvimento maior da lavoura algodoeira diz respeito à sua classificação, adotando-se a norte americana. Esse serviço é iniciado em 06 de novembro de 1923, na cidade de Laranjeiras, estendendo-se, depois, a Aracaju, Riachuelo, Maruim e Capela, compreendendo os seguintes trapiches: Entreposto, em Aracaju; Santos Leite, Santo Antônio, Novo e Bom Gosto, em Maruim; São Francisco e Santa Maria, em Riachuelo; Bom Sucesso, em Capela. Destes, os trapiches São Francisco e Bom Sucesso são construídos após o funcionamento do Departamento, apresentando, portanto, condições mais aprimoradas do que os antigos. Devido ao trabalho de classificação, os trapiches são imediatamente regulamentados, exigindo-lhes, o Departamento, a adoção de um novo tipo de recibo, onde existem colunas para o número de ordem dos fardos, marca registrada, peso, grau e condições em que o gerente do trapiche declara estar a mercadoria no seguro. Entre 1924 e 1925, 60% da safra passa pelos descaroadores oficiais, exceto aquela da região do alto São Francisco e da zona de Simão Dias e Lagarto, que vão diretamente para as fábricas de descaroar. É também estabelecida uma tabela de preços de algodão, de acordo com o seu grau na referida classificação, tomando-se por base o tipo M-7. Faz-se um desconto de, mais ou menos, 200 a 300 réis por quilo, cada vez que se desce um grau, e dá-se a mencionada quantia, quando a variação é positiva, por grau. A diferença de preço visa estimular a produção de um algodão de melhor qualidade, o que naturalmente proporcionará maior lucro ao agricultor<sup>19</sup>.

Antes da classificação, o Departamento já havia estabelecido a regulamentação da indústria algodoeira no Estado. As idéias para isto foram extraídas da primeira reunião convocada pelo Departamento, onde compareceram os principais interessados no assunto, que tiveram oportunidade de debater os mais variados temas. A referida reunião foi realizada a 30 de agosto de 1923, e a regulamentação, transformada em lei, através do Decreto 843, de 21 de setembro do mesmo ano. Do regulamento estabelecido fazem parte medidas, como inspeção aos descaroadores e envio de relatórios mensais por parte de seus proprietários<sup>20</sup>.

Uma das mais importantes realizações do Departamento é a organização da primeira Feira do Algodão, em Aracaju, a 25 de fevereiro de 1924 e, talvez, uma das primeiras no Brasil. O Departamento apresenta, nessa ocasião, uma coleção de 30 fardos da classe "Fair", "o que é raro encontrar-se mesmo em certames congêneres na América do Norte e Europa. Houve outros concorrentes particulares que muito realce deram à Feira."<sup>21</sup>.

### 3. Inovação Fiscal

A inovação no campo fiscal diz respeito à isenção de impostos dos algodões, de M-7 para cima, inclusive o M-7. Essa medida visa estimular

*"a exportação dos grãos melhores e estes criarão melhor reputação para os algodões provenientes de Sergipe, nas praças do sul do país. Concomitantemente, as fábricas locais que os desejarem, entrarão em concorrência com os exportadores, avivando-se a luta da oferta e procura, de efeitos benéficos para o fim almejado."*<sup>22</sup>

Essas inovações, diretamente ligadas ao algodão, inserem-se num contexto inovador mais amplo, onde se destacam medidas que visam melhorar a agricultura do Estado, de uma maneira geral. Dentre essas, podemos destacar:

#### 1) Banco do Estado de Sergipe

A criação deste Banco, em 07 de agosto de 1923, vem solucionar um dos problemas mais sérios apontados pelos agricultores sergipanos, no que diz respeito às dificuldades encontradas para obtenção de financiamentos. Por outro lado, o estabelecimento de um Banco desta natureza sempre esteve incluído nas aspirações dos governantes sergipanos. O Banco é fundado com o capital nominal de 5.000 contos<sup>23</sup> e tem como finalidade a realização de empréstimos a agricultores, a juros baixos, e sob hipotecas vencíveis dentro de 15 anos, para que os benefícios da empresa atinjam tanto o grande como o pequeno proprietário<sup>24</sup>. Colabora para a fundação desse Banco o "Credit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud", que se obriga, pelo contrato, a entrar com o capital de 2.500:000\$000<sup>25</sup>.

#### 2) Centro Agrícola "Epitácio Pessoa"

Outra medida importante tomada pelo Governo Graccho Cardoso é a reorganização deste Centro, velho estabelecimento agrícola federal, que se encontra completamente abandonado e marcado por uma série de problemas considerados insolúveis. Dentre as realizações efetuadas, podemos destacar: o estabelecimento de uma colônia alemã, de um patronato agrícola e de uma estação experimental. Para dirigi-lo, foi contratado outro técnico americano, Dr. Américo Ludolf.

No que tange à colonização alemã, é uma experiência pioneira, embora não tenha tido êxito. Em 1925 são introduzidas 21 famílias, de 83 pessoas. Em 1925 o número de famílias reduz-se para 16, com 53

pessoas. Naturalmente essa redução decorre da falta de seleção dos colonos e de sua inadaptação ao meio<sup>26</sup>.

Preocupando-se com o ensino profissional, o governo cria o Patronato São Maurício, "a primeira escola destinada ao preparo de jornaleiros para as diversas lavouras do Estado"<sup>27</sup>. Esta iniciativa é perfeitamente justificada no contexto inovador, pois destina-se a preparar mão-de-obra mais qualificada para uma agricultura em vias de modernização.

Na estação experimental são feitos vários testes com cultivos de diversos produtos, como algodão, cana-de-açúcar e fumo, com capim elefante e sorgo, e até com produtos de regiões temperadas, como uva, aveia, centeio, cevada e trigo, utilizando maquinários modernos. Aí é estabelecida uma estação agro-meteorológica, destinada ao "estudo do fumo e do algodão, sob o ponto de vista da influência que sobre os mesmos podem exercer os agentes climatéricos e edáficos"<sup>28</sup>. Implanta-se, também, um laboratório de análises químicas, visando o conhecimento científico das condições pedológicas do Estado, em suas relações com os cultivos mais importantes<sup>29</sup>.

O Governo Graccho Cardoso preocupa-se, ainda, com o desenvolvimento da precária rede rodoviária do Estado, certo de que esse ponto seria fundamental para o progresso da agricultura<sup>30</sup>.

## INOVAÇÃO E REAÇÃO

Em seu conjunto, as medidas inovadoras preconizadas pelo Dr. Day e postas em execução pelo Departamento Estadual do Algodão, conduzem a uma idéia distinta daquela que se apresenta quando se efetuam análises isoladas. Tudo indica uma tentativa de desenvolver uma grande produção algodoeira, em termos de "grande lavoura", ou seja, com larga aplicação de capitais e mão-de-obra barata, em grandes propriedades. Diz o Dr. Day: "existem grandes tratos de ótimos terrenos que juntamente com abundância de trabalhadores baratos e emprego de máquinas agrárias, tornarão possível a produção de algodão em larga escala com bom rendimento"<sup>31</sup>.

Inegavelmente, a mecanização da lavoura é ponto fundamental no conjunto inovador proposto. Mesmo para um cultivo de 10 a 15 hectares, o equipamento mínimo necessário é: 2 arados, 3 balancins, 2 cultivadores, 1 grade e 1 plantador, além dos animais exigidos para todo o trabalho, o que não representa pouco capital, nas condições locais<sup>32</sup>. Em seu livro **Manual de Algodão**, provavelmente publicado antes da sua chegada, o Dr. Day traça uma apologia da lavoura mecanizada,



discorrendo sobre vantagens e qualidades de inúmeras máquinas agrícolas fabricadas pela International Harvester Company, Worthington, Northrop e outras. O livro prima pelo seu contexto propagandístico, pois, das 27 páginas de ilustrações, 15 são de anúncios, inclusive com endereço do fabricante e oferta de catálogo<sup>33</sup>. Certamente aqui nos deparamos com um típico caso de tentativa de abertura de novos mercados, e uma prova disso encontramos na doação, pela International Harvester Company, de um completo equipamento para uma das Estações Experimentais, no valor de cerca de 6:000\$000<sup>34</sup>.

Essa idéia de grande lavoura se opõe fundamentalmente à realidade algodoeira preexistente em Sergipe. De fato, o algodão é essencialmente plantado por pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, que cultivam, geralmente, em consórcio com outros produtos ou, ainda, por ocasião da preparação da terra para formação de pastagens. Por outro lado, é importante acentuar que, a partir da década de vinte, começa a fragmentação da terra em Sergipe, pois os estabelecimentos passam, de 8.202, em 1920, para 34.579, em 1940, e, o que é mais destacável, enquanto o número total dos estabelecimentos cresce 321,6%, no período, o aumento dos de menos de 50 ha. é de 512,6%<sup>35</sup>.

Sendo esta a realidade do meio, não há capitais para a mecanização proposta, e é conveniente lembrar que os poucos recursos disponíveis devem estar em mãos dos grandes proprietários, mais dedicados à cana-de-açúcar e ao gado, pois, mesmo nas fazendas que cultivam algodão, a exploração é predominantemente indireta.

Uma prova da não correspondência entre a inovação e o meio está no processo de difusão empregado. De fato, as medidas impessoais, como o escritório de informações, e unidirecionais de divulgação, são mais adequadas a pessoas de um nível intelectual elevado, dificilmente encontrado, mesmo entre os grandes proprietários da época. Há, por exemplo, relatórios do Dr. Day, enviados ao Presidente do Estado e, também, distribuídos aos agricultores, onde são fornecidas informações sobre cultivo, condições de clima, solo, situação de mercados, etc., em linguagem inteiramente inacessível ao pequeno plantador. Convém destacar que, mesmo no tocante à adubação do solo, chega agora a propor rotação de cultivos com leguminosas e uso de um composto fertilizante, em cuja fórmula entram elementos naturais e produtos químicos<sup>36</sup>. Em jornais de Aracaju e do Rio de Janeiro são dadas entrevistas e publicados pequenos artigos de cunho científico<sup>37</sup>.

Mesmo a promoção de uma série de conferências, às quais comparecem proprietários de descaroadores e de fábricas de tecidos, fazendeiros, compradores e exploradores, têm um caráter eminentemente técnico e, de certa forma, distanciado da realidade<sup>38</sup>. As únicas formas de difusão pessoal das inovações e, portanto, com maior probabilidade de sucesso, são desenvolvidas nas próprias estações, usadas também como escola para "muitos que lá foram aprender

o manejo de máquinas, e os processos modernos de cultivar algodão”<sup>39</sup>. Todavia não se pode esquecer que fatores limitantes, como terra e capital, impelem os agricultores a repetirem, em suas terras, as práticas tradicionais. A própria Feira de Algodão assume um caráter elitista, pois mesmo o Dr. Day, em artigo escrito no *Sergipe Jornal*, manifestando decepção pelo pouco interesse despertado na população aracajuana, considera-se recompensado pelo comparecimento dos “mais inteligentes cidadãos de todas as municipalidades”<sup>40</sup>.

É bem possível que o Presidente Graccho Cardoso, com maior conhecimento do meio, sentisse necessidade de uma propaganda difusa, em larga escala, capaz de atingir maior número de plantadores. É isto que deixa transparecer o seu pedido ao Departamento Estadual do Algodão, ainda em 1923, que não é atendido, preferindo-se inicialmente organizar as estações, o escritório de informações, a inspeção dos descaroçadores e das fazendas e a instalação de uma usina modelo. O Dr. Day parte de uma idéia em que é preciso primeiro realizar, para depois divulgar<sup>41</sup>.

Há, entre os inovadores, perfeita consciência das dificuldades para a transformação da agricultura, exigindo um firme e contínuo apoio do Presidente em favor das medidas propostas<sup>42</sup>. Todavia, parece que se espera uma mudança mais rápida do que qualquer lógica poderia conceber. Em entrevista concedida à imprensa carioca, comentada pelo *Sergipe Jornal*, percebe-se a idéia do Dr. Day:

*“... trabalhadores e fazendeiros não conhecem senão rudimentarmente a cultura do algodão. São confundidas e misturadas as pragas pelo desconhecimento dos meios de lhes dar combate, o que causa grande prejuízo. Fez outras considerações, concluindo por enaltecer a ação do Dr. Graccho Cardoso, Presidente do Estado esperando que a cultura do algodoeiro, em Sergipe, no prazo de dois anos, esteja inteiramente modificada”. (grito nosso)*<sup>43</sup>

Não se pode esquecer, também, que houve reações por ocasião da chegada do Dr. Day, sobretudo por motivo de sua remuneração ser extremamente elevada, em termos dos padrões do funcionalismo estadual<sup>44</sup>, e de ele continuar acumulando reações durante sua administração, inclusive insistindo no fechamento de descaroçadores que não cumprissem o Regulamento do Departamento Estadual do Algodão, quanto ao envio dos relatórios mensais<sup>45</sup>.

O ambiente político do Estado também não é propício às inovações. Em 1924, o Presidente rompe com o senador Pereira Lobo, Chefe do Partido Republicano Conservador em Sergipe, provocando profundas dissidências internas. Essa fermentação política é acrescida dos movimentos tenentistas que têm grande repercussão em Sergipe<sup>46</sup>. Tudo isso influi no trabalho inovador do algodão, que não encontra a necessária “mobilização social”. O Governo sofre o ataque da oposi-

ção que agora passa a criticar destrutivamente a atuação do Departamento Estadual do Algodão e a levantar problemas quanto ao funcionamento legal do Banco Estadual de Sergipe<sup>47</sup>. O mesmo **Sergipe Jornal** dos elogios anteriores diz, em 1925:

*"O Sr. Presidente do Estado, depois que o velho Day foi fianar na América do Norte, depois das maravilhosas descobertas que fez em matéria de plantio e cultura dessa malvacea, nas areias da Barra dos Coqueiros, nunca mais nos disse, pelo órgão oficial, como vai o famoso Departamento do Algodão, em que o Estado dispende grande soma para um resultado negativo, que não compensa esse sacrificio, porque a despesa absorve a renda como já ficou provado à evidência.*

*Esse silêncio de S. Ex. envolve, talvez, a intenção de acabar com essa larva, porque deve estar convencido, como nós estamos, de que essa cousa não preenche os fins para que foi criada e as finanças do Estado não comportam mais essas superfluidades"*<sup>48</sup>.

Em suma, podemos concluir que o meio não aceita a inovação em bloco, que seria a criação de uma grande lavoura algodoeira em Sergipe. Demonstramos cabalmente que as condições de estabilidade, constância, difusão e compatibilidade não permitem tal fato. Algumas inovações específicas, todavia, têm alguma penetração no meio, como é o caso das sementes herbáceas que passam a ser cultivadas ao lado das tradicionais. As indústrias se beneficiam de algumas medidas, pois são capazes de atender às exigências dos descaroadores modernos. Isto, entretanto, gera um processo oligopsônico de controle de mercado, em parte responsável pelo desestímulo que atinge a lavoura algodoeira, sobretudo a partir da década de quarenta. Muitos lavradores emigram para o sul do país em busca de trabalho<sup>49</sup>, e o grande progresso da lavoura algodoeira, em São Paulo, tende a eliminar da competição os Estados nordestinos, tradicionais fornecedores do produto<sup>50</sup>.

A decadência do algodão decorre de uma problemática ampla, onde a estruturação espacial da economia brasileira assume destacado papel. Hoje, é inexpressiva a produção algodoeira do Estado, com apenas 1.600 toneladas, obtidas em moldes tradicionais<sup>51</sup>. De fato, dos 7.778 hectares cultivados em 1970, 96% o são em cultivo associado, demonstrando que a minifundização da terra e a falta de capitais permanecem como dados fundamentais da questão.

## NOTAS

1. SCHULTZ, Theodore W., **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965, p. 11.
2. O presente trabalho é uma reformulação do publicado nos Anais do IX Simpósio dos Professores Universitários de História (São Paulo, 1979). Devido a vários erros de impressão e a sua pouca divulgação em nosso meio, resolvemos publicar a parte referente as inovações algodojeiras no Governo Graccho Cardoso, retirando as informações a respeito de uma evolução da lavoura algodojeira no Estado, já publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, 1965/1978, pp. 41-54.
3. WILKENING, Eugene A., "O Processo de Aceitação de Inovações Tecnológicas na Sociedade Rural" in Alvin L. Bertrand e Associados, **Sociologia Rural**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1973. p. 457.
4. EISENSTADT, S. N., **Modernização: Protesto e Mudança**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969. p. 12.
5. CARONE, Edgard., **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974. p. 51.
6. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de Setembro de 1921, ao instalar-se á 2ª Sessão Ordinária, da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, p. 27.**
7. "Ainda a Cultura do Algodão e o Relatório do Professor Day", **Sergipe Jornal**, (Aracaju), nº 415, 5 de Janeiro de 1923. p.1.
8. **Mensagens Presidenciais de 1920 e 1921. p. 45 e p. 28.**
9. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1923, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. p. 38.**
10. GUARANÁ, Armindo, **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**, 1925. pp. 227-229.
11. PELAEZ, Carlos Manuel, **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro, APEC, 1972, pp. 114-115.
12. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1923, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. pp. 45-46 e 48.**

13. "O Algodão em Sergipe e o Professor Day", **Sergipe Jornal** - (Aracaju), nº 422, 15 de janeiro de 1923. p. 1.
14. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** pp. 37-39.
15. CRUZ, José, **O Problema do Algodão em Sergipe.** Aracaju, Imprensa Oficial, 1960. pp. 9-10. Entrevista realizada com o agrônomo Prof. Dr. Emmanuel Franco. (30.5.77).
16. Mensagem de 1925, *op. cit.*, pp. 43-45.
17. *Ibid.*, p. 42.
18. *Ibid.*, p. 39.
19. *Ibid.*, p.p. 46-48.
20. *Ibid.*, p. 40.
21. *Ibid.*, pp. 40-41.
22. *Ibid.*, pp. 50-51.
23. Mensagem de 1925, *op. cit.*, p. 124.
24. Mensagem de 1923, *op. cit.*, p. 36.
25. "Convocação Política", **Sergipe Jornal** (Aracaju), nº 911, 16 de outubro de 1924. p. 1.
26. **Mensagens Presidenciais de 1925 e 1926.** p. 58 e p. 60.
27. Mensagem de 1923, *op. cit.*, p. 37.
28. *Ibid.*, pp. 59 e segs.
29. *Ibid.*, p. 37.
30. Mensagem de 1925, *op. cit.*, p. 57-
31. "O que é o departamento Estadual do Algodão. (Entrevista com o Dr. Day)", **Diário da Manhã** (Aracaju); nº 2.992, 27 de Maio de 1924. p. 1.
32. DAY, T. R., **Instruções para a Cultura Algodoeira.** Departamento Estadual do Algodão, Imprensa Oficial, 1923. p. 25-27.
33. DAY, T. R., **Manual de Algodão**, 2ª ed., s/ed. e s/d.
34. APES - **Diversos**, Pac. 966 B, "Comunicação do Dr. Day ao Presidente Graccho Cardoso, sobre despesas para o estabelecimento de Estações. 1923." (I).
35. DINIZ, José Alexandre Felizola e Diana Maria de Faro Leal Diniz, "Evolução da Distribuição da Terra em Sergipe. (1920-1960) Uma Análise Quantitativa". **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Aracaju, 1975. pp. 768-771.
36. DAY, T. R., Instruções... *op. cit.*
37. "Solos e sua Conservação", **Sergipe Jornal** (Aracaju), nº 764, 21 de março de 1924. p. 1.  
"Entrevista do Professor Day à Imprensa Carioca", **Sergipe Jornal** (Aracaju), nº 440, 5 de fevereiro de 1923. p. 1.

38. Mensagem de 1925, *op. cit.*, pp. 39-40.
39. "O que é o Departamento Estadual do Algodão", **Diário da Manhã**, (Aracaju), nº 229, 27 de Maio de 1924. p. 1.
40. "A 1ª Feira do Algodão em Sergipe - T. R. Day", **Sergipe Jornal** (Aracaju), nº 749, 1º de Março de 1924. p. 1.
41. APES - **Diversos**, Pac. 966 B. "Resposta do Dr. Day ao pedido do Presidente Graccho Cardoso, sobre um plano de propaganda dos seus trabalhos." 19.01.1923. (I).
42. APES - **Diversos**, Pac. 966 B. "Ofício do Dr. Day ao Presidente, sobre questões referentes as despesas realizadas pelo Departamento Estadual do Algodão". 28.06.1923 e "Resposta do Dr. Day ao pedido do Presidente Graccho Cardoso, sobre um plano de propaganda dos seus trabalhos." 19.01.1923. (I).
43. "Entrevista do Professor Day à Imprensa Carioca", **Sergipe Jornal** (Aracaju) nº 440, 5 de Fevereiro de 1923. p. 1.
44. Mensagem de 1925, *op. cit.*, p. 37.
45. APES - **Diversos**, Pac. 967. "Ofício do Dr. Day ao Presidente pedindo o total cumprimento do Regulamento do Departamento Estadual do Algodão". 04.06.1924 (I).
46. DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1974.
47. Em vários números do **Sergipe Jornal** há denúncia de que o Banco funciona de maneira irregular, desde a sua fundação até abril de 1924. O Capital de giro é apenas de 10% do valor nominal, quando o seu Estado prevê a metade, justamente a quantia a ser fornecida pelo Credit Foncier.
48. "Como Vai o Departamento do Algodão, Sua Exc. Vai Fechá-lo?" **Sergipe Jornal** (Aracaju), nº 977, 15 de Janeiro de 1925. p. 1.
49. CRUZ, José *op. cit.*, p. 15.
50. COHN, Amélia, **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976. pp. 26-27.
51. Fundação IBGE, **Censo Agropecuário de Sergipe**, 1970. pp. 88-89.

## A TUPIMANIA NA HISTORIOGRAFIA SERGIPANA \*

Beatriz Góis Dantas  
Profª de Antropologia da UFS

É por demais sabido que as primeiras tentativas de estudos sistemáticos sobre as populações indígenas se fizeram a partir da língua. Através desse critério, os índios do Brasil foram divididos inicialmente em Tupi e Tapuia (1), classificação nativa, pois tapuia – palavra de origem tupi que significa bárbaro e inimigo – era o termo com que os índios Tupi designavam os “outros”, que falavam línguas diferentes das suas. Assim a categoria nativa Tapuia foi transformada em categoria analítica, dando início a um processo de classificação por exclusão: o que não fala Tupi, é Tapuia. É evidente que o Tupi é o ponto de referência etnocêntrico e esta supervalorização persiste mesmo depois que Martius, no século XIX, mostrou o equívoco dessa forma de classificar. A tupimania encontra-se presente até hoje em livros didáticos não só através dessa classificação dicotômica, mas também pela apresentação de traços culturais dos Tupi, geralmente dos Tupinambá, para caracterizar genericamente o modo de vida dos índios do Brasil (2). É o processo de fazer passar a parte pelo todo e, ao transformar-se o múltiplo em uno, ignorar-se a diversidade cultural e lingüística dos índios, os quais ainda hoje falam cerca de 170 línguas diferentes. Este será um número reduzido se comparado às 220 línguas indígenas existentes no Brasil à época da independência (Rodrigues, 1986).

O objetivo deste trabalho é não só identificar manifestações de tupimania na historiografia sergipana, mas levantar algumas questões sobre a classificação lingüística dos grupos indígenas cuja presença foi registrada em Sergipe, tendo como pano de fundo a documentação disponível.

Grande parte dos estudos que tratam do índio em Sergipe têm realçado, com freqüência, a presença dos Tupinambá. Esta ênfase termina passando a idéia de que os primitivos habitantes da terra sergipana eram apenas os Tupinambá. Em alguns autores este exclusivismo é disfarçado em outros, porém, é explicitamente admitido. José Antonio da Silva Travassos, por exemplo, afirma categórico: “eram os índios de Sergipe, todos da Tribo Tupinambá” (Travassos, 1916:89).

\*Parte de um trabalho apresentado no GT sobre História Indígena e do Indigenismo no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais realizado em Campo do Jordão - S.P., em outubro de 1986.

Considerando que estes são povos da família lingüística Tupi-Guarani e, portanto, do Tronco Tupi, estamos diante de mais uma expressão da **tupimania**. Se por um lado isto é expressão local de um fenômeno mais amplo de outro, reflete as condições de produção de conhecimento sobre os índios em Sergipe, dentre as quais as fontes que servem de base a esse conhecimento desempenham um papel que merece ser considerado.

O ingresso dos índios de Sergipe na história escrita se faz através dos documentos que relatam as primeiras tentativas de sua cristianização, pelos jesuítas, e das guerras que culminam com a conquista em 1590. Estes eventos marcam a entrada dos índios na história escrita e ao mesmo tempo o massacre e a perda da autonomia das suas sociedades. Estranhos desígnios estes da história escrita de tratar os índios, quando eles se acham ameaçados de conquista e, não raro, de extinção. O seu ingresso na história é assim marcado por uma ambigüidade desconcertante. As denominações étnicas registradas nos documentos são, muito frequentemente, não mais designativos de sociedades organizadas e autônomas, mas denominam grupos de índios aldeados sujeitos a um esquema exterior de poder e forte pressão sócio-cultural.

As fontes quinhentistas e seiscentistas mais conhecidas que tratam das ocorrências registradas em Sergipe, no final do século XVI (3), são fartas em indicações de que os índios que aqui mantinham relações de escambo com os franceses e que os jesuítas tentavam cristianizar, eram Tupinambá. Que também eram Tupinambá os legendários caciques Serigi, Surubi e Aperipê que caem vencidos junto com seu povo ante o avanço do invasor. Convém registrar que esses acontecimentos atingem particularmente os índios localizados na faixa litorânea, domínio dos Tupinambá, que, pela linha da costa, se estendiam de norte a sul do país.

Ao tratarem da conquista, autores mais modernos, como José Antonio da Silva Travassos e Clodomir Silva, apresentam como Tupinambá os caciques da região Sanfranciscana - Japarutuba, Pacatuba e Pindaíba (este da Ilha de São Pedro) - que teriam estabelecido aliança com os conquistadores no seu avanço para o norte seguindo os índios que fugiam em busca de refúgio no sertão (Travassos, 1916 e Silva, 1920). Clodomir Silva adotou certamente, o ponto de vista de Travassos alargando bem para o interior, até o sertão do São Francisco, o domínio dos Tupinambá no atual território de Sergipe. Desconhecemos as fontes em que se baseou Travassos.

A divulgação e a repetição dessas histórias sobrecarregadas de sentido, que constituem o "mito de origem" de Sergipe, associadas à escassez de informações sobre os índios no período de implantação do projeto colonizador, agravadas pela ausência de sistematização das poucas informações disponíveis, terminam por cristalizar a idéia do



exclusivismo Tupinambá. Pouco se conhece, além dos nomes, sobre os grupos que foram reunidos em missões ao longo dos séculos XVII e XVIII pelos capuchinhos, franciscanos, carmelitas e jesuítas. A estes últimos atribui-se, com frequência, o monopólio do trabalho de catequese e aldeamento dos índios. Como os primeiros que aqui viveram atuaram entre os Tupinambá, faz-se dupla generalização: foram os jesuítas que aldearam os índios de Sergipe e estes eram todos Tupinambá. Tais pressupostos geram, de um lado, a jesuitomania (supervalorização da presença jesuítica) e de outro a tupimania (supervalorização da presença Tupi), idéias que estão muito presentes na produção historiográfica de Sergipe e que carecem de ser relativizadas pelas exigências das próprias evidências documentais.

Com este trabalho não pretendemos, evidentemente, negar a presença dos Tupinambá em Sergipe, presença, aliás, bem documentada do ponto de vista etnográfico na carta em que o padre Toloza relata aos seus superiores as primeiras tentativas de catequese entre os índios em terras sergipanas. Os Tupinambá que habitavam largas faixas do litoral brasileiro, constituíam, à época da conquista, a "nação" mais espalhada e mais numerosa das que primitivamente habitavam o atual território sergipano. Algumas fontes do final do século XVI, fazem referências a trinta aldeias (grupos locais), algumas delas com cerca de 1000 pessoas (4). O que pretendemos é relativizar a supervalorização dos Tupinambá e chamar atenção para a existência de uma grande diversidade de designações que denominavam primitivos habitantes do atual território de Sergipe com possíveis e diversas filiações lingüístico-culturais.

Gonçalo Rollemberg Leite talvez tenha sido o primeiro autor em Sergipe, não a registrar a diversidade de nomes das primitivas populações nativas, mas a trabalhar sobre elas tentando sistematizá-las. Em relação à bibliografia sobre o índio em nosso Estado o artigo "Expressão Cultural de Sergipe", publicado em 1967 na Revista da Faculdade de Direito, traz inovações no sentido de quebrar com o exclusivismo Tupinambá e o monolitismo Tupi e tentar agrupar diversas designações étnicas sob uma categoria mais geral, fazendo, assim, um esboço de classificação, cujo critério implícito, é o da língua.

Em primeiro lugar, rompe com o monolitismo Tupi ao reconhecer os Kiriri (Cariri) como povo diferenciado daquele, ao dizer: "Aqui residiam dois grandes povos indígenas: tupis e cariris". Em segundo lugar, opõe-se ao exclusivismo Tupinambá, ao colocar, ao lado destes, os Tupinauê ou Tupinaen. Estes são também Tupi que, segundo o autor, com "nomes vários referentes aos habitantes desta ou daquela aldeia, se espraiam por toda a Cotinguiba, subindo o São Francisco acima, até Porto da Folha" (Leite, 1967). Embora não explicita, desta perspectiva, seriam Tupinauê os grupos locais chefiados, à época da

os Xokó figuram entre os povos que hoje falam o português e cuja família lingüística a que antigamente pertenciam é desconhecida. (Cimi, 1985).

A dificuldade, que no caso dos Xokó advém do fato dos atuais remanescentes não falarem mais a língua nativa, da qual se dispõe apenas de um vocabulário coletado nos anos trinta, é bem maior em relação a outros grupos que se extinguíram sem que suas línguas fossem objeto de qualquer registro. A intensificação dos estudos indicam uma grande diversidade das populações indígenas do Nordeste, particularmente das que habitavam nas imediações do São Francisco. Etônimos os mais diversos emergem em profusão da leitura dos cronistas e dos documentos históricos. Ultrapassam quatro dezenas as denominações das "tribos" computadas por Hohenthal referentes a grupos extintos e atuais habitantes do Vale do São Francisco. Em relação a Sergipe, o quadro não é menos variado. Este mesmo autor enumera cinco denominações para grupos extintos e dois para remanescentes na década de 50 deste século (Hohenthal, 1960). Nimuendaju (1981) amplia para nove o número de designações tribais referentes aos índios de Sergipe. As pesquisas por nós efetuadas permitem apresentar preliminarmente o seguinte quadro:

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Acunãs . . . . .	Perto de Neópolis
Aramurus (Aru-Maru, Arrémuruz, Urumaru) . . . . .	Baixo São Francisco, Porto da Folha, Serra de Itabaiana(?)
Boimé (Boymé, Boismé) . . . . .	Japaratuba, Baixo São Francisco, Água Azeda, perto de Aracaju, Rio Real.
Caacicas . . . . .	Japaratuba
Caetés . . . . .	Do São Francisco ao Real
Carapotós (Carapotioz, Karapató)	Pacatuba, Porto da Folha
Caxagó (Cayagós, Capajós) . . . . .	Pacatuba, no baixo São Francisco
Huamay (Uamóis) . . . . .	Propriá
Kiriris (Cariri, Quiriri, Coriré) . . . . .	Aldeia do Geru (Juru) aldeia do Rio Real da Praia, Lagarto, S. Francisco, Propriá
Moritses . . . . .	Geru
Natu . . . . .	Pacatuba e baixo São Francisco.
Oromarais . . . . .	Pacatuba, São Pedro do Porto da Folha
Romarís (Omaris, Roumaris, Reu- miris, Romanéz . . . . .	Ilha de São Pedro, Ilha do Ouro Propriá, baixo São Francisco.
Tapuia . . . . .	Geru
Tupinambá (Tupinambazes) . . . . .	Na costa de Sergipe, do Rio São Francisco ao Real. Nos rios Sergipe, Irapi-ranga e Real, aldeia de Água Azeda.
Tupinauês (Tupina, Tupinaens) . . . . .	Entre o São Francisco e o Rio Real, Vale do São Francisco até Porto da Folha.
Uruma . . . . .	Porto da Folha - Serra de Itabaiana (?)
Xocó, Xokó, Shocó, Chocó, Ciocó, Ceocoses . . . . .	São Pedro, Pacatuba, Propriá, Neópolis, Margens do São Francisco.

Algumas considerações merecem ser feitas a propósito deste quadro:

1. O elenco dos índios aqui registrado é circunscrito àqueles cuja presença foi indicada nos atuais limites do nosso Estado. Assim se explica a não inclusão de grupos indígenas, cuja presença, alguns documentos registram em território de Sergipe, quando este era bem mais ampliado. (Ver a extensa literatura sobre as questões de limites).

2. Quanto à localização, às vezes, ela é bastante precisa. Refere-se, por exemplo, a uma determinada missão ou aldeia. Noutras, porém, o que se indica não é local exato onde se encontra o grupo, mas a Comarca da Freguesia, portanto, um espaço muito amplo. Desse modo, um grupo cuja presença é indicada em Propriá, podia estar não exatamente nas imediações da atual cidade deste nome, mas no termo daquela antiga Freguesia.

3. É passível de redução a multiplicidade de grupos indígenas aqui enumerados, pois parece que alguns dos etônimos registrados são grafias diferentes do nome de um mesmo grupo. Ou seja, formas diversas pelas quais diferentes autores grafaram, como as regras fonéticas de suas línguas de origem, a denominação do grupo indígena dada em suas línguas nativas. Nos casos em que a variação gráfica é evidente, foi feita a devida redução. Shocós, Xocós, Ciocoses e Ciocós – esta última significativamente grafada por autor italiano – são, sem nenhuma dúvida, diferentes formas gráficas de indicar um mesmo grupo. Do mesmo modo Aramurus, Aru-Marú e Arremuruz. Mas, eu me pergunto se Uruma não seria uma forma apocopada de Urumaru e, neste caso, mais uma variação gráfica e não designação de outro grupo. Estas são, contudo, questões para um outro trabalho, ora em elaboração. Mesmo aceitando-se a idéia da redução do número de grupos pelo recurso das diferentes grafias dos etônimos, persiste a diversidade. O que significaria essa diversidade de denominação utilizadas pelos índios de Sergipe? Seriam formas de diferenciar grupos locais (aldeias) que partilhavam de uma mesma unidade cultural e ou lingüística? Esses grupos que se autodenominavam diferentemente, não seriam redutíveis, do ponto de vista lingüístico, aos Kiriri e aos Tupi? A resposta a essas questões esbarra na insuficiência ou mesmo na absoluta ausência de informações sobre as línguas antigamente faladas por esses índios. Detém-se, pois, na barreira criada pela ausência de documentação. Referindo-se ao grande número de línguas indígenas desaparecidas, o lingüista Aryon Rodrigues afirma que, dentre estas, “só muito poucas foram documentadas razoavelmente: duas durante o período colonial, uma ou duas nos últimos anos. Algumas dezenas delas são conhecidas somente por amostras de vocabulário colhidas em dife-

rentes épocas por missionários naturalistas, sertanistas ou antropólogos. A maioria, porém, terá desaparecido sem deixar traços" (Rodrigues, 1970). Esta realidade explica porque as classificações lingüísticas que incluem uma perspectiva histórica, contêm grande número de línguas desconhecidas. Assim é que no Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju (1981), no qual estão representados e classificados do ponto de vista lingüístico os grupos indígenas brasileiros registrados na bibliografia até 1944, as denominações étnicas, cuja presença é registrada em Sergipe, estão assim classificadas:

Grupos Indígenas	Classificação lingüística segundo Curt Nimuendaju
Tupinambá, Tupinauê, Caeté	Tupi
Kiriri	Kiriri
Xocó, Natu	Línguas isoladas
Acunã, Aramuru, Boimé	Línguas desconhecidas
Carapotó, Capajó, Huamoí	Línguas desconhecidas
Romarís, Uruma	Línguas desconhecidas
Oromarais, Caacicas, Moritses	Não figuram na relação de Nimuendaju

O que podemos concluir, à base dos dados até então disponíveis, é que embora não seja possível ter um quadro bem delineado das filiações lingüísticas das primitivas populações indígenas de Sergipe é insustentável o exclusivismo Tupi, atribuído por muitos, aos índios que habitavam entre o Rio Real e o São Francisco. Mesmo admitindo-se a hipótese de que as línguas isoladas e desconhecidas, da classificação acima seriam dialetos diversos de uma ou mais línguas, a presença dos Kiriri ao norte e ao sul do Estado invalida o exclusivismo Tupi.

Mas, se não é possível preencher os vazios deixados pela extinção da língua, o que fala bem alto sobre a violência profunda que atingiu os seus portadores, outros caminhos podem e devem ser tentados para diminuir as lacunas existentes no conhecimento do índio em Sergipe. Os caminhos da Arqueologia precisam ser trilhados com firmeza e, para tal, é imprescindível a presença dedicada da Universidade. A documentação histórica é outra via que não tem sido suficientemente explorada. Se a partir da década de setenta alguns trabalhos começaram a ser produzidos com base na documentação de arquivos, sobretudo do Arquivo Público de Sergipe rico em documentos do século XIX (5), muitos outros permanecem inexplorados. Dentre estes os arquivos das ordens religiosas que aqui atuaram. Para os missionários a questão da diferença se colocava mais forte do que para os agentes do Estado. Catequisar índios implicava em conhecimento da língua do grupo, daí as gramáticas que os padres deixaram junto com os cate-

cismos nas línguas nativas. O trabalho cotidiano com os índios chamava atenção para a diversidade cultural muitas vezes registrada nos catecismos e condenadas como superstição e pecado. Também as cartas registravam concepções e idealizações dos padres acerca dos índios. Visão etnocêntrica, evidentemente, mas fontes de informações que submetidas a uma leitura crítica ajudarão, decerto, a diminuir o desconhecimento que atinge não apenas as línguas dos índios que habitavam em Sergipe, mas a própria história dos primeiros donos da terra, cuja conquista logo mais completará quatrocentos anos sem que se conheça, sequer, um perfil geral dos conquistados.

## NOTAS

1. A grafia dos nomes tribais segue a Convenção adotada pela ABA. Na relação de etônimos à pag. 6 preservamos, contudo, as variações gráficas das fontes.
2. Sobre o índio no livro didático ver o instigante artigo de Everardo Rocha intitulado: "Um índio didático: nota para o estudo de representações". In: Rocha, 1984.
3. Ver carta do Provincial Ignácio de Tolosa, Primeiros aldeamentos na Bahia e História e Societatis Jesu documentos já divulgados anteriormente e reunidos em Catequese/1575. Coleção Documentos para a História de Sergipe, vol. I - SEC/DCPH - 1975. Frei Vicente do Salvador - História do Brasil. São Paulo. Weiszflog Irmãos. Gabriel Soares de Souza - Tratado Descritivo do Brasil em 1587 - São Paulo. Editora Nacional/USP.
4. Fontes da nota anterior.
5. Ver Dantas (1976, 1983 (1973) 1985). Dantas e Dallari (1980); Figueiredo (1981), Mott (1974), Nunes (1985). Em relação a um período anterior, ver Bezerra (1949).

## BIBLIOGRAFIA

- CIMI - 1985 - **Povos Indígenas no Brasil e Presença Missionária**. Brasília (Mapa).
- BEZERRA - 1949 - **Etnias Sergipanas** - Aracaju. Livraria Regina.
- CÂMARA JR., Matosso - **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.
- CATEQUESE - 1575 - Coleção Documentos para a História de Sergipe vol. I, SEC/DCPH - 1975.
- DANTAS, Beatriz Góis - 1976 - Índios e Brancos em Conflitos pela posse da terra - aldeia de Água Azeda. Séc. XIX. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, vol. II.
- \_\_\_\_\_ - 1983 - (1973) Missão Indígena do Geru. Comunicação apresentada no V Simpósio de História do Nordeste, 1973. Aracaju. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 28.
- \_\_\_\_\_ - 1985 - História de Grupos Indígenas e fontes escritas - o caso de Sergipe. **Revista de Aracaju**, nº 08.
- DANTAS e DALLARI - 1980 - **Terra dos Índios Xocó**. São Paulo. Comissão Pró-Índio.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo - 1981 - **Os Enforcados**. (O Índio em Sergipe). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOHENTHAL JR. W. D. - 1960 - "As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco" in: **Revista do Museu Paulista**. Vol. XII.
- LEITE, Gonçalo Rolemberg - 1967 - "Expressão Cultural de Sergipe" in: **Revista da Faculdade de Direito**, nº 12.
- LOUKOTKA, Cestmir - 1955 - "Les langues non-tupi du Brésil du Nord-Est" in: **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas**, vol. II. São Paulo.
- MARTIUS, Karl von, e SPIX, sd. **Viagens pelo Brasil, 1817-1820**. 3t. São Paulo. Melhoramentos.
- MOTT, Luiz - 1974 - Brancos, Pardos, Pretos e Índios em Sergipe: 1925-1830. in: **Anais de História** - Ano 6.
- NIMUENDAJU, Curt - 1981 - **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**, IBGE/Pró-Memória.
- NUNES, Maria Thétis - 1985 - "O Índio na Formação Sergipana" in: **Revista de Aracaju**, nº 08.

- OLIVEIRA, Carlos Estevão - 1942 - "O Ossuário da 'Gruta do Padre' em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste", in **Boletim do Museu Nacional**.
- PINTO, Estevão - 1935 - **Os indígenas do Nordeste**, SP. Companhia Editora Nacional.
- ROCHA, Everardo - 1984 - "Um índio didático: nota para o estudo de representações". in: **Testemunha Ocular**. Rocha, Everardo et alii. São Paulo. Brasiliense.
- RODRIGUES, Aryon D. - 1986 - As línguas indígenas e a Constituinte. in: **Porantim**, nº 08.
- \_\_\_\_\_ - 1970 - Línguas Ameríndias - **Verbetes da Enciclopédia Delta Larousse**.
- SOUZA, Gabriel Soares - 1971 - **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo. Ed. Nacional/USP.
- SILVA, Clodomir - 1920 - **Álbum de Sergipe** - Governo do Estado de Sergipe.
- TRAVASSOS, José Antonio da Silva - 1916 - "Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe". in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol. 3, nº 06.



## MALHADOR E O SISTEMA COOPERATIVISTA NO CAMPO

Adelci Figueiredo Santos\*

### INTRODUÇÃO

O setor agrário tem sido relegado a 2º plano, apesar de ser responsável pelo sistema de produção de alimentos e matérias primas, principalmente nos países subdesenvolvidos. O fato dos países subdesenvolvidos produzirem alimentos ou matérias primas, voltados para o comércio exportador, leva-os a uma grande ou total dependência dos países ricos ou desenvolvidos, criando, dessa forma, impasse para o desenvolvimento.

A política agrícola voltada para os produtos de exportação traz, como consequência, a redução da área de cultivos de gêneros alimentícios, o que agrava ainda mais o abastecimento interno desses países.

A necessidade do aumento da produção de alimentos para fazer frente ao crescimento populacional acelerado e a luta pela posse da terra forçam os governos a se preocuparem com os pequenos produtores e trabalhadores sem terra uma vez que são eles responsáveis pelo maior volume agrícola no mundo subdesenvolvido.

O espaço rural é marcado em sua morfologia e estrutura por: a) pequenas propriedades; b) propriedades médias; c) grandes propriedades; d) empresas rurais. As grandes propriedades e as empresas rurais estão concentradas nas mãos de poucos donos que constituem as oligarquias rurais. Os médios proprietários enfrentam os mais diversos problemas e os pequenos, cuja renda da terra não é suficiente para a sobrevivência da própria família constituem maior percentual. Os pequenos proprietários nessas condições vendem sua força de trabalho aos outros proprietários formando o exército dos trabalhadores volantes. Nessa luta pela terra e busca de trabalho as cooperativas surgem por iniciativa de trabalhadores sem terra ou de pequenos proprietários que como alternativa de organização buscam ajuda junto aos órgãos públicos, entidades religiosas ou filantrópicas que cooperam na aquisição de terra.

---

\* Prof. Titular do Departamento de Geografia da UFS  
Livre Docente de Geografia da População.

Nas áreas onde o minifúndio se apresenta mais representativo e a presença dos sem terra torna-se mais evidente, o cooperativismo cresce de importância a cada dia, pois contribui para a reorganização do sistema fundiário. O sistema devidamente organizado atua como agente fixador do rurícola à terra uma vez que a cooperativa é empreendimento capaz inclusive de organizar e administrar programas de colonização. A cooperativa é, assim, uma das alternativas do desenvolvimento e da modernização do meio rural.

## DESENVOLVIMENTO

O estudo envolve o município de Malhador em Sergipe principal área de atuação da Coopegreste (Cooperativa Mista e de Colonização do Agreste Ltda) criada em 9 de fevereiro de 1969 sob a influência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e sua sede se encontra localizada em Itabaiana considerado o celeiro do Estado.

A área de ação da Coopegreste abrange os municípios da micro-região 127, Agreste de Itabaiana (Areia Branca, Campo do Brito, Macambira, Itabaiana, Malhador, Moita Bonita, São Domingos) e três da microregião 125, N. Senhora das Dores (Frei Paulo, N. Senhora Aparecida e Ribeirópolis). Fig. 1 - Ocupa uma área de 1.990 km<sup>2</sup> equivalente a 9,1% do Estado de Sergipe, com uma população de 128.260 habitantes distribuída de maneira diferenciada, sendo Itabaiana o município de maior representação, tabela 1.

**TABELA 1**

Distribuição da População Urbana e Rural por município

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			
	URBANA		RURAL	
	1970	1980	1970	1980
Frei Paulo	2.647	3.004	6.089	5.822
Areia Branca	990	1.304	2.785	5.038
Campo do Brito	2.416	2.735	8.817	9.173
Itabaiana	16.433	26.317	25.207	26.279
Macambira	895	868	3.796	3.543
Malhador	2.033	2.664	4.226	5.644
Moita Bonita	569	1.207	7.567	7.410
São Domingos	839	1.497	4.091	4.797
N. S. Aparecida	316	925	7.758	7.830
Ribeirópolis	3.174	4.722	6.914	7.480

Fonte: INEP, Anuário Estatístico de Sergipe, 1983.



A escolha de Malhador deve-se ao fato deste município juntamente com Itabaiana (sede da Cooperativa) e São Domingos possuírem maior número de associados; Malhador representa ainda a área de maior atuação da Cooperativa, pelo número de pessoal assentado. A existência de um número expressivo de associados permite analisar as transformações surgidas no sistema agrário do município antes e após a implantação da cooperativa, podendo-se observar quais as mudanças operadas tanto na estrutura fundiária como na qualidade de vida dos cooperados.

O município de Malhador localiza-se no Agreste de Sergipe, possui uma economia agrícola voltada especialmente para a produção de mandioca, seguida de feijão, inhame, milho, banana e maracujá. O rebanho bovino ocupa alguns espaços, não tendo a mesma importância da produção agrícola.

No início, a Cooperativa restringia-se apenas a revenda de insumos e não atingia os objetivos propostos que são: a) assentamento de famílias e utilização de terra visando uma economia de mercado; b) beneficiamento da região com aumento da produção agrícola; c) aumento do nível de produtividade média das culturas exploradas; d) criação de empregos; e) elevação da renda "percapta" da região através de incentivos à agricultura. Devido a isto alguns participantes (12) da Cooperativa integrados ao município de Malhador influenciados pelas experiências da Cooperativa do Treze no município de Lagarto, pela PRHOCASE (Promoção do homem do campo em Sergipe) em Maruim e estimulados pela Igreja do Padre Rezende iniciaram um movimento visando a aquisição de terras, preocupação da maior parte da população de Malhador. Foi escolhida a Fazenda Santo Izidoro com 605 hectares, localizada apenas a 1 km da sede municipal. Esta propriedade é atravessada pelo rio Jacarecica e os riachos perenes Tiririca, Trairas e Jacoca, mananciais que posteriormente foram utilizados para irrigação. A fazenda foi adquirida por Cr\$ 400.000,00 em 1972 após uma luta de um ano e dez meses junto ao Banco do Brasil. Ao término deste já cansados da espera conseguiram os cooperados levantar a importância necessária à compra do imóvel, dando como hipoteca suas pequenas propriedades. Na transação, cada cooperado avaliava um título do seu companheiro e a integralização do capital foi processado através de cotas-partes dos associados.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) responsável pela divisão dos lotes, devido à burocracia não processou a demarcação. Os associados em número de 42 o fizeram por conta própria dividindo a propriedade em 31 lotes de 6 ha. para os cultivos e 11 lotes de 25 ha. para a pecuária. O restante, dois lotes de 22 ha. cada ficou como área comunitária e o restante em torno de 20% como reserva florestal. Os trabalhadores foram selecionados de acordo com crité-

rios estabelecidos: ser casado, não possuir mais de 60 anos, ter família numerosa e não ter terras. Este último critério não foi levado em consideração pois aqueles que lutaram para aquisição da Fazenda Santo Izidoro e possuíam pequenas propriedades que foram hipotecadas receberam lotes durante a divisão. A área foi desmatada e a madeira serviu como recurso para pagamento dos juros bancários da dívida adquirida. Somente em 1975 foi passada a escritura. Não havendo entendimento entre a diretoria da Cooperativa e os associados no sentido de quais culturas deveriam ser implantadas, os agricultores da Fazenda Santo Izidoro optaram pelos produtos que eram habituados a plantar: mandioca, inhame, amendoim, banana. Posteriormente o maracujá foi introduzido por incentivo da cooperativa.

A mandioca é o principal produto, cultivado por todos os associados. A farinha é produzida em uma fábrica da Cooperativa implantada no próprio município ou em propriedade dos cooperados. A venda é negociada com a Cooperativa que revende à COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), em Aracaju e Recife, e com outros armazéns. Há também venda nas feiras ou são entregues ao intermediário. O inhame produzido é comercializado diretamente a cooperativa face a sua perecibilidade. O amendoim e a banana são vendidos ao intermediário. Quanto ao maracujá, expandiu-se rapidamente tendo em vista o preço e a comercialização fácil; sua produção é entregue a Cooperativa Esperança, em Maruim, que a comercializa com a Maguary.

O trabalho nos lotes é feito pelo próprio dono ajudado por familiares e parentes. Na época da "limpa" e colheita são contratados trabalhadores assalariados temporários, de preferência homens, embora algumas mulheres sejam empregadas. O salário pago em forma de diária é diferente para o homem e a mulher, havendo discriminação. O homem percebe Cz\$ 30,00 e a mulher Cz\$ 20,00 (1980). Não existem assalariados permanentes.

Vários são os entraves encontrados no sistema cooperativista em áreas subdesenvolvidas: a falta de capital por parte do associado para financiar a produção agrícola; financiamento fora do calendário agrícola; presença do intermediário que aproveitando as necessidades do produtor sem crédito e capital vende seus produtos abaixo do preço real não podendo esperar o preço justo. A falta do crédito tem contribuído para que os cooperados não possam adquirir adubos, sementes, equipamentos dificultando o preparo das terras e o aumento da produção, desestabilizando o sistema. Outro fato, de maior importância é a má administração da empresa devido à falta de conhecimento das técnicas administrativas. Isso tem levado à inadimplência grande número de cooperativas agrícolas. Apesar de todos esses entraves a Coopegreste vem sobrevivendo, graças a luta dos seus cooperados, como também ao seu patrimônio imobiliário e industrial.

Em Malhador foram observadas mudanças bem significativas: novas glebas foram incorporadas ao sistema, ampliando o número de assentamentos. Em Itapecuru, com 181,5 ha. foram assentados 6 cooperados; Gavião com 45,4ha., 9 assentamentos e São Francisco, 12,1 ha, 5 assentamentos (Figura 2). Os sem terra passaram a trabalhar nas áreas de domínio coletivo ou nos lotes dos cooperados; a produção foi ampliada; passou-se a utilizar o sistema de irrigação e outras técnicas modernas, construídas e reformadas casas nos lotes; intensificou-se o processo de conscientização dos trabalhadores, estimulando-os à luta pelo direito à terra, ao trabalho, a uma vida mais digna.

É importante atentar que a Coopegreste não resolveu o problema de todos os sem terra, pois somente alguns foram beneficiados, continuando o restante à mercê dos grandes e médios proprietários e até mesmo de alguns cooperados que, capitalizados, por ironia, utilizam a força de trabalho dos que não foram incorporados ao sistema. Em Malhador, o sistema propiciou a melhoria da qualidade de vida da maioria dos cooperados.

É necessário que o governo brasileiro intensifique cada vez mais o sistema cooperativista nas áreas de minifúndios e estimule e acelere a reforma agrária nas áreas de latifúndios. Essas medidas poderão solucionar ou, pelo menos, minimizar os problemas do homem do campo, reduzindo os conflitos fundiários e as tensões sociais.

# ÁREAS DE ASSENTAMENTOS

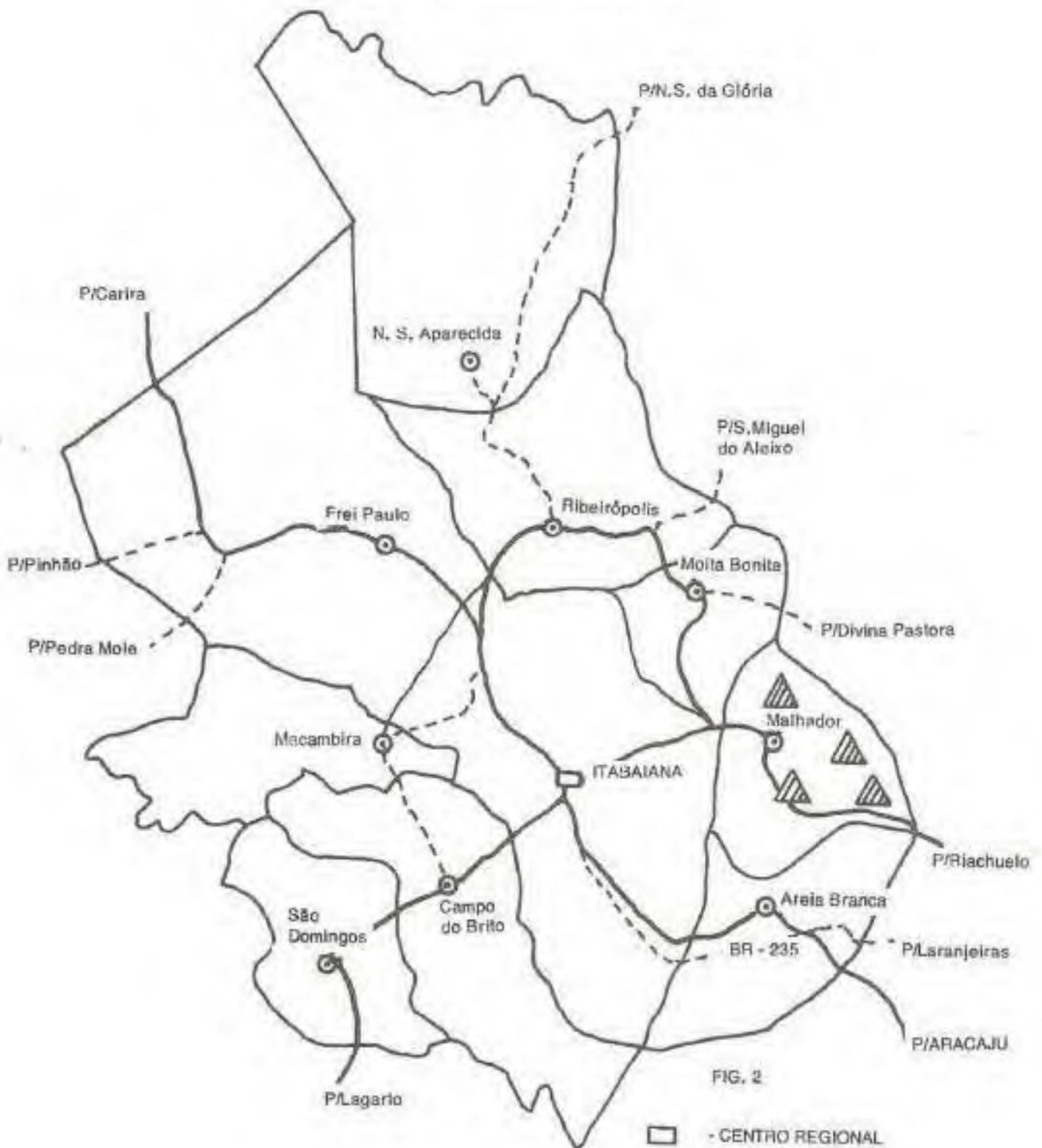








FIG. 2

ESCALA 1:400.000

-  - CENTRO REGIONAL
-  - CIDADE
-  - DIVISÃO MUNICIPAL
-  - ESTRADA PAVIMENTADA
-  - ESTRADA
-  - ÁREAS DE ASSENTAMENTOS



## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de, Problemas e Perspectivas do Desenvolvimento no Nordeste do Brasil, in: Ensaios de Economia do Nordeste-Espaço e Tempo-Recife: Comunicações 4, PIMES (UFPe), 1974.
- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Sergipe. Projeto Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo do Estado de Sergipe. PIDCOOP/SE. Convênio MA/SUDENE/SUDAP. Anacarse - Aracaju, 1975.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo, História de Malhador, Sergrase, Aracaju, 1979.
- INEP, Anuário Estatístico de Sergipe, 1983.
- JUNQUEIRA, José Barroso, Uma Abordagem Política do Cooperativismo no Brasil, 1974 (mimeografado).
- MATO, Manoel Andrés, A Cooperativa Agrícola na Dinâmica Social, in: Cadernos Ceas, nº 33, setembro/outubro, 1974.
- MELLO, Maria Conceição D'Incao, O Boia Fria, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
- NOVAES, José Roberto, Planejamento Agrícola e Realidade, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), mimeo.), UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de, Elegia para uma Religião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PINHO, Diva Benevides, Sindicalismo e Cooperativismo, IC T, São Paulo, 1964.
- RIOS, Gilvandro, Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudanças Sociais, Piracicaba: ESALQ/USP, 1976. Tese de Mestrado.

SANTOS, Adelci Figueiredo, Andrade, J. Augusto e Reis, Rute S. in: O Processo de Minifundização do município de Itabaiana, Caderno de Geografia nº 6, 1979.

SUDAP, Projeto de Colonização: Fazenda Santo Izidoro, Aracaju - 1980.

## INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO DIREITO PROVINCIAL SERGIPANO

José Silvério Leite Fontes\*

Nesta publicação pretendo divulgar a primeira parte do trabalho que estou elaborando sobre a história do Direito Provincial Sergipano.

Não será estudo de exegese jurídica. Nem tampouco tentará desenterrar os mortos à luz da Ciência do Direito. Seu objetivo é menos teórico, menos abstrato, porém não menos ambicioso. Pretende recuperar uma parcela de nossa experiência jurídico-positiva, especialmente de nossa produção legislativa, para reflexão a partir dos esquemas atuais, mas preocupado em re-apresentar o passado em sua inocente concretividade. Digo inocente porque toda realidade vivida, tomada em si mesmo é inocente, embora estivesse maculada, nas mentes e nas intenções dos homens, pelo apetite de poder ou de riqueza, pelo ciúme, pelo ódio ou pela inveja.

O trabalho não presume de si mesmo ao ponto de julgar-se estudo completo e satisfatório. O conhecimento histórico-científico de qualquer setor da atividade humana não pode ser devidamente efetuado sem a descoberta das conexões e dos contrastes com todas os outros setores. O exame do Direito somente será historicamente satisfatório posto em relação com as vivências políticas e econômicas, a estrutura social, o sistema jurídico geral e o pensamento jurídico. Isso não será possível atender *in totum*, dadas as limitações de tempo, de horas de trabalho, de informações, que acompanharam e acompanham a elaboração desse estudo. Por isso, ele não passará de um ensaio. Espera servir de pista de decolagem para empreendimentos mais relevantes. Contribuir com um passo, parcial e esquivo, para o melhor conhecimento de Sergipe na época imperial.

---

\* Prof. Titular do Departamento de Direito da UFS.

Terá início com a apresentação sumária da condição jurídica da Província, no sistema jurídico monárquico, tomando por base a legislação geral, tanto a constitucional, como a ordinária, e os livros escritos por publicistas do Império, como **Pimenta Bueno**, **Paulino José de Souza**, **Joaquim Ribas** e **Tavares Bastos**, além dos modernos estudos de **Camilo Oliveira Torres** e **Oliveira Viana**. Outros autores poderiam ser consultados, mas a relativa escassez das bibliotecas locais não permitiu conhecimento direto desses autores.

Em seguida, passará à descrição dos dispositivos legislativos provinciais, divididos em setores, sendo de preferir a divisão das matérias, com base em critérios predominantemente político-administrativos, de **Tavares Bastos**, acrescentando-lhe alguma complementação: a) administração municipal; b) polícia e guarda nacional; c) justiça; d) administração eclesiástica; e) instrução pública; f) emancipação de escravos; g) associações; h) imigração e colonização; i) catequese dos índios; j) obras públicas; l) administração financeira.

Algumas palavras serão ditas sobre os aspectos comuns da legislação provincial e a lenta transformação de seu estilo e significado. Sempre que possível, haverá observações sobre os fundamentos políticos, econômicos, sociais e ideativos, das decisões legislativas.

## A PROVÍNCIA NO SISTEMA CONSTITUCIONAL MONÁRQUICO

A Constituição de 25 de março de 1824, promulgada por D. Pedro I, iria reger os destinos do Brasil Império até o seu ocaso, em 1889. No contexto, ela aglutinava duas tendências díspares, em conflito no palco político e doutrinário, desde que o liberalismo em expansão contrastava com a monarquia de direito divino. Em atenção à primeira, a Carta Magna definia o Império como "associação política", no bom estilo da teoria contratual da sociedade, de **Locke**, **Püffendor** e **Rousseau**. Se, no art. 98, confirmava ser o Imperador o "Chefe supremo da nação", acrescentava, porém: "e seu primeiro representante". Se, no art. 99, declarava a pessoa do Imperador "inviolável e sagrada", insistia, no art. 11, serem o Imperador e a Assembléia, "os representantes da nação brasileira", e, no art. 12, que todos "os poderes no Império do Brasil são delegações da nação".

Dessarte, o princípio sacral e mágico da monarquia, "pela graça de Deus", juntava-se ao respeito tradicionalista pela família de D. Pedro I e ao preceito liberal e revolucionário, "pela unânime aclamação dos povos". O Imperador pendia entre o passado e o presente, a

tradição e a revolução, o sistema autoritário e o liberal, nessa curiosa associação de duas diretivas opostas, que deveriam manter-se em equilíbrio, dentro da tensão contrastante, porque, sem ela, o Império de 1824 se desfiguraria ou desapareceria. Esse traço de compromisso e de conflito cabe ser ressaltado para que se possam melhormente compreender a natureza das lutas políticas no Império e o desequilíbrio de forças que levou a sua ruína. Claro que muitas causas podem ser aduzidas para explicá-lo, mas isso ultrapassa o objetivo deste trabalho, circunscrito à Província.

Conhecida é a tese de **Raymundo Faoro** sobre a monarquia brasileira. Ela se teria constituído, como acima disse, por um compromisso entre a monarquia e o liberalismo. Para estabilizar esse compromisso, o Segundo Reinado consolidaria o estamento burocrático, já vigente no regime português. Por meio dele, dobraria as resistências da aristocracia, incorporando-a, sempre que possível, integrando-a em seus quadros (1). Parece-me, porém, que não se deve exagerar a importância desse estamento burocrático. Embora não fosse, em sua maioria, constituído pelos senhores territoriais, encontrava-se sob a dependência destes. O esquema burocrático permitia submeter parte da aristocracia rural aos designios do Soberano, mas, em troca, nos escalões mais elevados, era composto por aquela parcela da nobreza. A camada senhorial desdobrava-se em duas alas, de fronteiras vacilantes. Uma delas se aninhava no aconchego do Poder e caía sob a proveitosa atração do **status** burocrático. Mas, como os casulos do Poder eram limitados e a superfície social da aristocracia brasileira muito ampla, em decorrência da extensão territorial do país, a outra ala ficava excluída. Postava-se em luta contra a tendência dominadora da oligarquia governante. A soma de competências concentradas em mãos do Imperador, o centralismo político, permitiam que esse, como chefe da máquina burocrática, pudesse articular e manipular as eleições, cabendo-lhe papel decisivo na escolha do bando aristocrático com que governaria. Por isso, no Brasil imenso e de povoamento disperso, o liberalismo naturalmente se associava ao federalismo, como bandeiras dos que estavam fora do Poder, assim como o conservadorismo apeçava-se à centralização, bandeiras dos agraciados pelo nune tutelar do Estado.

Se, no plano ideológico, eram essas as duas orientações políticas, na prática quotidiana, os papéis se trocavam em função da posição política momentânea de cada bando. Por isso, ninguém se parecia tanto com um conservador que um liberal no Poder, e tanto com um liberal que um conservador na oposição. Restavam, porém, em cada facção, os núcleos autênticos de liberais e conservadores, a dar-lhes consistência política e cobertura ideológica.

Os grupos que reagiram à camisa de força do quadro burocrático, partes da camada social privilegiada, somente viam caminho para

libertar-se da tutela da Coroa, no cerceamento da autoridade desta e na maior autonomia das Províncias. Daí se gerava certa tendência centrífuga, que fazia receiar, pela manutenção da unidade social, aos publicistas do Império, posto de vista endossado, em nosso século, pelo sociólogo **Oliveira Viana**.

A **Constituição** de 1824 era claramente centralista, apesar de expressões programáticas discordantes. O Estado, dizia o art. 1º, já citado, era "a associação política dos cidadãos". O seu território, pelo 2º, dividido em Províncias. Mas, apenas seu território, pois os cidadãos constituíam o Estado uno, pelo seu ajuntamento mútuo e direto no corpo total do Império. É certo que o art. 71 reconhecia e garantia "o direito de intervir todo cidadão nos negócios de sua Província e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares". Os artigos subseqüentes, porém, esclareciam ser esse direito exercido por intermédio dos Conselhos Gerais eletivos. A competência destes limitava-se, entretanto, a formular projetos que seriam executados somente mediante deliberação do Governo Imperial. Os presidentes das Províncias eram nomeados pelo Centro, como determinava o art. 65.

A revolução de 7 de abril de 1831, que derrubou D. Pedro I e pôs no trono o menino Pedro II, inaugurando o período regencial, foi uma vitória parcial das forças liberais e federalistas. Uma vez transformadas em Governo, sentiram a necessidade de buscar nova fórmula de compromisso com os elementos estabilizadores do Estado. Dessa fórmula nasceu o **Ato Adicional**, de 12 de agosto de 1834, decretado pelo parlamento. O relator do projeto, **Bernardo Pereira de Vasconcellos**, teria dito: "Entrego-vos o código da anarquia". Mas, por que? Ele consagrava a autonomia das Províncias. Em termos muito moderados, como se verá. Sua análise, na parte dos dispositivos relativos à Província demonstrará isso e de modo nenhum justificará a assertiva do famoso estadista. De fato, novamente triunfava o projeto de monarquia mista, com o predomínio do princípio monárquico, feitas algumas concessões ao liberalismo federalista e às forças sociais respectivas.

Aprovado em ambiente de tensão, o **Ato Adicional** foi logo, em seguida, objeto de acesa controvérsia quanto a sua aplicação. Os autores de comentários jurídicos referem-se à falta de clareza, à ambigüidades do texto e aos excessos das assembleias provinciais quanto às pretensões relativas à extensão de sua competência. Sem discutir essas afirmativas, procurarei linhas adiante, compreender essas qualidades tidas por negativas.

Houve tentativas de reformar o **Ato**, mas vingou a idéia de interpretá-lo, segundo projeto da Comissão das Assembleias Provinciais, da Câmara de Deputados. Foram apenas sete artigos, mas se passaram três anos para sua definitiva aprovação. Proposto a 10 de julho de 1837, tornou-se lei a 12 de maio de 1840. Seu objeto foi esclarecer dú-

vidas sobre os seguintes pontos: a) o conceito de funcionários gerais, com exercício nas Províncias; b) o conceito de polícia municipal; c) o alcance da faculdade atribuída às assembleias provinciais de processar magistrados; d) a possibilidade de segunda instância legislativa, em relação ao poder de veto do presidente da Província (2). A lei decidiu todos os pontos controvertidos de modo a fortalecer a ingerência do Poder Central e do estamento monárquico burocrático. Promulgada por conservadores, foi deixada intacta pelos liberais que logo depois ascenderam ao Poder.

No mesmo sentido, procedeu a jurisprudência do Conselho de Estado, órgão político-administrativo de assessoramento do monarca, nos anos seguintes. A Assembleia Geral, isto é, o Parlamento deixou de resolver muitas questões que lhe foram submetidas, contribuindo assim, como órgão governamental mais favorável à autonomia provincial, por omissão, para fortalecer às interpretações centralistas.

Depois de 1870, o ressurgimento do federalismo iria por em xeque a opção centralizadora, sem conseguir, porém, abalá-la, até 15 de novembro de 1889.

No campo de debate político e jurídico defrontavam-se as duas correntes, ora para justificar a centralização, ora o federalismo. A primeira denotava bem seu ecletismo monárquico-liberal nos argumentos que expunha. A segunda era mais coerente, ancorando-se nos princípios liberais, embora encontrasse dificuldade de conciliar o desejado sistema eletivo da administração provincial com o princípio vitalício-hereditário da monarquia. **Pimenta Bueno**, em seu **Direito Público Brasileiro**, partia do pressuposto que a Constituição de 1824 era o repositório dos "princípios do direito público filosófico ou racional". Procurava, pois, descobrir os fundamentos racionais dos preceitos da Carta básica. A pedra fundamental seria a homogeneidade do Império, garantia da unidade nacional. Mas essa homogeneidade podia revigorar-se com a divisão em Províncias, pela conveniência da multiplicação dos centros administrativos, visando atender melhormente às ocorrências do imenso espaço brasileiro. Mas, com a importante ressalva: "Por isso mesmo que o Império é único, que ele não é dividido em Províncias senão no sentido e fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração" ... as Províncias "não são Estados distintos, ou federados, sim circunscrições territoriais, unidades locais ou parciais de uma mesma unidade geral. São centros de vida, de ordem e de ação administrativa, partes integrantes do Império" (3).

O **Visconde do Uruguai, Paulino José de Souza**, algo influenciado pelo constitucionalismo norte-americano, era menos peremptório, embora fosse o autor da Lei de Interpretação. Distinguiu a centralização política e a administrativa, sendo favorável à primeira. Embora apelasse para as regras interpretativas de **Story**, entendia de modo

muito amplo o que chamava de interesse geral, em oposição ao provincial. Por outro lado, encontrava dificuldade em conciliar a gestão dos dois interesses. Temeroso do conflito, resolvia as situações ambivalentes no sentido da centralização. Enquanto **Pimenta Bueno** justificava a autonomia provincial apenas em nome da conveniência, **Uruguai** via a administração bipartida entre o poder imperial, presente pelo seu delegado, o presidente provincial, e o povo da Província, que elegia Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, essas como expressões constitucionalmente legitimadas da autonomia inerente à parcela provincial do corpo de cidadãos brasileiros. (4)

Já **Tavares Bastos** não podia ter a preocupação de justificar teoricamente o sistema estabelecido, pois o que ele pretendia era sua substituição pelo regime federativo. Em defesa de sua tese, recorria a argumentos de filosofia e de conveniência política. Para ele, "absolutismo, centralização, império, são, neste sentido, expressões sinônimas... amortecidas ou extintas as instituições locais, foco da liberdade, desaparece a liberdade". Essa afirmação lembra a tese de **Tocqueville**, em *Democracia na América*, que identificava a coluna dorsal da democracia norte-americana com o vigor de suas instituições locais. Por um segundo argumento, punha toda confiança no dinamismo dos indivíduos e da vida privada, enquanto lançava aos ombros da autoridade pública o peso da inércia e da inatividade. "Nesses dias nefastos em que o poder, fortemente concentrado, move mecanicamente a nação inteira, caracterizam o estado social, a inércia, o desalento, o ceticismo, e, quem sabe, a baixa idolatria do depotismo, o amor às próprias cadeias". Vinham finalmente os argumentos de conveniência: a) a centralização aumenta a corrupção; b) não pode conhecer dos problemas específicos das Províncias e dar-lhes adequada solução; c) as regiões brasileiras têm costumes, linguajar e interesses diversificados; d) muitas delas têm mais relações com o estrangeiro que com a capital do Império; e) o espírito de reforma sofre obstáculos e as melhores reformas são deturpadas pelo Centro dominador. **Tavares Bastos** recusava os argumentos contrários sobre os perigos da anarquia e da dissociação da unidade nacional, indicando como esta se conservava, sem prejuízos da centralização, em países como os Estados Unidos e a Argentina. Quanto à autonomia pretendida, vacilava, não era claro, em busca da solução eclética entre os dois princípios que reputava opostos: autoritarismo - centralização x liberdade - federação. Como liberal, porém, sua doutrina repudiava os valores da tradição e da sacralidade do Poder. (5)

**Pimenta Bueno, Uruguai, Tavares Bastos**, três momentos do pensamento político - jurídico monárquico, três enfoques dentro do mesmo quadro mental e político, composto de valores diversos, mas arrebanhados no mesmo tropel. Aliás, sob aspectos peculiares de país ainda semi-colonial, país agrícola-exportador, inclusive de matérias



primas, esse estado se configurava também, à mesma época, na França, na Espanha e em Portugal. O pensamento francês primava pelo ecletismo e tinha seus epígonos no Brasil, como **Gonçalves Magalhães** e **Mont'Alverne**.

O exame do **Ato Adicional** revela que nele também se refletiam a ambiguidade e o ecletismo do clima mental da época.

É sintomático que, segundo a observação de **João Camillo Torres**, o **Ato Adicional**, ao especificar as competências de ordem local, nunca se referia às Províncias "enquanto tais, mas às assembleias provinciais e aos presidentes de Província. Forma bem adequada à concepção vigente da unidade e da integridade do Império. As Províncias não representavam partes cuja associação produzisse o todo, mas simples desdobramento das competências, no plano regional, da soberania una e indivisível do Estado brasileiro" (6).

A **Constituição**, o **Ato Adicional** e a lei de 3 de outubro de 1834 fixavam as atribuições do presidente provincial. Nomeado pelo Governo Imperial, era a autoridade máxima da Província, cabendo-lhe a direção dos serviços gerais nela instalados e dos serviços provinciais. **Antonio Joaquim Ribas** explica: "A missão dos presidentes de Província é de dupla natureza: são delegados da administração geral nas Províncias, e, ao mesmo tempo, chefes da administração provincial" (7). Acrescenta, porém, que a segunda categoria não se podia destacar da primeira, em virtude do princípio da homogeneidade do Império. Dessarte, evitava-se o inconveniente do paralelismo de duas ordens administrativas, pois conectadas pelo mesmo dirigente, e a dispersão dos serviços gerais, na órbita local, tão comum no regime federativo (8). Aparentemente era, pois, o presidente um verdadeiro sátrapa, com a direção do fisco e da polícia, instrumentos tão poderosos de pressão sobre os governados, então especialmente. Na verdade, porém, suas mãos poderiam ser facilmente atadas. Havia a assembleia e sua competência legislativa. Nomeado pelo Imperador, estava sujeito à livre demissão. Seus principais auxiliares, o secretário, o chefe de polícia e o tesoureiro, eram nomeados diretamente pelo Governo Central. Sua situação se tornava particularmente difícil quando a maioria da assembleia – que não podia ser dissolvida – cabia ao partido oposto ao do Governo Imperial. Era, na verdade, um sátrapa, como o funcionário concebido pelo sistema inicial de Dário I e não com os poderes que a prática depois correou para aquele. Contra a supremacia da assembleia, possuía duas armas importantes: o direito de veto, limitado pela pouco provável maioria de dois terços para rejeição; o de suspender as leis, quando julgadas contrárias ao sistema constitucional do Império, aos interesses de outras Províncias ou aos tratados. Diga-se, de passagem, que o **Ato Adicional** não previa a primeira hipótese, não indiretamente, mas a Lei de Interpretação, em seu art. 7º, eliminou expressamente qualquer dúvida. Na segunda hipótese, o presidente, quando

repellido o veto, submeteria o projeto ao Governo e a Assembléia Geral do Império (arts. 16 e 18).

Salvo essas intervenções, não cabia ao presidente outra participação no processo legislativo. Era-lhe defeso propor projetos de lei, restando-lhe apenas apresentar sugestões, quando de suas mensagens ao órgão legislativo.

Além disso, como ficou dito sucintamente atrás, segundo o entendimento da Administração, expresso na obra do já mencionado **Ribas**, até mesmo sua autoridade na esfera especificamente provincial, não poderia deixar de inspirar-se no pensamento imperial, nem "contrariá-lo na gerência dos negócios propriamente provinciais. Com efeito, emanando do Governo Imperial todo o pensamento e ação governamental, devem ser idênticos em todo o Império, e as próprias leis provinciais devem ser sancionadas e executadas em harmonia com este pensamento" (9).

Descreverei agora as competências das Assembléias Provinciais, pois o propósito deste trabalho é o estudo da legislação provincial e isso somente será compreensível com o conhecimento dos poderes do órgão legislativo e do procedimento legislativo.

Antes de 1834, do **Ato Adicional**, não se podia cogitar de legislação provincial. A competência do presidente não ficava definida na **Constituição**, passando para a legislação ordinária.

Foram criados os Conselhos Gerais de Província, eleitos como os representantes da nação e na forma destes. Mas se limitavam a votar resoluções sobre assuntos regionais e municipais, com o valor de projetos, remetidos ao Poder Imperial, para transformá-los em leis, se assim o entendesse, como já foi dito. Ainda assim, havia matérias interditas a essa competência simplesmente deliberativa dos Conselhos, como seria denominada pelo **Visconde de Uruguai** (10).

Vale a pena analisar previamente as características gerais do **Ato Adicional**, no que tange ao tema aqui desenvolvido, pois elas refletem o contexto social e mental de transição e transação, do Império, e se estendam a todo sistema legal.

As atribuições legislativas provinciais foram desmembradas do âmbito da Assembléia Geral. O **Ato Adicional** desgarrou-as para as novas casas legislativas. Por isso, não eram de natureza provincial, em princípio, como inerentes ao Poder Provincial, as competências retiradas da Assembléia Geral. Como exceções à normal autoridade do Parlamento, tal como definida na Constituição, os dispositivos relativos ao poder da Assembléia Provincial deveriam ser interpretados restritamente. (11)

Por outro lado, em virtude do art. 71, da **Constituição**, o Poder Legislativo provincial não podia ser considerado como delegação da soberania nacional, mas representação dos interesses provinciais. Não

lhe cabia representar uma soberania provincial, inexistente, porque não se poderia fragmentar a soberania nacional, mas interesses coletivos e de ordem pública, que se considerava terem o direito de cuidar de si próprios.

Em conseqüência, autonomia simplesmente administrativa (12).

De fato, distinguindo-se, com **Max Weber**, os atos de criação do direito, de aplicação do direito e de governo ou administração, verifica-se que a maioria das faculdades decisórias do legislativo provincial se incluíam nas duas últimas classes (13). Quando, pelo **Ato Adicional**, lhe era permitido criar o direito, este sempre se referia a ações administrativas, como dispor: a) sobre **instrução pública**, de estabelecimentos criados por lei provincial (art. 10, § 2º); b) sobre os casos e a forma de desapropriação por utilidade municipal ou provincial (art. 10 § 3º); c) sobre provimento e disciplina dos empregos públicos provinciais (art. 10 §§ 1º e 11); d) sobre administração dos bens provinciais (art. 11, § 4º); e) sobre impostos (art. 10, § 5º). Outras faculdades, embora com a adoção do caráter formal de lei, eram atos de administração: divisão judiciária, civil e eclesiástica; criação de estabelecimentos de ensino; orçamento; criação e supressão de empregos; obras públicas, estradas e navegação; fixação da força policial; autorização para contar empréstimo; etc. Os arts. 10 e 11 estão cheios dessas competências de conteúdo puramente administrativo.

Pelo exposto, poder-se-ia concluir da racionalidade do **Ato Adicional** quanto à distinção das competências geral e provincial. Porém, exame mais atento levará a descobrir ambigüidades, resultantes do método de especificação dos poderes provinciais, de caráter mais material que formal. É verdade que esse aspecto deu lugar, em toda a vida do Império, a uma formalização crescente, por intermédio da jurisprudência administrativa do Conselho de Estado e da doutrina.

Havia, por exemplo, dispositivos como o que autorizava a legislar "sobre casas de socorro públicos, conventos e qualquer associações políticas e religiosas" (art. 10 § 1º). Ora, nunca se pôde saber que associações políticas eram essas. Por outro lado, clubes políticos e sociedades secretas diziam respeito ao exercício dos direitos de cidadania, e, portanto, afetavam à esfera geral. Também a garantia dos socorros públicos era constitucional (art. 179, § 31). Quanto aos conventos, sua regulamentação poderia implicar em colisão com as determinações da *Stª Sé*, problema de política externa e eclesiástica. Além disso, a execução dos decretos pontifícios dependia do beneplácito do Governo Imperial. Uma vez dado, ganhavam eles obrigatoriedade, em termos de lei interna. Que restava às Províncias? Autorizar a fundação de conventos ou fechá-los. Nem de seus bens podia dispor, pois a lei

de 14 de outubro de 1836 declarou-os próprios nacionais. Também não podiam alterar a legislação sobre bens de mão morta, que o eram o das associações religiosas, gravados com a cláusula de inalienabilidade.

Outras vezes interpenetravam-se sem clareza as esferas de competência. Decidir sobre a divisão judicial, por exemplo. Como fazê-lo, sem ferir a organização judiciária, prevista, pela definição das instâncias, no Código do Processo Penal? Criar comarcas? Para que, se somente o Poder Central podia criar os cargos, provê-los e mantê-los? A prática administrativa circunscreveu a área da legislação provincial a estabelecer os limites das comarcas e de sua localização, não de seu número. Pior ainda para a divisão eclesiástica, pois implicava em cerceamento da autoridade dos bispos. Dispor sobre estradas e navegação puramente internas? Como conceituá-las? Como distingui-las, quando eram continuadas em outras Províncias, assumindo caráter nacional? E ainda restava o problema da relação entre vias de comunicação e segurança nacional.

Construir casas de prisão, de trabalho e correção? Fixar seu regime? Como fazê-lo, se a lei geral traçava as bases desse regime e se julgava que lhe competia fiscalizar seu cumprimento? A confusão de limites entre faixas de competência não deixava saída razoável.

Outro tanto se pode dizer da competência fiscal. O art. 10 § 5º, permitia às Assembléias deliberar sobre os impostos necessários às despesas provinciais e municipais, "desde que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado". O art. 12 proibia legislar sobre impostos de importação. Fora dessa restrição, a competência flutuava ao sabor da existência, ou não, de impostos gerais, prescritos na legislação ordinária. De fato, as leis de 3 de outubro de 1834 e posteriormente, de 31 de outubro de 1855 discriminaram as figuras impositivas, da receita geral, reservando às Províncias quaisquer outras (14).

Também o mesmo dilema quanto à criação de empregos provinciais e municipais. O art. 10, §§ 7º, considerava tais, "os que existirem nos Municípios e Províncias". Critério puramente material, ao qual se juntavam casuísticamente certo número de exceções. Como não existiam dois níveis administrativos distintos, a começar pelo chefe da administração provincial, o presidente, integrante dos dois, vários cargos importantes para a execução dos mandamentos do Poder Central, passavam a ser provinciais, tais como os de Juiz, Tesoureiro, Secretário (Chefe executivo de toda a administração na Província), etc. A Lei de Interpretação, de 12 de maio de 1840, art. 3º, procurou estabelecer critérios formais: seriam empregados provinciais "aqueles cujas funções são relativas a objetos sobre os quais podem legislar as Assembléias provinciais e por maneira nenhuma aqueles que são criados por leis gerais relativas a objetos de competência do poder legislativo".

Estranhamente, o art. 2º previa o caso de empregos provinciais e municipais, “estabelecidos por leis gerais relativas a objetos sobre os quais não podem legislar as referidas Assembléias”. Nessa hipótese, a estas cabia apenas fixar-lhes o número. Por isso em voto lavrado na Consulta do Conselho de Estado, de 10 de junho de 1855, **Euzébio de Queiroz** distinguia três classes de empregos: “1ª - Gerais, a respeito dos quais as Assembléias provinciais não podem exercer atribuição alguma legislativa...”, 2ª Provinciais e Municipais, mas criadas por leis gerais para execução de leis gerais, relativas a objetos, sobre os quais não podem legislar as Assembléias provinciais... 3ª Empregos Provinciais e Municipais, cujas funções são relativas a objetos, sobre os quais podem legislar as Assembléias provinciais. Tais são todos os empregos que não entram nas duas primeiras categorias. A respeito destes os Poderes Gerais carecem absolutamente de atribuições” (15). O exemplo apresentado ilustra bem como os juristas, formados nas novas doutrinas do Direito Público, puderam contribuir para modificar o estilo do sistema jurídico imperial, passando daquela situação primitiva do Direito Romano à situação oposta, de proposições jurídicas racionais, a que se refere **Max Weber** – “Os elementos de fato juridicamente relevantes são separados uns dos outros de acordo com características de ordem sensível externa, não em função de seu conteúdo lógico significativo” (16). Lá, em Roma, como aqui, mudança promovida pelo juristas, atentos às necessidades sociais emergentes, embora, em nosso país, os juristas não constituíssem uma camada social privilegiada para opinar, enquanto tal, com autoridade legal, mas o fizessem no desempenho de outras funções administrativas e legislativas.

Outro aspecto do **Ato Adicional**, próprio da época, é a preocupação sacramental de fixar fórmulas para os atos solenes, sobrevivência da sacralidade dos atos jurídicos, em tempos pretéritos. Bastam, como exemplo, as fórmulas enunciadas para o veto, a sanção e a publicação das leis (arts. 14, 15 e 18). Ou o cerimonial de instalação da sessão anual da Assembléia (art. 8º).

Finalmente a Assembléia provincial possuía, ao lado da competência legislativa, no âmbito especificamente provincial poderes ditos deliberativos e poderes judicantes. Os poderes deliberativos eram de três ordens: a) relativos à disciplina de seus trabalhos, nos respectivos regimentos internos; b) relativos à aprovação das resoluções das Câmaras Municipais, que versassem sobre tributos, orçamento, economia e polícia locais; c) relativos a representações ou proposições de projetos, de interesse provincial, à Assembléia Geral.

O **Visconde do Uruguai** observou que a descentralização favorável às Províncias, não atingira os Municípios. O Governo eminente destes continuou enfeixado, dessa vez, no centro provincial (17). Os motivos que levavam o Império à política de construção estendiam-se ao âmbito local, onde a inexistência de um executivo nomeado fazia

mais temer a distinção. A monarquia mantinha-se, assim, governante, em conjunção com o aparelho burocrático, dirigido pelos privilegiados.

Quanto a alínea c, supra referida – propostas ou representações dirigidas à Assembléa Geral –, entendia-se não revogara o **Ato Adicional** os dispositivos referentes aos Conselhos Gerais das Províncias, passando para as Assembléas as atribuições daqueles. Se anteriormente todas as resoluções dos Conselhos tinham a categoria de projetos, submetidos à Assembléa Geral, após o **Ato**, a maioria das resoluções da Assembléa provincial tinham a força de lei. Entretanto nos assuntos que ultrapassassem sua competência, subsistia a capacidade de formular projetos de interesse provincial. Dessa maneira, mantinha-se a comunicação entre os poderes legislativos local e geral, numa transfusão benéfica para a unidade do Império (18).

Se bem que, fiel ao modelo de **Montesquieu**, a Constituição imperial tomasse por base a divisão e harmonia dos Poderes, destacava um deles, superposto aos demais, como o elemento realizador dessa harmonia. Não acreditava na virtude do mecanismo de contraposição dos Poderes, para assegurar seu equilíbrio. Recorria ao Poder Moderador, encarnado pelo detentor da Coroa, que além disso era também o chefe do Poder Executivo. Por isso, o pretendido equilíbrio não existia e era freqüente a interpenetração dos Poderes, por estarem suas competências vagamente definidas.

No plano provincial, não havia Poder Moderador. O supremo controle dos atos do Executivo cabia ao Governo Central e dos atos do Legislativo ao dito Governo e à Assembléa Geral. O presidente da Província podia suspender a publicação de uma lei e submetê-la à Corte. Se o Parlamento não estivesse reunido, o Governo Imperial poderia mandar executá-la provisoriamente. Caberia àquele a decisão definitiva. Por outro lado, a Assembléa Geral, por iniciativa própria, ou do Executivo, tinha autoridade para revogar a lei provincial que ofendesse à Constituição, aos impostos gerais, aos tratados ou aos direitos de outras Províncias.

As Assembléas provinciais estavam munidas de certas atribuições judiciais, em matéria de crimes de responsabilidade quanto ao presidente e aos magistrados. Quanto àquele, decidia sobre a continuação, ou não, de processo contra ele instaurado, assim como sobre sua suspensão. Quanto aos últimos, podia suspendê-los ou demiti-los. A Lei de Interpretação esclareceu que não lhes cabia deliberar legislativamente sobre o conteúdo dos crimes de responsabilidade ou sobre o respectivo processo, mas somente funcionar como tribunal de justiça.

Ainda uma palavra sobre a Lei de Interpretação, significativa da mentalidade jurídica dos legisladores imperiais, pouco afeita ao formalismo jurídico. Foi uma lei ordinária que inclusive restringiu o entendimento de lei constitucional, quebrando a hierarquia das leis. Esse fato haveria de repetir-se algumas vezes, na monarquia.

Concluo aqui essa descrição sumária da figura Constitucional da Província e dos órgãos da administração provincial.

Passarei agora ao objeto desse estudo, limitando-me à atividade legiferente da Assembléa sergipana, com exclusão de seus atos deliberativos e judicantes.

## NOTAS

- ( 1) **Faoro**, Raymundo, **Os Donos do Poder**, V.1, 2ª ed. revista e aumentada, Ed. Globo/Ed. Univ. de S. Paulo, Porto Alegre / S. Paulo, 1975, pgs. 479-496.
- ( 2) **Torres**, João Camillo de Oliveira, 2ª ed revista, Ed Vozes Ltda , Petrópolis, 1964, pgs. 441-442.
- ( 3) **Bueno**, José Antonio Pimenta., **Direito Público Brasileiro**, J Villeneuve e Cia. Rio de Janeiro, 1857, pgs. IV, 22
- ( 4) **Uruguai**, Visconde do, **Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias**, C.I.J B Garnier Livreiro Editor, Rio de Janeiro, 1865, pg IX.
- ( 5) **Bastos**, A.C. Tavares. **A Província**, 3ª ed. Comp. Ed. Nacional. S. Paulo, 1975, pgs 16-18, 25-34
- ( 6) **Torres**, João Camillo de Oliveira, ob cit , pgs 347 - 348
- ( 7) **Ribas**, Antonio Joaquim, **Direito Administrativo Brasileiro**, 2ª ed. Min. da Justiça, Rio de Janeiro, 1968, pg. 126
- ( 8) **Torres**, J. C de Oliveira, ob cit , pg. 325.
- ( 9) **Ribas**, Antonio Joaquim, ob. cit. pg 126
- (10) **Uruguai**, Visconde Joaquim, ob cit l.I pg 139
- (11) **Ribas**, A J , ob cit , pg 129
- (12) **Bueno**, J A Pimenta, ob cit., pg 152
- (13) **Weber**, Max. **Economia Y Sociedad**, V III, ed mexicana, Fondo da Cultura Econômica, México, 1944, pg 22: "De acordo com os hábitos mentais contemporâneos, a atividade jurídica dos organismos públicos divide-se em formulação do direito e aplicação do mesmo, acrescentando-se a esta, como algo puramente técnico, a **execução**. Por **criação do direito** entendemos, a fixação de normas gerais integradas, segundo a linguagem dos juristas, por um ou vários **preceitos jurídicos**. Concebemos a aplicação do direito, com a incidência desses preceitos, e das ditames singulares que o pensamento jurídico deles deriva aos  **fatos concretos**, que estão visados pelos mesmos "

- (14) **Uruguai**, Visconde do, ob cit V I. pg 235
- (15) **Ibidem**, V II. pg 17
- (16) **Weber**, Max, ob cit. V III. pg 38
- (17) **Uruguai**, Visconde do, ob cit., pg IX
- (18) **Ibidem**, pg. 139



## TEÓFILO DANTAS UM INTENDENTE DE ARACAJU

\* Fernando Porto

Nas páginas desta Revista, têm sido homenageados os vultos que exaltaram a terra sergipana nos prélios da guerra e da política, na sublimidade das letras e das artes. A figura cujo nome encima esta página não o inscreveu, a sangue, nos parapeitos de fortalezas conquistadas, não encerrou com ele páginas imorredouras, nem traduziu a pincel as impressões que lhe deixaram os homens e a natureza. Em vez disso, teve sempre vida comum e modesta até o dia em que o destino, de um só golpe, pô-lo diante de uma cidade. Foi dentro das pautas cruzadas das ruas aracajuanas e nas telas imensas de suas praças que Teófilo Dantas escreveu as páginas e coloriu os quadros da mais fecunda obra administrativa aracajuana até seu tempo.

Filho do Comendador Francisco Correia Dantas e de D. Maria Vitória Barreto Dantas, personagens conspícuos da aristocracia açucareira de Sergipe, então no pleno fastígio da segunda metade do século XIX, nasceu Teófilo Correia Dantas a 8 de fevereiro de 1879, no engenho Mouco, em Divina Pastora. Adquiridos os conhecimentos elementares, trocou a paisagem ondulante dos canaviais sergipanos pelas colinas paulistas cobertas de cafezais, seguindo para Itu, onde faria o curso de humanidades. Tencionavam seus pais, possivelmente, consigná-lo às tarefas radiantes das ciências e das letras, em vez dos labores obscuros da agricultura e daí esta mudança de ambiente, antes que uma impregnação forte frustasse os seus desejos. Concluído o curso de humanidades, aproxima-se da terra natal, matriculando-se na Faculdade de Medicina da Bahia.

Pouco durou a satisfação paterna, pois o jovem Teófilo, terminando o 1º ano médico, cede ao apelo da terra e retorna a Sergipe, onde reaparece no engenho Tingui, tão senhor de engenho quanto o foram os seus maiores, sem vislumbre das tintas de outras terras, de outras atividades.

---

\* Engenheiro, Professor Titular, aposentado, do Departamento de Geografia da UFS.

Até mesmo o gosto pela política, tão arraigado em sua família, não se lhe deixou ficar adormecido e, com o apoio do cunhado Manoel de Menezes Barreto, elege-se Intendente Municipal de Divina Pastora (1), para o biênio 1905-1907, auspicioso evento que abria a um jovem de 25 anos, dotado de qualidades pessoais que saberiam se valer da influência política de sua família, uma estrada às posições mais elevadas do cenário político-social do Estado. Nessas qualidades pessoais, todavia, inscreviam-se certos traços muito firmes e retos de seu caráter, que seriam a razão de seu sucesso no futuro, mas que, naquele momento, impediram-no de conformar-se a certos meandros ocultos na via que se lhe antolhava tão fácil. Intransigente, rebelou-se contra a intervenção de seu cunhado na esfera administrativa e porque de lado a lado houvesse contemporização, renunciou ao cargo 15 dias depois de empossado. (2)

Em 1922 encerrou suas atividades rurais, mudando-se para o Aracaju, onde se estabeleceu com importante casa comercial. Aqui chegou muito a tempo para assistir ao surto de renovação urbana conduzido pelo governo Graccho Cardoso, surto que finalizou, de maneira notável, um período de nossa evolução citadina.

Novamente cedendo àquele impulso que sentira na mocidade Teófilo Dantas incorpora-se à política municipal aracajuana no mesmo ano de sua chegada, quando se elege para o Conselho Municipal (hoje Câmara Municipal), no qual permaneceria até sua escolha para Intendente. Não tardou que seus pares reconhecessem o mérito de suas qualidades e o devotamento que dedicava às suas novas tarefas, confiando-lhe, em janeiro de 1923, o lugar de secretário do Conselho, reconhecimento ampliado plenamente em sua eleição para Presidente do Conselho no triênio de 1924 a 1927. Tão altas funções no legislativo municipal não serviram a Teófilo Dantas como simples ornamento político ou social; proporcionaram-lhe um ponto de vista suficientemente aproximado para a contemplação dos detalhes das reformas por que passava Aracaju e deram-lhe íntimo contacto com o mecanismo da administração, facilitando-lhe estudos e observações que lhe permitiriam agir tão desembaraçadamente desde os primeiros momentos de sua administração.

Na qualidade de Presidente do Conselho, coube-lhe assumir, interinamente, a direção do governo municipal a 28 de dezembro de 1926, na qual foi efetivado em 27 de janeiro de 1927, por decreto do Presidente do Estado, cel. Manoel Dantas, seu irmão. Diz a tradição que este ato pareceu, a muitos, simples favoritismo de família, tirando de um balcão da rua S. Cristóvão um homem de nenhuma ostentação

(1) Durante a República Velha e até os primeiros anos da década de 30, o cargo de chefe do executivo municipal, em Sergipe e no Rio Grande do Sul, tinha o título de "Intendente".

(2) Epifânio Dória. Etemérides Sergipanas, Correio de Aracaju, 18-12-1942.

política ou cultural para dar-lhe, de mão beijada, as delícias do mais alto cargo da comuna. Certo ceticismo, mesmo, empanou a ascensão daquele homem que se empossava sem a retumbância das plataformas passadas pelo buril da cultura e da inteligência e que, no seu próprio dizer, "desprovido de títulos científicos", somente trazia para ali "o seu esforço e boa vontade de servir sem desfalecimentos"

Nunca se prometeu tão pouco, para dar tanto... Esse sucinto programa de Teófilo Dantas desdobrou-se, exuberantemente, numa obra que foi, já no seu tempo, mais condignamente exaltada do que poderemos fazer agora.

Para que se compreenda a encruzilhada que se defrontou a Teófilo Dantas, faremos uma ligeira digressão pelo passado, a retomar o fio de nossa evolução urbana, desde o momento em que começou a se desenrolar das mãos de Inácio Barbosa.

Nos primeiros anos da vida aracajuana, por força das circunstâncias de sua fundação, a província arcou, sozinha, com todas as despesas necessárias à instalação e desenvolvimento da nova cidade, inclusive melhoramentos de caráter estritamente local. Foi nula a atividade da Ilustríssima Câmara Municipal, sempre oculta por trás da justificativa da falta de recursos e cuja impotência ia até o desleixo na execução de suas ingênuas posturas sobre a higiene e estética da nova capital. Esta primeira fase dura até cerca de 1865, a partir de quando, por se ter acalmado o interesse dos primeiros tempos ou por motivo das constantes dificuldades financeiras em que viveu a Província durante o regime imperial, Aracaju se viu privada de quaisquer melhoramentos. A Câmara Municipal (3), peada pelos regulamentos de então, não tinha acesso às melhores fontes de receita e devia se contentar com os salpicos que deixavam cair o Império e a Província. Nessa época, sua receita subia a pouco mais de dois contos de réis, toda absorvida pelo funcionalismo, insuficiente para a conservação das poucas obras já feitas e que assim descambavam para a destruição inevitável. Cidades do interior, como Estância, Propriá e Laranjeiras, gosavam de rendimentos mais folgados e podiam consignar para suas obras públicas dotações maiores, absoluta e relativamente, do que as da Capital, onde quase tudo estava por se fazer. Vivemos, até o alvorecer do século XX, naquele marasmo municipal que caracterizou o regime monárquico e que não deixou de ser responsável pelo atraso com que chegaram a Aracaju certos melhoramentos compatíveis com o desenvolvimento por ela atingido.

Olimpio Campos, iniciando em 1900, depois de 45 anos de vida urbana, o calçamento das ruas de Aracaju, retoma a orientação dos primeiros anos. Embora melhorada, a arrecadação municipal daquele

---

(3) No regime imperial, a Câmara Municipal era legislativa e executiva e o seu presidente atuava como o prefeito de hoje.

tempo amesquinhava-se diante das necessidades aracaianas, acumuladas em tantos anos. Quase meio século de apatia gerara a convicção de que o papel da municipalidade era não fazer nada e muitos anos, ainda, haviam de escoar-se até vencermos esta tendência.

Louvabilíssima foi a orientação seguida pelo governo do Estado ao voltar suas vistas para Aracaju. Em vez de obras superficiais ou de mero embelezamento, lançou-se à solução dos problemas básicos da cidade, problemas de sua infra-estrutura. Começa-se pela revisão do sistema de escoamento superficial, problema constante desde o início da cidade, levanta-se o nível de vastas extensões alagadiças, calçam-se as principais ruas, instala-se a viação urbana, com os grotescos bondinhos de burro, que satisfaziam razoavelmente as limitadas necessidades de locomoção daqueles dias e que foram fator preponderante na expansão edilícia das duas primeiras décadas deste século. Aparecem as canalizações de água potável e depois os esgotos sanitários, as redes de energia elétrica e os fios telefônicos. Já estávamos, por sorte, devidamente aparelhados quando desabrochou o gosto pelos serviços de embelezamento urbano, aí pelo ano de 1920, instigado pela necessidade de preparar a cidade para as grandes festas comemorativas do primeiro centenário da autonomia sergipana. Já então a municipalidade, reagindo aos estímulos do poder estadual, vinha trazer a sua contribuição ao melhoramento da cidade, contribuição modesta, comparada às tarefas vultosas a cargo do Estado, mas bem significativa quanto as suas reduzidas possibilidades e como demonstração de que o poder municipal aprendia a gerir, finalmente, os interesses de seus governados. E assim chegamos ao quadriênio Graccho Cardoso, o apex da atividade estadual nas coisas urbanas de Aracaju. Intensificam-se sobremaneira os serviços de calçamento e embelezamento da cidade, reformam-se os serviços de água, de energia elétrica, aparece o bonde elétrico, rasgam-se novas ruas e por toda parte sente-se uma atividade renovadora, a qual se vem juntar a iniciativa particular com a multiplicação de novos edifícios, vasados em cânones arquitetônicos mais perfeitos. Em 1927 o Estado já começava a sentir os primeiros efeitos da depressão que se ia suceder à euforia econômica do quadriênio anterior, nascida do decréscimo, em valor e quantidade, dos principais produtos de seu solo. Demais, parcela sensível das realizações de Graccho Cardoso ficara para ser resgatada nos anos futuros e estes compromissos aí estavam, freando qualquer arroubo de seu sucessor. O Presidente faz sentir ao novo Intendente que o Estado não poderia auxiliá-lo nos melhoramentos que tivesse em vista (4). Esta decisão planteou a encruzilhada de que falamos há pouco.

(4) Só no segundo semestre de 1928, arrumadas as finanças estaduais, pôde o pres. Manoel Dantas, além do prestígio que já vinha dando a administração de Teófilo, retomar a ajuda à municipalidade, assumindo as obras de melhoramento da avenida Ivo do Prado, desde a rua Estância até a avenida Barão de Maruim (calçamento, passeios, balaustrada e iluminação) e mais além, conclusão do cais de proteção e aterro até o início da Praia 13 de Julho.

Duas diretrizes disputavam as preferências de Teófilo Dantas no limiar de seu governo: de um lado, a estrada cômoda e fácil da volta ao passado, aos tempos da quase apatia municipal; do outro, um caminho que se oferecia vibrando na continuação daquele ritmo de trabalho dos anos anteriores, sedutor em suas promessas, mas de praticabilidade duvidosa.

Decidir-se não era fácil a Teófilo Dantas: a pouco lisonjeira situação econômica da municipalidade e uma lei de meios que, incertamente, lhe prometia pouco mais de 650 contos não animavam a seguir aquele caminho fascinante e incerto, principalmente quando o araca juano acostumara-se a ver, cada semana, o início de uma obra nova e não se conformaria, por isso, com o fracasso dos que lhe prometessem continuar aquele ritmo. Teófilo, numa auto-avaliação daquelas qualidades superiores que os dias futuros iriam demonstrar possuir, confiante em suas próprias forças, não quis recuar e lançou-se sozinho, sem a ajuda valiosa do Estado, à realização de obras que encheram de orgulho os seus contemporâneos e dão aos porvindouros o magnífico exemplo "de um homem que colocou em seus termos exatos os problemas da administração municipal, para se entregar inteiro à realização de um programa reconstrutor, com uma honestidade intransigente, com uma firmeza retilínea, uma energia que se renova com as dificuldades" (5).

De fato, Teófilo Dantas enfrentou a situação com inacreditável coragem e decidida firmeza. Pouco depois de empossado, lançou-se a sua maior obra, em cujo sucesso poucos acreditavam, pelo menos no curto período em que a realizou (um ano). Refiro-me ao magnífico parque, circundando a igreja catedral e que tem o seu nome. Depois de vários anos de descaso, sofrendo mutilações e retirada de vários motivos de decoração, recreio e curiosidade, que quase o destroem, sofreu a feliz restauração empreendida pelo prefeito Heráclito Rollemberg que, embora não o devolvendo ao aspecto primitivo, manteve-lhe as linhas principais de seu partido paisagístico.

Essa famosa Praça da Matriz constituía um verdadeiro quisto no centro araca juano. Antiga bacia de captação do riacho do Caborge, que fluía indefinido pelos baixios da rua Itabaianinha indo desembocar na atual praça Misael Mendonça, mau grado o grande volume de aterro que nela despejaram os governos provincial e estadual, era, ainda em 1927, vasto capinzal de mais de dois hectares, pontilhado de ilhotas arenosas, que durante grande parte do ano se transformava, segundo as palavras de Edson Ribeiro, despidas de exagero, em "um pantanal, onde os batráquios procuravam distrair o deserto com a sua insípida orquestra e os pirilampos à noite forneciam, bondosamente, a luz à es-

---

(5) Correio de Aracaju, 6-9-1930.

curidão". (6) Nenhuma administração procurara melhorá-la, temendo o vulto das despesas e daí o espanto dos aracajuanos da época ante a audácia do seu novel intendente. No entanto, em menos de um ano, sem perturbar a realização de melhoramentos em outros pontos da cidade, foi a obra realizada, invertendo-se nela a quantia de 388:980\$875, soma bem avantajada para um orçamento anual de cerca de 650 contos e que foi paga na pontualidade contratual.

Coube também à cirurgia administrativa de Teófilo Dantas a extirpação de mais dois quistos urbanos: um o velho Beco do Açúcar, desalinhado e desnivelado, imundo e feio, verdadeiro "primor" de desordem urbana, fruto do descaso da velha Câmara Municipal e que vinha passando incólume de intendente a intendente. Na travessa Deusdedith Fontes de hoje só resta do passado a largura reduzida, tamanha foi a transformação; outro quisto era a praça Camerino, reprodução em menor escala das desoladoras condições da praça da Matriz, e que foi convertida em interessante jardim, moldado nas mesmas linhas francesas introduzidas no Rio de Janeiro, havia pouco, pelo prefeito Antônio Prado.

A par dessas obras, a atuação de Teófilo Dantas espalhava-se a outros pontos da cidade, na ampliação do Depósito de Inflamáveis e do Depósito Municipal (o primeiro é hoje o depósito de barcos do Iate Clube e o segundo cedeu lugar ao prédio do Corpo de Bombeiros), na remodelação dos jardins das praças Gal. Valadão, Olímpio Campos e Fausto Cardoso, incluindo maior e melhor iluminação, nas primeiras instalações sanitárias de uso público, levantadas no jardim Olímpio Campos e repetidas, em maior escala, na Travessa Deusdedith Fontes; na ereção de um relógio público na praça Fausto Cardoso; no aterro entre a estação da estrada de ferro e o antigo trapiche Brown, destinado ao desembarque e mercado de materiais de construção, na época vindos, preponderantemente por via fluvial; numa ponte na Barra dos Coqueiros e em centenas de serviços de menor vulto e enumeração fastidiosa.

Em torno das praças melhoradas, nas ruas que as ligavam e em outros pontos da cidade espalhou Teófilo 37.000m<sup>2</sup> de calçamento a paralelepípedos, 6.400 metros de meios-fios e 1800 metros de galerias de água pluviais, ou seja, mais localizadamente, nas ruas Pacatuba, Maruim, Estância, Boquim, Santa Rosa, praças Olímpio Campos e Camerino, travessa Benjamin Constant, avenidas Coelho e Campos, João Ribeiro, Rio Branco e finalmente na Avenida Barão de Maruim, que se tornou a mais bela das artérias aracajuanas de seu tempo.

Especial cuidado dedicou ao serviço de limpeza pública, impondo a seus executantes a adoção de veículos automotores, devida-

(6) Edson Ribeiro - Discurso na inauguração da herma de Teófilo Dantas, em 7-9-1930. Diário Oficial do Estado, 9-9-1930.

mente fechados, exercendo sobre os mesmos rigorosa vigilância. Instituiu o serviço de irrigação para lavagem das ruas calçadas e instalou as primeiras caixas coletoras de lixo. Tudo isso se traduziu no asseio impecável que desfrutou a cidade no tempo de Teófilo.

O mercado municipal, o Mercado Modelo como era chamado, hoje Mercado Antonio Franco, teve sua construção iniciada na administração Adolfo Espinheira de Carvalho (1923-1925), em proporções acima das possibilidades municipais, e depois de consumir os recursos ordinários do município e os extraordinários provenientes de operações de crédito e auxílios do Estado, estava longe de concluir-se. Recorreu-se a novo empréstimo mas o credor, a fim de acautelar os seus interesses, exigiu e obteve a condição de tornar-se concessionário do serviço, administrando o mercado e retendo as suas rendas para levá-las à conta do serviço de juros e amortização de empréstimo e das despesas por ele feitas para concluir o edifício. Reconhecendo os inconvenientes de tal situação e avaliando corretamente, as vantagens de o município administrá-lo diretamente, Teófilo negocia com o concessionário, cel. Antônio Franco e firmam novo contrato pelo qual o mercado passou, imediatamente, ao domínio municipal, pela quantia de 1.384 contos de réis, subdividida em 56 letras promissórias, de vencimento mensal. Logo nos dois primeiros meses de vigência do novo acordo o mercado produziu para os cofres municipais a receita de 60 contos, confirmando, de imediato, o acerto da medida adotada por Teófilo.

Enfim, desbravando o caminho para a atuação de Godofredo Diniz na década de 30, mandou executar o primeiro plano de arruamento da Atalaia Velha, desimpedindo logo o terreno da praça Alcebíades Pais, construiu os primeiros trechos da antiga estrada de rodagem e auxiliou a construção da linha telefônica.

Todas estas obras, realizadas sem solução de continuidade, representam, como se pode avaliar, farta aplicação de dinheiro. Ainda hoje admira como a Municipalidade, que sempre vivera a repetir o sedizo refrão da falta de recursos, pôde realizá-las no limitado tempo de uma administração. Mas adiante, teremos oportunidade de abordar aspectos financeiros da administração Teófilo Dantas, quando veremos como ele conseguia o dinheiro necessário. Antes disso, cabe uma observação sobre as obras realizadas. Não deve ter escapado ao leitor o fato de Teófilo ter-se dedicado às necessidades físicas da cidade, que os orçamentos de então classificavam como "melhoramentos materiais" ou "obras públicas". Tais serviços eram considerados, até aquele tempo, a única obrigação do poder municipal, os objetivos de alcance social sendo mal tocados nas pequenas subvenções concedidas a uma ou outra entidade beneficiante ou cultural.

Assim, em largos traços, a tradução externa da obra de Teófilo Dantas, que ele próprio concebeu e executou, estimulando e guiando seus auxiliares, estando com eles em todas as fases de sua execução, da manhã ao crepúsculo, "observando, medindo, fiscalizando, enfim", pondo de lado os seus próprios interesses para consagrar-se, tão inteiramente como não mais era possível, aos negócios da administração pública.

É tempo de procurarmos saber como agiu Teófilo no setor meramente administrativo, imprimindo-lhe a ordem e a eficiência que foram os fatores máximos do sucesso de seus planos. Aí é que veremos reluzir, ainda mais, aquelas qualidades que lhe emolduravam a personalidade, constituindo a razão final daquilo que ele realizou.

Teófilo não pôde levar, como dissemos, para o cargo que ia exercer, nenhum título científico que, publicamente, presumisse preparo intelectual e que servisse de base às esperanças de seus munícipes. Levava, todavia, nos refolhos de sua personalidade, certos dotes que a cultura não concede e que são indispensáveis aos que vão governar o bem coletivo: honestidade inflexível e capacidade de trabalho, arquivados por um senso administrativo admirável e inteligente. Inteiramente despido de vaidade, não se furtava ele às sugestões dos que o procuravam e nem se esquivava de ir buscar, nos que os possuíam, os conhecimentos que lhe poderiam orientar a solução dos problemas defrontados. Sabia, como poucos, medir e pesar as sugestões e conselhos que recebia e escolher, dentre eles, os que melhores resultados proporcionariam.

Um fato espetacular assinala o início de sua gestão. Tomou posse numa quinta-feira 28 de dezembro: fim de semana, fim de mês, fim de ano... Quem tem possoal a pagar e contas a encerrar bem pode medir o que vale a simultaneidade destes três extremos. Para Teófilo, a situação tornou-se mais premente quando o tesoureiro anunciou-lhe que, para fazer frente a uma folha de pessoal de quase doze contos, o saldo em cofre chegava apenas a 1:831\$811. Das janelas da sede municipal, os tristes funcionários municipais já contemplavam desiludidos, as barracas tradicionais das festas natalinas, espalhadas pela praça da Matriz, onde, de bolsos vazios, eles e seus filhos não poderiam penetrar.

O mecanismo fiscalizador e arrecadador da Intendência foi convocada a trabalhar a plena carga. A receita diária sai de um conto e pouco, vai a dois, vai a três, chega a mais de sete no dia 31. Todos puderam gosar das alegrias natalinas e as contas foram encerradas com um saldo, para o ano seguinte, de 3:406\$796.

Este impulso inicial não mais se arrefeceria. Uma receita orçada em 647 contos anuais não satisfaria a quem tinha grandes planos; precisava de grandes recursos. E os teve, na verdade. Rendeu-lhe o



primeiro ano, em números redondos, 1.025 contos, quase 400 a mais do orçado; 1928 deu-lhe 1.187; 1929, 1.182; 1930, até a data de sua saída a 16 de outubro, 853 contos. Confirmava-se que ao bom administrador nunca faltam receitas. A diligência que emprega estimula as existentes e faz nascer novas fontes; a confiança que inspira diminui a sonegação.

Este acréscimo de rendas, vale notar, ocorreu sem a criação de novos impostos ou a elevação dos existentes, simplesmente por força das medidas de vigilância postas em prática, impedindo o relaxamento da cobrança e a sonegação dos tributos devidos, sem ser preciso transformar a autoridade legal de cobrá-los em coação vexatória.

O cuidado dispensado à arrecadação das rendas municipais redobrava-se quando se tratava da aplicação das mesmas. O exemplo pessoal do Intendente, infenso à concessão de favores e ao esbanjamento, gerava uma fonte de salutares estímulos, que se espargia até o mais modesto auxiliar. E todos trabalhavam satisfeitos para aquele homem que não cessava de exigir-lhes eficiência e lisura no exercício de suas funções, dividindo-lhes equidistantemente as tarefas e premiando os seus esforços com dois aumentos de remuneração, levando-a a padrões superiores aos pagos pelo Estado.

Aspecto interessante da gestão financeira de Teófilo Dantas vamos encontrar num fato que costuma escapar à percepção do homem da rua, por sempre ocorrer nos guichês da tesouraria, manifestando-se na expressão fria dos recibos de quitação. Na sua chegada ao governo municipal, ao lado daquele saldo minúsculo, figurava a volumosa dívida de 1:643:210\$315. Paulatinamente, ano a ano, foi sendo amortizada até que orçava pelos 780 contos quando deixou a Intendência.

Não só nas coisas da pecúnia manifestava-se Teófilo zeloso de suas obrigações. Cumprindo, irrestritamente, o compromisso que pronunciara no momento de sua posse, de gerir honesta e esclarecidamente os negócios municipais, não cedia, na aplicação das leis e regulamentos, não cedia à pressão de amigos ou parentes, de abastados do poder ou da fortuna, muitas vezes pagando multas de seu próprio bolso, para que não houvesse injustiças, para que todos fossem iguais perante a lei (7). Não admira, pois, que dessa firmeza de atitude, que ele sempre manteve, nascessem-lhe os maiores dissabores e que iriam frutificar, amargamente, quando os ventos passaram a soprar-lhe do quadrante da adversidade. Mas, podemos repeti-lo, Teófilo Dantas nunca receou conseqüências nem recuou de suas posições, quando sabia estar cumprindo o seu dever.

---

(7) Edson Ribeiro. Op. cit.

O vendaval outubrino de 1930 arrancou Teófilo Dantas da Intendência aos 16 de outubro daquele ano, oito dias antes de terminar a sua gestão. Aqui e ali volutearam os remoinhos das sindicâncias e a onda maremótica das acusações avançou ameaçadoramente sobre a reputação daqueles que foram expulsos do poder. Não havia escapar. Acusava-se por prazer, por interesse.

Calmo e altivo enfrentou Teófilo Dantas os seus acusadores e os seus juizes, desamparado do poder, sentindo já o enfraquecimento de sua situação comercial, abandonado por seus cortejadores de ontem e que hoje o evitavam, com receio de se complicarem perante os novos detentores do poder. A sua maior obra, o parque, numa destas explosões de inveja e do respeito, foi o alvo predileto de seus detratores, que o apontavam com a brecha por onde se esvaíram, criminosamente, os dinheiros públicos. Teófilo não fugiu ao embate, não pediu clemência, não silenciou. A esta e a todas as acusações respondeu, pondo-as por terra, sempre dirigindo-se, não aos seus acusadores, mas a todos os aracajuanos, a quem tanto servira e de onde esperava o único juízo que lhe interessava.

"As posições desapareceram, mas o homem está de pé..." escrevia ao enfrentar as vagas redobradas de seus atacantes, acrescentando, num gesto de coragem e elegância moral:

"Todos os trabalhos realizados pela municipalidade tinham o meu controle, pois fiscalizava-os desde os primeiros alvares do dia; estando portanto em condições de explicá-los nos seus menores detalhes."

"Não me canso de repetir, ser eu, unicamente eu, quem deve responder por fatos que se prendem à administração municipal, de 29 de dezembro de 1926 a 16 de outubro de 1930." (8).

Contabilistas e engenheiros, esquadrinhando os papéis e as obras referentes àquele período, nada encontraram que positivasse qualquer das acusações desfechadas contra ele nem puderam produzir evidências outras que desabonassem a sua gestão. As irregularidades encontradas na escrituração não vestiam operações ilícitas, antes evidenciavam, como reza o parecer da comissão de sindicância, a falta de pessoa competente em contabilidade pública, capaz de realizar os registros com mais acerto.

Os tribunais de exceção da justiça revolucionária desapareceram sem emitir qualquer julgado. O mesmo não aconteceu no grande e verdadeiro tribunal da opinião pública. Aqui e em outras cidades, os vencedores arrancaram das ruas e praças os nomes dos vencidos, os "decaídos", como se dizia na época. Aracaju, todavia, manteve o nome do parque: Teófilo Dantas foi absolvido...

---

(8) Teófilo Dantas. Artigos em "A Tribuna", de Aracaju, 22 e 27 de março de 1931.

Esta absolvição foi o consolo que lhe minorou o sofrimento quando assistia ao desmoronar de sua situação econômica. Descuidara de si pensando no bem dos outros. Aquele a quem acusavam de se ter locupletado dos dinheiros públicos vivia agora à mercê da bondade de amigos verdadeiros e dedicados.

Um homem da revolução, Augusto Maynard Gomes, reparando os erros dos dias de exaltação revolucionária, sentiu que ao Estado cabia amparar aquele que se sacrificara pela causa pública. Pô-lo na direção do Instituto Coelho e Campos. Daí tirava-o, pouco tempo depois, para uma reabilitação mais ampla, colocando-o, novamente, na Intendência.

Sua segunda passagem pela Intendência foi rápida, de meados de 1934 a março de 1935, toda mergulhada na intensa campanha política que então se travava no Estado. Embora mantendo intactos aqueles mesmos caracteres que tanto realçaram sua primeira gestão, sentia-se que Teófilo já não os podia exercitar com a intensidade de outrora. Trazia em seu espírito as cicatrizes vivas da adversidade. Mesmo assim, trabalhou incansavelmente, repetindo o mesmo devotamento do passado, realizando em pouco tempo quantidade sensível de obras e fazendo o seu terceiro reajuste do funcionalismo municipal.

A saída do interventor Maynard Gomes fê-lo voltar a percorrer a amarga estrada do infortúnio. Recolheu-se a Maruim e ali, modestamente, viveu os últimos anos de sua vida, retraído e esquecido, visitado por poucos amigos, com os quais se distraía revivendo os fatos do passado e chacoteando a ingratidão dos homens.

A 18 de dezembro de 1941 fez Teófilo Dantas sua última viagem a Aracaju, seguido de longo cortejo conduzindo a saudade de seus parentes e amigos. Aracaju reclamara guardar em seu seio o corpo daquele que a amara tanto e esperava, compungida, a hora da última homenagem. E Teófilo, depois de percorrer os virentes canaviais que tanto alegraram seus olhos de criança, penetrou naquelas ruas tão bem tratadas por suas mãos de adulto, envoltas, agora, no manto silencioso da tristeza.

O cortejo era longo e densa a multidão que o esperava, toda ela impregnada de uma aura triste e respeitosa, sem lugar para aquele ar festivo que tomam os grandes funerais dos potentados. Calados os oradores que falaram em nome do povo e do governo de Aracaju, naquele instante em que o silêncio do sepúlcro começava a esconder de nossos olhos o corpo de Teófilo, como se podia ouvir o seu espírito, falando para o coração dos que ali se achavam, repetindo pausadamente aquelas palavras que ele pronunciara, numa ensolarada manhã de alegria patriótica, a 7 de setembro de 1930 e que soavam agora como uma despedida e uma confissão:

“Alenta-me a consciência a convicção de que cumpri lisamente o meu dever, organizando a coisa pública, com o carinho que ela merece, aparelhando a municipalidade dos elementos que tornam possível uma administração em ordem, zelando os dinheiros do povo com a honestidade que este tem o direito de exigir de mim, e realizando melhoramentos e reformas que o conforto e o embelezamento da cidade estava a reclamar.”

“Na execução das leis municipais nunca distingui amigos e inimigos. Não me acusa a consciência e não levo remorsos de haver perseguido quem quer que fosse; apenas procurei manter intacto o princípio da autoridade.”

“Nunca afaguei compensações, nunca me desnortearam as vertigens das alturas; esperei sempre sereno o veredictum do tribunal da opinião pública que não falha, que é implacável.”

**O COMICIO AGRICOLA DO SUL DE SERGIPE**  
(Breve notícia sobre uma tentativa de defesa dos interesses  
dos agricultores)

L.F.R. Soutelo

O final do século XIX e os primeiros anos deste século representaram um momento de crise para a indústria açucareira no Brasil. A entrada de novas áreas no mercado produtor e a concorrência do açúcar de beterraba, vindo da região europeia, teriam ditado essa crise.

Sergipe, cuja vida econômica gravitava em torno do açúcar, não poderia deixar de sentir os efeitos dessa crise, reconhecida pelas principais autoridades do Estado, como aliás o faria, na sua mensagem à Assembléia Legislativa, em 1901, o Presidente do Estado, Mons. Olímpio Campos, ligado à família do engenho Periquito, em Itabaianinha.

Em vários lugares, agricultores e comerciantes passaram a reunir-se em defesa de seus mútuos interesses. E na região sul do Estado – segunda região produtora de açúcar em Sergipe – também não se fugiu à regra, como atestam duas atas que localizei, no arquivo pessoal de meu bisavô, Cantidiano Vieira, e que hoje vêm a público.

Segundo se pode depreender através de documentos, existiu esta tentativa – que, acredito, não vingou – de unir senhores de engenhos e comerciantes do sul do Estado, com o fim de criar uma associação destinada à defesa da agricultura regional.

Isto porque achava-se a agricultura “em completo desânimo e abatimento de modo a temer-se o seu total aniquilamento.”

Acreditavam, então, ser “preciso o emprego de meios prontos e enérgicos de modo a conjurar a crise para isso julgava (era o pensamento do Capitão Manoel Mendes da Costa Dórea, que explicou os motivos do encontro) necessária a união de todos os lavradores para em unidade de vistas empregarem por sua parte os meios necessários pedindo cumulativamente não só aos poderes da União como os do Estado os meios que estão ao seu alcance como seja a criação de um Banco neste Estado que empreste numerário a lavoura, com juros módicos; uma lei de locação de serviços que obrigue o proletariado ao trabalho; a diminuição de impostos que por excessivos quase que absolvem (sic) o produto dos gêneros e finalmente a criação de vias de comunicação que facilitem a condução dos gêneros aos mercados consumidores e exportadores.”

Preferi transcrever "ipsis verbis" esse trecho da ata por considerá-lo o mais importante de todo o documento, a partir do qual todas as demais propostas decorrem.

Dentre as proposições levadas à discussão daquela assembléia, destaco:

1. voto de aplauso ao Deputado Federal Barbosa Lima, da bancada de Pernambuco, e ao ex-Vice-Presidente da República, Manoel Vitorino pela atitude destacada, no parlamento e na imprensa, em favor da agricultura.

2. criação de uma comissão executiva integrada por um representante de cada município, "a qual se conferisse plenos poderes para tratar e representar a lavoura em tudo que for tendente aos interesses da mesma lavoura e de levar a efeito o fim desta reunião";

Em face da proposta referida no item 2 acima, foram escolhidos os seguintes comissários:

- Major Camilo Calazans, pela Estância;
- Cantidiano Vieira, por Santa Luzia (hoje Santa Luzia do Itanhyl);
- Olavo Vieira, pelo Espírito Santo (hoje Indiaroba);
- Elias Fernandes Leite, por Arauá;
- Agrário Mendes, por Itabaianinha;
- Coronel Joaquim Macedo, por Boquim;
- Coronel Paulo Cardoso de Menezes Góis, por Riachão (hoje Riachão do Dantas);
- Coronel Sebastião Fonseca de Andrade, por Simão Dias;
- Coronel Sebastião d'Ávila Garcez, por Lagarto;
- Coronel Luiz Antonio da Costa e Melo, por Tobias Barreto;
- Joaquim Amancio Monte Alegre, por Cristinápolis.

Nessa primeira reunião, que teve lugar no dia 21 de julho de 1901, os agricultores receberam o apoio do Clube Comercial, através da manifestação do Sr. João Esteves da Silveira, propondo que o Comício dirigisse representação à bancada sergipana no Congresso Nacional, solicitando-lhe o apoio às suas pretensões.

A reunião seguinte realizou-se no dia 11 de agosto, sob a presidência do Coronel Paulo Cardoso de Menezes Góis e secretariada por João Epiphânio Lima Neto e Cantidiano Vieira

No curso dessa sessão, adotaram-se as seguintes providências:

1. aprovação de documentos encaminhados a diversas autoridades, entidades e pessoas que se relacionavam com os assuntos tratados na primeira reunião;

2. criação de um conselho permanente do Comício, "composto de um presidente, um vice-presidente, dois secretários e cinco membros que girasse a sociedade";

do: 3. eleição do conselho permanente, que ficou assim constituído:

Presidente: Elias Fernandes Leite  
Vice-Presidente: Vicente Olino do Nascimento  
Secretários: João Epiphânio Lima Neto  
Cantidiano Vieira  
Membros: Joaquim Amâncio Monte Alegre  
Olavo Vieira  
João Baptista da Costa  
Agrário Mendes de Souza  
Joaquim Macedo  
Liberato Dias da Costa  
Sebastião de Ávila Garcez  
Paulo Cardoso de Menezes Góis.

4. criação de uma caixa, constituída com contribuições financeiras de cinco mil réis, recolhidas por cada lavrador;

5. eleição do sócio Octávio de Souza Leite para o cargo de orador oficial da entidade;

6. escolha do nome de Comício Agrícola do Sul de Sergipe para a sociedade então criada;

7. "o Presidente ficava autorizado a mandar pelo Tesoureiro que havia sido eleito o Cap. José Dias Moreira d'Oliveira fazer as despesas que fossem necessárias para o andamento e expediente da sociedade".

Não encontrei no arquivo, onde estavam os dois documentos, quaisquer outros papéis que me permitam asseverar se o Comício Agrícola do Sul de Sergipe atingiu suas finalidades ou se morreu logo ao iniciar os seus primeiros passos.

Qualquer que tenha sido a sua atuação, a importância da entidade reside, principalmente, no fato de representar uma tentativa de, reunindo pessoas voltadas para uma mesma atividade, encontrar soluções para problemas comuns à atividade agrícola no sul de Sergipe.

## O IDEAL ANARQUISTA EM "O OPERÁRIO" – 1986

Jorge Marcos Oliveira\*

### I - Introdução

Essa pequena análise baseia-se, fundamentalmente, sobre os ideais anarquistas nos jornais operários da última década do século passado, em especial, **O Operário**, órgão da **Sociedade União Operária Sergipana**, cujo objetivo era o "congraçamento de todas as classes operárias para o desenvolvimento das artes e oficinas, defesa mútua e fraternal dos operários, fazendo valer seus direitos do limite das leis do país".<sup>1</sup>

A escolha dos jornais como referencial de estudo se fez por estes se "constituírem um dos principais centros organizatórios e de difusão da propaganda"<sup>2</sup> e que "em fase de descenso, a linha política e o noticiário se diluem ganhando destaque um doutrinário tendente a se transformar em catequismo monótono"<sup>3</sup>.

O primeiro objetivo a que me proponho com essa pesquisa é despertar o interesse sobre o movimento operário em nosso Estado, hoje entregue ao quase total esquecimento ou ao peleguismo. Um segundo objetivo é dar uma pequena contribuição para o estudo do movimento operário sergipano quanto à sua forma de organização e tática de luta. O terceiro objetivo é fazer um estudo comparativo entre os ideais anarquistas e a bandeira de luta do operariado sergipano na última década do século passado, através dos artigos jornalísticos de **O Operário**. Desejo em estudos futuros, buscar dados mais significativos e substanciais nos jornais, quer operários ou não, visando o seu melhor aproveitamento como fonte histórica para a reconstrução da memória do nosso operariado.

Esse trabalho se fez necessários diante das informações colhidas em levantamento dos jornais operários de Sergipe<sup>4</sup>.

\* Acadêmico de Licenciatura em História da UFS

\*\* Trabalho classificado em 3º lugar no III Concurso Universitário de Pesquisa - UFS - sob a orientação da Profa. Maria das Graças Moura.



## II - A Consciência Operária

Num Estado, em que a economia é agro-exportadora, de estrutura agrária e fundiária bastante rígidas, as relações sociais de produção são marcadamente escravistas ou escravagistas, a pequena indústria semi-artesanal ou de fundo de quintal são predominantes e o regime político excludente é o imperante. Foi esse o ambiente propício para que os anarquistas desenvolvessem as suas idéias. Assim, a classe operária se constituía de uma minoria privilegiada. Historicamente a doutrina anarquista, em regra, se propagou em regiões de pequena concentração industrial, onde os trabalhadores, ex-artesãos qualificados, trabalhavam em pequena indústria<sup>5</sup>.

Já em 1853, mesmo antes da abolição da mão-de-obra escrava, o então Presidente da Província de Sergipe, Luiz Antonio Pereira Franco, em Relatório ao Imperador Pedro II, afirma que "... se convém muito que se promova a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre"<sup>6</sup>. Mas, é a partir da abolição do regime escravista de produção que, teoricamente, se dá a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada.

Sem querer buscar no elemento exterior a explicação para o movimento operário sergipano, pois não é esse o objetivo deste trabalho, coincidência ou não, a verdade é que as nossas primeiras associações operárias sofreram forte influência de correntes ideológicas hegemônicas em alguns países europeus (Itália, Espanha, França, Portugal e Rússia) e em alguns países latino-americanos (México, Argentina e Uruguai). Ao mesmo tempo, elas surgem no momento em que a resistência ao capital é a principal bandeira de luta. Assim, era comum encontrarmos, a partir da segunda metade do século passado, associações com denominações de **Sindicato de Resistência**, **Socorro Mútuo**, **Caixa Beneficente** etc. "O anarquismo pode ser tratado como um sistema de pensamento social visando modificações fundamentais na estrutura da sociedade com o objetivo de substituir a autoridade governamental entre os indivíduos livres"<sup>7</sup>. Pressupondo a supressão do capitalismo através da **ação direta**, palavra chave para os anarquistas, sempre vinculada ao princípio de que as transformações sociais só serão possíveis mediante órgãos não coercitivos, expressando a decisão individual de seus membros, limitando-se ao terreno econômico e ideológico, tomando em alguns momentos, caráter economicista e reformistas<sup>8</sup> e com recuo à luta política organizada.

### III - O Anarquismo em Sergipe: sua luta

As primeiras associações operárias, às quais são feitas referências no jornal **O Operário**, adquirem denominações e características marcadamente anarquistas. Datam do final do século XIX. São elas: **Socorro Mútuo**, "sociedade de ajuda material para operários necessitados"<sup>9</sup>, **Monte Pio dos Artistas**, fundado em 4 de novembro de 1874 pelos artistas da capital levados "pelo nobre sentimento de fraternidade e pelo sistema de associação"<sup>10</sup>, cujo "fins são os mais humanitários"<sup>11</sup>. Pretendia, a associação, fundar uma escola mista para os filhos dos sócios pobres. Segundo José Leandro M. Soares, então Presidente da Província de Sergipe, a associação "é incontestavelmente uma sociedade que merece a atenção do governo pelos benefícios e salutarens fins a que destina"<sup>12</sup>: auxílio aos sócios efetivos em casos de doenças, auxílio funeral em caso de morte, pensão as viúvas etc.; **União Proletária de Sergipe**, instituída em 6 de novembro de 1892 sendo de "... número ilimitado de pessoas de ambos os sexos e dotadas de intenções benéficas..."<sup>13</sup>, possuidora de uma caixa beneficente "... cujo capital será formado como jóia, benefícios teatrais, leilões, etc."<sup>14</sup> tendo como obrigação "... socorrer aqueles de seus sócios que por moléstia ou alguma outra circunstância se acharem impossibilitados de proverem os meios de subsistência, assim como as viúvas e órfãos dos sócios que faleceram e a defender os direitos de seus associados na imprensa ou em qualquer tribunal"<sup>15</sup> e a nascente **União Operária Sergipana**, fundada em 8 de dezembro de 1895. Quase todas elas existiam com a finalidade de combate local e reunião de operários e de conscientização da classe.

Em seu primeiro número do dia 2 de fevereiro de 1896, o jornal **O Operário**, ao patentear a sua proposta de fundação, é bastante clara a influência anarquista: "Não aceita artigo algum sobre política"<sup>16</sup> e que sua missão é tão "... somente cerca de garantias a classe operária sem trazer dificuldades para as oficinas e empresas industriais existentes neste Estado"<sup>17</sup>, "... pugnando pelo desenvolvimento das artes neste Estado e garantia necessária ao trabalho desta pleade de homens que trabalham quotidianamente para o engrandecimento do globo terrestre"<sup>18</sup>.

Aquí em Sergipe, encontramos nos artigos de João Ferro, que embora não tenha aceito ou colocado em seus artigos o **Título** de anarquista, deixou-nos uma colaboração bastante significativa para o estudo do movimento operário sergipano, quanto a sua forma de organização ou tática de luta. Não quero aqui discutir o fato de que João Ferro teria sido ou não um militante ou intelectual anarquista: a verdade é que seus artigos se identificavam com os ideais libertários.

Uma característica marcadamente anarquista presente no jornal, é a ferrenha luta contra a organização política e parlamentar do operariado o que, segundo Woodcock<sup>19</sup>, implica numa delegação de poderes, constituindo-se uma séria divergência doutrinária. Segundo o hebdomadário, o operário deve buscar o afastamento da luta política pois "... só serve para aniquilar o artista, roubando-lhe a tranqüilidade ante o trabalho..."<sup>20</sup>. Façamos então "... a nossa romaria em torno da cruzada operária que se levanta reclamando unificação das classes"<sup>21</sup>.

A grande luta do operariado deve ser por melhores salários. A não existência de um salário fixo dificultava as reivindicações de melhores condições de vida e de trabalho da classe operária.

Em Sergipe, os tipógrafos, através de **O Operário**, propugnam por uma sociedade diferente e anárquica. Para tanto alardeiam a "... igualdade radical das camadas sociais, o desaparecimento do analfabetismo do operariado, o equilíbrio entre o capital com o salário extripando as especulações criminosas contra as classes proletárias"<sup>22</sup>. A luta contra o analfabetismo é uma temática constante em quase todos os programas das associações, ou qualquer outro tipo de agremiação operária, pois a educação é tida como meio de ascensão social e de superação das contradições vividas e que "... enquanto houver a divisão de classe, a sociedade será essa cousa incompreensível em que os homens são explorados pelo homem, a mulher, a tutelada e sem direito; em que a moral é uma aspiração impraticável e a felicidade uma utopia. Conhecido que é impossível a felicidade de todos com o sistema (sic) de opressão da classe poderosa sobre as classes dos deserdados, nada mais resta do que proclamar o sistema oposto; isto é, igualdade perante todos os deveres e direitos inerentes a vida"<sup>23</sup>. Para que isso ocorra, "... trabalhai, estudaí, lutaí pela vida nesse doce e santo comunismo que é a glória dos libertadores e o desespero dos tiranos; trabalhai, para que o moderno socialismo encontre o caminho desbravado na heróica missão de derrocar os velhos preconceitos, convertendo em realidade a augusta trindade que se sofisma - liberdade - igualdade e fraternidade"<sup>24</sup> e que "... dia teremos de ver realizado o nosso ideal ficando o glorioso povilho artístico que significará o testemunho do operariado sergipano..."<sup>25</sup>.

O grande embargo da organização anarquista é levar a propaganda a todos os companheiros de sua bandeira de luta, arregimentando forças para a sua causa. A conferência, o seminário, os jornais ou panfletos, eram os meios mais usados para a propaganda. Assim, tem o Operário, a missão de "... iniciar rigorosa propaganda e mostrar aqueles que inconsciente e sem autonomia se deixam iludir por insinuações malévolas de quem quer que seja; ..." <sup>26</sup>, alertando a classe operária sobre a existência de operários "... que obedecem cegamente ordens arbitrarias de patrões gananciosos que só almejam o aniquilamento completo e rápido das artes em todo país"<sup>27</sup>. Conclama a união

dos operários pois, segundo João Ferro, as diferenças salariais existentes entre os Tipógrafos e as demais classes operárias são frutos das "... divergências que reinam entre os membros da classe tipográfica"<sup>28</sup>.

**O Operário** alerta para a necessidade de se "... criar uma caixa beneficente para atenuar as exigências que nos possam embargar os nossos passos em qualquer transição pela vida; ..." <sup>29</sup>, ficando aqui claro o caráter da associação: ajuda mútua ao operariado. Outra demonstração desse caráter é a criação de uma biblioteca formada de doações de obras e jornais, onde o Sr. Secundo da Silva foi o primeiro bibliotecário. Uma outra, foi a necessidade de se instituir aulas noturnas para o operariado, visando a instrução básica pois, segundo o jornal "... sem ela o artista jamais poderá colaborar na grandiosa obra do desenvolvimento artístico"<sup>30</sup>.

No artigo **Vive au grand jour**, João Ferro expõe o que muitos leitores analisam equivocadamente e afirmam ser simples reformismo ou confundido com o que Boris Fausto<sup>31</sup> denominou de **trabalhismo carioca**: os operários sergipanos não aceitam a greve, pois a mesma, em alguns casos, "... trazem resultados desagradabilíssimos"<sup>32</sup>, constituindo-se aqui um ponto bastante discutível. Creio eu, por desconhecerem os ideais anarquistas do coletivismo de Bakynin, quer do mutualismo de Proudhon que defendem "... apenas uma reforma do sistema de propriedade para torná-lo livre de exploração"<sup>33</sup>; do anarco-comunismo de Kropotkin, crente da possibilidade do anarquismo se forma graças a maturação da opinião pública com o mínimo de agitação, desordem e violência possíveis. A relutância de Kropotkin em aceitar a violência se fazia por esta ocorrer tanto para o bem como para o mal. A revolução era vista como fruto das condições sociais. Para o jornal tratando-se de "... argumento de salários ou cousa equivalente, necessitamos da ordem, da calma e da boa convenção entre o artista que sofre quotidianamente os rigores do trabalho e o proprietário da oficina que ver dia a dia aumentarem-se os lucros das boas obras"<sup>34</sup>. "Somos amigos daqueles que só praticam atos de justiça, baseada no direito e na lei, garantindo a liberdade do operariado entre nós"<sup>35</sup> e "... aos que querem demonstrar o seu prestígio por meio da violência espisinhando o operário para estes desejamos a condenação eterna da história e nada mais"<sup>36</sup>.

#### **IV - Condições do operariado: Avanço e recuo**

Em sua grande maioria, os operários percebem salários inferiores às suas necessidades e de suas famílias. Os sucessivos aumentos dos gêneros alimentícios e dos aluguéis, com os 5\$000 (cincó mil réis)

que ganha um operário gráfico sergipano, torna-se quase impossível viver. Assim, levados pela necessidade de aumentar a renda familiar, a mão-de-obra feminina e das crianças é levada a entrar no mercado de trabalho, trabalhando nas mesmas condições que a mão-de-obra masculina tendo no entanto salários inferiores. Agora, os patrões dispõem de farta oferta de mão-de-obra no mercado podendo, desta forma, explorar e manobrar facilmente os operários ou super explorá-los, quer nos salários quer na jornada de trabalho.

Os tipógrafos lutam por melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e por melhores salários. Para a redução da jornada de trabalho eles esclarecem que os gráficos permanecem por mais de dez horas dentro de uma oficina respirando antimônio, substância bastante tóxica, trabalhando à luz de candeeiro, o que compromete sensivelmente os órgãos respiratórios, reduzindo consideravelmente os anos de vida do operariado. Então, reivindicam a redução da jornada de trabalho para sete horas diárias, o que considero um avanço, em termos de reivindicações, em relação a outras categorias profissionais que reivindicam oito horas. "A jornada de trabalho em sua maioria depende da vontade e da necessidade do patrão, onde o operário é obrigado a trabalhar em regime de disciplina e coerção que garante o máximo de rendimento"<sup>37</sup>.

O jornal instiga o operariado a não aceitar trabalhar durante os dias de domingo e, caso o faça, tem que ser mediante pagamento de salário complementar ou extra. Ante esta situação, não é de se estranhar as sucessivas saídas de operários sergipanos para outras praças ou regiões do país, geralmente em busca de melhores salários, condições de vida e de trabalho pois, o operário que recebe "... salário regular tem satisfação e prazer em apresentar as melhores obras, dando influência ao estabelecimento e fazendo com que o proprietário obtenha grande lucros na exportação de sua produção"<sup>38</sup>. Assim, "... a regulamentação das horas de trabalho entre o operariado torna-se quanto antes uma medida de extrema necessidade"<sup>39</sup>.

## V - Considerações finais

A existência de apenas um jornal produzido pelos operários, mais especificamente pelos tipógrafos, e a localização de um pequeno número de **O Operário**, dificultou o aprofundamento da análise proposta, que foi desenvolvida tomando como base os artigos assinados por Nevio Vianna e João Ferro.

A influência anarquista delineava-se na própria denominação das primeiras associações operárias e no seu caráter mutualista. O

ideal anarquista evidenciava-se na perspectiva de igualdade das camadas sociais, no equilíbrio entre o capital e o trabalho e o salário percebidos pelos operários, no desaparecimento do analfabetismo, no afastamento da luta política e da representação parlamentar, da negação da greve como estratégia de luta e por fim, a propugnação anarquista de uma sociedade anárquica.

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 - EXPEDIENTE da União Operária. **O Operário**, Aracaju, 16/02/1896, p. 01.
- 02 - FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 91.
- 03 - Idem, *ibid.*
- 04 - MOURA, Maria das G. M. & SOUZA, Terezinha O. & OLIVEIRA, Jorge Marcos. **Levantamento da Imprensa operária em Sergipe**. Aracaju, PDPH/UFS, 1986 (Mimiografado).
- 05 - MARANHÃO, R. & MENDES Jr. A. **Brasil - História: Texto e Consulta - República Velha** - vl. 3, p. 186.
- 06 - Relatório do Presidente da Província à Assembléia Provincial. Aracaju, Tipografia Provincial, 1853, p. 43.
- 07 - FAUSTO, Boris. *op. cit.* p.63.
- 08 - MARANHÃO, R. & MENDES Jr. A. *op. cit.* p. 313
- 09 - CARONE, E. **A República Velha I; instituições e classes sociais** (1889-1930). Rio de Janeiro, Difel, p. 15.
- 10 - Fala com que Francisco de Correia C. Barreto abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial em 02/03/1884, p. 62.
- 11 - Idem, *ibid.*
- 12 - Relatório com que o 1º Vice-Presidente José Leandro M. Soares passou a Administração à Luiz Alves L. de Oliveira Bello em 28/07/1880, p. 10.
- 13 - ESTATUTO do Club União Proletária de Sergipe. Aracaju, 1916, p. 01.
- 14 - Idem, *ibid.*

- 15 - Idem, ibíd.
- 16 - O OPERÁRIO: nossa missão. **O Operário**, Aracaju, 02/02/1896, p.01.
- 17 - Idem, ibid.
- 18 - Idem, ibid.
- 19 - Ver George Woodcock in **Anarquismo: uma história das idéias e do movimento**. Porto Alegre, LP&M, 1980.
- 20 - O OPERÁRIO: nossa missão. op. cit. p. 01 e 02.
- 21 - FERRO, João. Doutrinemos. **O Operário**, Aracaju, 09/02/1896, p. 02.
- 22 - FERRO, João. Vive au grand jour. **O Operário**, Aracaju, 22/02/1896, p. 01 e 02.
- 23 - VIANNA, Névio. A Igualdade. **O Operário**, Aracaju, 22/03/1896, p. 02.
- 24 - O OPERÁRIO: nossa missão. op. cit. p. 01.
- 25 - FERRO, João. Aos Artistas Sergipanos. **O Operário**, Aracaju, 16/02/1896, p. 02.
- 26 - Idem, ibid.
- 27 - FERRO, João. Aos Artistas Sergipanos. Op. cit. p. 02.
- 28 - Vive au grand jour. op. cit. p.02.
- 29 - O OPERÁRIO: nossa missão. op. cit. p. 01
- 30 - FERRO, João. Doutrinemos. op. cit. p. 01
- 31 - FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. op. cit. p. 41.
- 32 - FERRO, João. Vive au grand jour. op. cit. p. 02.
- 33 - COSTA, Caio Túlio. O que é anarquismo. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 67.
- 34 - FERRO, João. Vive au grand jour. op. cit. p. 02.
- 35 - TRABALHO aos domingos. **O Operário**, Aracaju, 22/02/1896, p. 01.
- 36 - Idem, ibid.
- 37 - CARONE, E. A República Velha; op. cit. p. 196.
- 38 - FERRO, João. Quanto ganha um artista? **O Operário**, Aracaju, 11/04/1896, p. 01.
- 39 - HORÁRIO e aumento de salário. **O Operário**, 15/03/1896, p. 01.
- 40 - GREEN, Gilbert. **Anarquismo ou Marxismo: uma opção política**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982, p. 45.
- 41 - Idem, p. 51.
- 42 - WOODCOCK, G. Anarquismo: uma história... op. cit. p. 187.
- 43 - Idem, ibid.
- 44 - GREEN, Gilbert. Anarquismo ou Marxismo: uma opção... op. cit. p. 52.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### A - Fontes Primárias

#### 1 - Mensagens e Relatórios e Falas

Mensagens de Presidente da Província (1850-1889)

Fala de Presidente da Província (1850-1889)

Relatórios de Presidente da Província (1850-1889)

#### 2 - Jornais

Operário (0), 1896 - nº 01-19

### B - Fontes Secundárias

#### 1 - Livros

CARONE, Edgard. **A República Velha I; instituições e classes sociais (1889-1930)**. São Paulo, Difel, 1976.

COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. São Paulo, Brasiliense, 1980. Col. Primeiros Passos: 05

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1889-1920)**. Rio de Janeiro, Difel, 1976.

GREEN, Gilbert. **Anarquismo ou Marxismo: uma opção política**. trad. por Ailton B. de Souza. Rio de Janeiro, 1982.

MENDES Jr., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. "Anarquismo e Anarco-Sindicalismo no Brasil" in **Brasil - História: Texto e Consulta - República Velha**, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983, vl. 3.

#### 2 - Artigos

MACHADO, Manoel Cabral. "Aspectos do Movimento Operário em Sergipe in **Revista do Aracaju**; 7, 1962, p. 236-246.



## FLORENTINO TELLES DE MENEZES

Emmanuel Franco

A Universidade brasileira chegou tarde para muita gente.

Florentino Telles de Menezes viveu em Sergipe, em uma época em que uma pequena elite intelectual atualizadíssima com o conhecimento universal, estava muito adiante do povo sergipano.

Maravilha saber, como esta terra sergipana produziu homens como Tobias Barreto, Silvio Romero, João Ribeiro, Manoel Bomfim e Florentino Telles de Menezes, que estavam muito à frente dos seus conterrâneos.

O estudo da Sociologia é feito atualmente durante o Curso Universitário.

Em 1926, o Atheneu Pedro II abre concurso para a disciplina Sociologia e se apresenta como único candidato, Florentino Telles de Menezes, que é aprovado com distinção.

Maurício Graccho Cardoso, governador do Estado, nomeia-o Professor Catedrático de Sociologia no Atheneu Pedro II, no dia 18 de janeiro de 1926, o mesmo dia da aprovação em concurso.

Em 1º de janeiro de 1930 foi publicado pelo Governo do Estado, por intermédio da Congregação do Atheneu o "Tratado de Sociologia", o único livro de sociologia publicado em Sergipe até hoje e de autoria do Professor Florentino.

Já muito antes, em 1913, com 27 anos de idade, Florentino publicou o trabalho: Leis da Sociologia Aplicadas ao Brasil.

A elite dirigente em Sergipe era muito culta e estimulou a Florentino Menezes desde o início, publicando os seus livros ou ajudando na publicação.

Estimulava quem tinha mérito.

Acompanhemos cronologicamente a produção literária e científica de Florentino Menezes.

Em 1912 publica "Estudo Chorographico e Social do Brasil".

Em 1913 publica "Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil".

Em 1916 publica os seguintes trabalhos:

- "O Desenvolvimento Intelectual dos Povos"

- "Influência dos Fatores Geográficos na Formação da Sociedade Brasileira".

Em 1917 publica "Escola Social Positiva".

Em 1918 publica "O Partido Socialista Sergipano".

Em 1924 publica "O voto secreto".

Em 1926 publica a sua Tese de Concurso para Professor Cate-  
drático de nome "Influência do Clima nas Civilizações".

Em 1930 publica o "Tratado de Sociologia" em um grosso vo-  
lume.

Veio a Revolução de 1930 e a elite dirigente foi alijada do po-  
der.

Pouco a pouco começa a decadência intelectual de Sergipe.

Os Professores do Atheneu vêem os salários irem diminuindo.

Até 1940, o salário de um Professor do Atheneu e o salário de  
um Desembargador eram mais ou menos equivalentes.

Vão se formando a partir de 1930, que continuam à crescer,  
quistos sociais: privilégios de poucos.

Desembargadores, Procuradores, Secretários de Estado, Con-  
selheiros do Tribunal de Contas, Deputados, Vereadores, Prefeitos,  
etc., vão ganhando cada vez maiores salários, enquanto os outros gru-  
pos sociais vêem crescendo a disparidade salarial, a cada aumento das  
outras classes.

Os Professores do Atheneu vão empobrecendo a cada dia e os  
que viveram mais, morreram pobres e passando necessidades.

Premia-se o golpe financeiro, o enriquecimento ilícito.

Luta-se para ser Prefeito, para enriquecer fácil.

Luta-se para ser Senador, Deputado Federal, Deputado Esta-  
dual, Vereador, para conseguir verbas, comissões, empréstimos e ou-  
tras facilidades.

Desestimula-se os homens cultos, dificultando no início e im-  
pedindo no fim a publicação dos seus escritos.

Imprensa, é para elogiar o dono ou o partido do jornal.

Florentino Menezes morreu passando dificuldades. Escreveu  
obras que na sua mocidade e maturidade havia quem lesse. Já na sua  
velhice, ninguém mais leu.

A elite dirigente era inculta: um tenente Interventor, promovi-  
do sem cursos à general. Um médico, amigo de cangaceiros. Legisla-  
dores, cada ano menos letrados e cuidando mais de se perpetuarem  
nos seus cargos do que da coisa pública, do saber da população.

Entrar na política, novo, com os cabelos pretos e sair com toda  
a cabeleira branca, com pouco ou nada ter produzido para o bem da  
coletividade.

Em 1926, quando Florentino foi nomeado professor do Athe-  
neu, o curso era parcelado. Depois de 1930, o curso passou a ser se-  
riado e feito em cinco anos.

Em 1932, houve a Reforma Francisco Campos, Ministro da Edu-  
cação e o Curso Seriado foi dividido em Curso Ginásial, de cinco anos,  
e Curso Complementar, de dois anos de duração.

O Curso Complementar era dividido em Pré-Médico, Pré-Jurídico e Pré-Politécnico. Estudei no Pré-Politécnico.

O Curso Complementar, no Atheneu, foi iniciado em 1937. Teve uma constelação de professores que é difícil de ser encontrada hoje. Eram professores: Abdias Bezerra, de Matemática; Arthur Fortes, de História; Padre Mário Villasboas e José Augusto da Rocha Lima, de Português; Padre Avelar Brandão Vilela, de Filosofia e Lógica; Oscar Nascimento e Garcia Moreno, de Ciências Naturais, Antonio Tavares Bragança, de Química. José Rolemberg Leite, de Física, e Florentino Menezes, de Sociologia.

Entre estes luminares do conhecimento, nós alunos, orgulhosos pelo que aprendíamos, tivemos Padre Avelar Brandão, ensinando Filosofia e Lógica e Florentino Menezes, Sociologia.

Padre Avelar Brandão falava da Alma, do Eu e possivelmente o Atheneu foi um degrau para a sua ascensão para o Bispado e o Cardinalato.

Padre Mário Villasboas dava aula de Português, onde ensinava a origem latina das palavras. O Atheneu foi também um degrau de sua ascensão ao Bispado e ao Arcebispado.

Estes Padres porfiavam na oratória sacra. Padre Avelar levando o tema para a Filosofia e o Padre Mário para a beleza e a suavidade das palavras.

Florentino Menezes discorria sobre Augusto Comte e o Positivismo, a religião que pregava o Cristianismo sem Cristo. Narrava a vitória dos Positivistas na implantação da República e da colocação na bandeira brasileira do lema positivista: "Ordem e Progresso".

Era um dos últimos positivistas do século vinte. Mas, ele não previu o ressurgimento do Positivismo na Geografia moderna.

Discorria sobre as idéias de Durkheim, do sociólogo Tarde e da implantação da Aristocracia da Inteligência na sociedade futura.

Combatia Gobineau, o embaixador francês que serviu no Rio de Janeiro, no século dezenove e que escreveu sobre a degenerescência dos povos mestiços e a superioridade da raça branca pura, européia.

Florentino mostrava que nós, brasileiros, poderíamos criar uma civilização em um país tropical, tão rica e poderosa quanto a civilização européia, desde que dominássemos o meio.

Naquela época, 1937 e 1938, o nazismo e Hitler estavam em plena ascensão. Eles pregavam a superioridade da raça branca, dos louros dolicocefalos, que estavam fundando um império que duraria mil anos e que dominariam todos os povos da terra, que seriam seus servos, seus escravos e que a eles caberiam dar o poder decisório, de continuarem a existir, ou de serem riscados do mapa e da existência.

Florentino Menezes parece não ter lido nada sobre a Heterósis ou Vigor Híbrido. Mas, a Segunda Guerra Mundial, com a derrota das

tropas germânicas e a extinção e a morte do nazismo e de Hitler, mostrou que os louros dolicocefalos não eram superiores aos mestiços que o combatiam.

O Vigor Híbrido aparece, quando se cruzam quatro linhagens puras, duas à duas. Linhagens A mais B e C mais D, depois AB mais CD, obtendo-se a linhagem ABCD, que é um Híbrido Duplo. Em uma população híbrida dupla ABCD, 2% desta população apresenta Vigor Híbrido.

O Vigor Híbrido dá ao milho híbrido, uma produção 30% superior a melhor variedade ou linhagem pura cultivada na mesma região.

Os diversos povos que povoaram a Península Itálica deram origem a Roma, onde aparece o Vigor Híbrido. Anteriormente, a miscigenação de Medas e Persas, fez surgir Ciro, Cambises e Dário no Império Persa. Na Grécia, os Aqueus, Cretenses e Dórios se miscigenam e dão origem a Civilização Grega, onde aparece o Vigor Híbrido.

Vigor Híbrido aparece na Inglaterra, onde se miscigenam alpinos, entre estes os Celtas, Romanos, grupos germânicos como frisios, saxões, anglos, jutas e, finalmente, os normandos.

Vigor Híbrido aparece na França onde se miscigenam ligúrios, iberos, celtas ou gauleses, romanos, francos, borgúndios e visigodos.

Vigor Híbrido aparece na Alemanha, com a sua unificação, onde se miscigenam prussianos, saxônios e as diversas tribos germânicas que constituíam principados e reinos.

Vigor Híbrido aparece nos Estados Unidos, fusão de imigrantes europeus, asiáticos e africanos.

Vigor Híbrido aparece na União Russa Soviética Socialista, fusão de 200 povos.

A fusão do português, negro, índio e mais italiano, alemão, japonês e demais imigrantes, que vieram para o Brasil, já está fazendo surgir o Vigor Híbrido, que está tornando esta nação, poderosa e rica.

Florentino Menezes, o sociólogo que discorria sobre a importância dos fatores geográficos e do clima nas civilizações, foi um dos pioneiros da Ecologia, especialmente da Ecologia Humana.

Realmente, os fatores geográficos e climáticos têm influência nas civilizações.

Florentino Menezes, um homem simples que vestia calça branca, paletó escuro e gravata vermelha, alto e meio magro, quando dava aulas, tinha um séstro da época: estirava o pescoço como peru, de vez em quando.

Florentino morreu pobre e esquecido.

É necessário reler os seus trabalhos e divulgá-los, para que Florentino saia do imerecido ostracismo

Cem anos já se passaram.

As suas idéias continuam vivas, atuais.

## UM IMPORTANTE DOCUMENTO HISTÓRICO (SEC. XVIII)

María da Glória Santana de Almeida  
Josevanda Mendonça Franco

Não é novidade que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe publique texto integral de inventários e testamentos do passado. Por isso, este espaço aqui dedicado à transcrição fiel do **Inventário do Capitão Antonio de Almeida Maciel** mantém uma tradição que se fundamenta na responsabilidade do Instituto por fomentar pesquisas e difundir estudos históricos sobre a nossa terra e nossa gente.

Pouco a pouco, órgãos de cultura do Estado somam esforços para salvar o importante patrimônio documental existente nos diferentes arquivos sergipanos e que sobrevive à destruição dos agentes físicos e biológicos, principalmente ao descaso de pessoas mal informadas e desconhecedoras da responsabilidade que a todos cabe de preservar a memória do nosso povo.

Desse esforço, têm brotado idéias e iniciativas das mais fecundas: a salvação dos arquivos e a proliferação de projetos de pesquisa e de publicações científicas.

Encontrados principalmente nos arquivos cartorários ou, em alguns casos, já transferidos para os arquivos públicos, o testamento e o inventário constituem-se num tipo de documento histórico de grande interesse, inestimável fonte de informação sobre a vida econômico-financeira, social e mesmo das mentalidades predominantes no passado. Neles constam dados fundamentais para a recomposição dos laços de família, para a descrição da vida econômica e cultural e que permitem sugerir linhas de pesquisa de extraordinária dimensão: aspectos da escravidão, modos de vida e religiosidade dos privilegiados, formas de poder etc.

Entusiasmadas pelo encontro pessoal diário, com esse tipo de documento, que classificamos e preservamos nos arquivos cartorários junto a um pequeno grupo de abnegados professores e estudantes de História, a Prof<sup>a</sup> Josevanda Mendonça Franco e eu, iniciamos uma proposta de trabalho em cima de testamentos e inventários muito antigos, os mais antigos existentes no Arquivo Público. Sendo sua grafia própria do século XVIII, e péssimo o estado dos documentos, tem sido difícil sua utilização por pessoas que buscam o conhecimento da História de Sergipe, e até mesmo por pesquisadores experimentados.

O inventário adiante transcrito foi encontrado no **Arquivo Público do Estado de Sergipe**, Secção Sobrão Sobrinho, historiador sergipano que reuniu em sua casa importante acervo documental encontrado nos arquivos cartorários, principalmente da cidade de Itabaiana. Para não reduzir sua dimensão histórica, reservamos a antiga grafia do documento. Convenções estabelecidas: os pontos intermitentes (...) indicam que a leitura foi impossível por estar o documento excessivamente danificado e os asteriscos informam que a palavra não foi decifrada.

Chamamos a atenção para os seguintes aspectos deste documento:

- sua antiguidade. O século XVIII é pouco conhecido, em parte pelo reduzido número de informações disponíveis.
- trata-se de família que preservará seu poder político, social e económico nos séculos seguintes
- ricas informações sobre escravos: preços e, o que não é comum, a origem dos negros: - jeje, benguela, angola, crioulo (Br) Ressalte-se o número de escravos (24) numa propriedade que não é engenho.
- valor escravo em relação à terra.
- localização de fazendas de criação e número de cabeças de gado.
- a dinâmica dos empréstimos: toma-se e empresta-se dinheiro em proporções quase equivalentes. Em muitos inventários e testamentos antigos também encontramos credores que não conhecem o nome do devedor e/ou a quantia emprestada.

Inventario que se fez em amigavel composição por morte e fallesimento do defunto o Cappitão Antonio de Almeyda Maciel.

Cappam Antonio de Almeyda Maciel

Escrivão

Anno do Nassimento do Nosso Senhor Jezus Christo de mil e sete setos e corenta e hum annos Aos vinte e sete dias do mes de mayo do dito anno nesta Villa de Santo Antonio e Almas de Itabayanna Comarqua e Caphitania de Sergiphe del Rey e nas cazas de morada de mim tabelião a diante nomiado ahy o Cappitão Antonio de Almeida Valladão morador no termo desta Villa e por elle me foy dado despacho nelle posto e escripto do Juis ordinario Paullo Fernandes da Rocha para em verdade do dito despacho se ajuntar a petisão para se julgarem por sentença as partilhas a qual petisao e inventario \* \* e autores que he tudo o que a diante se segui de que fiz este termo e eu Gonsallo Pereira de Vasconcellos tabeliam

Diz Dona Ursula de Menezes Maciel que falecendo o Cappam Antonio de Alm<sup>da</sup> Maciel moradora no termo dessa Villa que ella suppte quis fazer inventario amigavelmente com seu filho o Cappam Antonio de Alm<sup>da</sup> Valladão por não haver no seu cazal mais herdeiro algum

[despacho]

Nomeio por avaliadores o Cappam Ant<sup>o</sup> da Cunha Pr<sup>o</sup> e ao Cappam Ant<sup>o</sup> Tavares de Menezes e venham perante mim tomar o juram<sup>to</sup> na Villa de So Ant<sup>o</sup> e Almas da Itabayanna 6 de mayo de 1741 annos.

Rocha

PÇO a V.m lhe faça mce no miar por despacho a dois homens de sua confiança p<sup>a</sup> avaliadores dos bens e fazerem partilhas delles p<sup>a</sup> o que serão ajuramentados por V m.

## Termo de Juramento

Aos onze dias do mes de mayo de mil e setesentos e corenta e hum annos nesta Villa de Santo Antonio e Almas de Itabayanna Comarca e Caphitania de Sergiphe del rey nas cazas de morada de mim tabeliam adiante nomiado onde estava o Juis ordinario Paulo Fernandes da Rocha aly appareserão o Cappitão Antonio da Cunha Pereira e o Cappitão Antonio Tavares de Menezes avaliadores nomidados e Repartidores para o inventario amigavel composisção que declara a petisção atras e logo pello dito Juis foy dado o juramento dos Santos evanjelhos em sima de hum livro de ley a cada hum dos ditos avalliaadores em que puzeram suas mãos direitas sob cargo do qual lhe encarregou o dito Juis que bem e verdadeiramente sem odio nem afeisam de pesoa alguma avalliasem todos os bens que pela cabeça de cazal Dona Ursulla de Menezes fisesem partilhas amigavelmente como requer a justificante em sua petisção com seu filho de mayor o Cappitão Antonio de Almeyda Valladão fizesem quinhão as dividas que dise ao Inventario a cabeça de cazal e depois dos ditos avalliaadores e repartidores nomidados reseberem o juramento asim o de me jurado fazer de que fis este termo de juramento em que assignou o dito Juis e os ditos avalliaadores e repartidores nomidados e eu Gonsallo Pereira de Vasconcellos Tabelião o escrevy

Paulo Fern<sup>des</sup> da Rocha  
Antonio da Cunha Pr<sup>º</sup>  
Ant<sup>º</sup> Tavares de Menezes

Inventario de amigavel composiçam dos Bens que ficaram do defunto Antonio de Almeida Maciel continuado com a cabeça de cazal sua m<sup>er</sup> Dona Ursula de Menezes e seu filho erdeiro Antonio de Almeida Valadam de mayor feito pelos avaliadores e repardidores declarados no termo do juramento atras

### Seguimçe os bens avaliados

Item	hum crioulo por nome Luis em sua avaliaçam de sento e dez mil reis	110\$000
Item	Ignacio jeu em sua avaliaçam de sento e corenta mil reis	140\$000
Item	Martim bangela em sua avaliaçam de sem mil reis	100\$000



Item	Manoel angola em sua avaliaçam de sem mil reis	100\$000
Item	Manoel bangela em sua avaliaçam de sem mil reis	100\$000
Item	Joseph jeu em sua avaliação de sento e vinte cinco mil reis	125\$000
Item	Joam bangela em sua avaliação de sem mil reis	100\$000
Item	Ventura em sua avaliação de sento e quize mil reis	115\$000
Item	Pedro em sua avaliação de sento e quize mil reis	115\$000
Item	Pedro moleque em sua avaliação de sem mil reis	100\$000
Item	Ignacio crioulo em sua avaliação de setemta mil reis	70\$000
Item	Joam barbeiro em sua avaliação de sento e oitenta mil reis	180\$000
Item	Joam bangela em sua avaliação de sento e vinte mil reis	120\$000
Item	Caetano angola em sua avaliação de sento e vinte mil reis	120\$000
Item	Quiterio crioulinho em sua avaliação de sincoenta mil reis	50\$000
Item	Antonio mulato em sua avaliação de secenta mil reis	60\$000
Item	Eutaya mulata em sua avaliação de sento e corenta mil reis	140\$000
Item	Rita em sua avaliação de sento e corenta mil reis	140\$000
Item	Antonia em sua avaliação de sento e des mil reis	110\$000
Item	Andreza em sua avaliação de sesenta mil reis	60\$000
Item	Juliana em sua avaliação de corenta mil reis	40\$000
Item	Dorothea em sua avaliação de sento e vinte mil reis	120\$000

Item	Lauriana em sua avaliação de cento e vinte mil reis	120\$000
Item	Izabel em sua avaliação de oitenta mil reis	80\$000

– Terras –

Item	hum sitio chamado da gameleira em sua avaliação de trezentos mil reis	300\$000
Item	hum sitio de terra chamado do Campo Grande em sua avaliação de seiscentos mil reis	600\$000
Item	duzentas cabeças de gado entre pequenas e grandes machos e fêmeas em sua avaliação cada hum di dois mil e quinhentos reis emporta quinhentos mil reis	500\$000
Item	quize cabeças de bestas em sua avaliação de sinco mil reis cada huma emporta setenta e sinco mil reis	75\$000
Item	no sertam do tocano e vaza baris duzentas cabeças de gado em sua avaliação cada huma de tres mil reis emporta seis sentos mil reis	600\$000
Item	sete cavalos mansos em sua avaliação cada hum de des mil emporta setenta mil reis	70\$000
Item	duas egoas mansas em sua avaliação cada hua em coatro mil reis emporta oito mil reis	8\$000
Item	na fazenda do Salgado frequezia do Itapicuru corenta cabeças de gado alto e mal machos e fêmeas em sua avaliação de dois mil e quinhentos cada hum emporta sem mil reis	100\$000
Item	hum cortinado de damasco em bom uzo em sua avaliação de sincoenta mil reis	50\$000

Dívidas que se devem ao casal

Item	que deve ao casal Simião de Ar <sup>o</sup> de Britto por credito de sincoenta e sinco mil reis	55\$000
Item	que deve mais Simião de Ar <sup>o</sup> por credito Vinte e hum mil reis	21\$000
Item	que deve ao casal Luiz Rib <sup>ro</sup> de Faria por credito Vinte e coatro mil reis	24\$000
Item	que deve ao casal Jorge da Silveira vinte e seis mil e novesentos e vinte reis	26\$920
Item	que deve ao casal Domingos Lopes de Alm <sup>da</sup> vinte e coatro mil e quinhentos e sessenta	24\$560
Item	que deve ao casal Chistovão da Silva por credito seis mil e quinhentos reis	6\$500
Item	que deve ao casal Joseph Liandro no cairu dous mil novesentos e secenta	2\$960
Item	que deve ao casal Ant <sup>o</sup> Felis de Padilha por credito des mil reis	10\$000
Item	que deve ao casal Me <sup>l</sup> Ferz do Reis por credito sete mil e trezentos e vinte reis	7\$320
Item	que deve ao casal Joze Gomes Rabello por credito trinta mil reis	30\$000
Item	que deve ao casal por credito os Erdeiros de Izabel da Rocha de resto de dezeseite mil e seis sentos e des reis	17\$610
Item	que deve ao casal por credito Manoel Fr <sup>a</sup> de Olv <sup>ra</sup> vinte e coatro mil e sete sentos	24\$700
Item	que deve ao casal D <sup>os</sup> Barboza de Brito catorze mil reis	14\$000
Item	que deve ao casal por credito Joze * * da Cruz vinte e nove mil e oito sentos reis	29\$800

Item	que deve ao casal por credito Franco Fr <sup>a</sup> da Cruz mil e noventa e vinte	1\$920
Item	que deve ao casal Guimar Guedes de Brito sincoenta e oito mil e coatro sentos e vinte reis	58\$420
Item	que deve ao casal Sebastião Nunes da Silva treze mil seisentos e noventa	13\$690
Item	que deve ao casal Andre Coelho de Mello vinte e oito mil reis	28\$000
Item	que deve ao casal Manoel Ferreira de Oliv <sup>ra</sup> oitenta e sete mil setesentos e corenta	87\$740
Item	que deve ao casal Manoel de Souza de Jesus dez mil reis	10\$000
Item	que deve ao casal por credito Antonio Alves de Viveiros três mil reis	3\$000
Item	que deve ao casal por credito Ambrozio de Souza de Oliv <sup>ra</sup> sinco mil e coatro sentos e vinte reis	5\$420
Item	que deve ao casal por credito Joam Coelho de Mello catorze mil e seis sentos e oitenta	14\$680
Item	que deve ao casal por credito o ajudante Mel de Souza de Jesus por credito dois mil e trezentos e vinte reis	2\$320
Item	que deve ao casal por resto de credito Antonio Fr <sup>a</sup> de Oliv <sup>ra</sup> sento e vinte e coatro mil e seis sentos e setenta reis	124\$670
Item	que deve ao casal por credito Jozeph Baptista de Souza dezoito mil e oito sentos reis	18\$800
Item	que deve ao casal por credito Manoel Fr <sup>a</sup> de Oliv <sup>ra</sup> ..... ..... sincoenta e sinco mil e sento e oitenta reis	55\$180
Item	que deve ao casal por credito Antonio Roiz de paina sinco mil e duzentos reis	5\$200

Item	que deve ao casal Andre Coelho de Mello novo credito que se lhe deu p <sup>a</sup> cobrar que importam todos em sento e secenta e hum mil e sento e trinta mil reis	161\$130
Item	que deve ao casal Tome dias p <sup>ra</sup> por credito nove mil reis	9\$000
Item	que deve ao casal Tomé Dias p <sup>ra</sup> por crédito vinte e dous mil oito sentos e vinte reis	22\$820
Item	que deve ao casal por credito Antonio Gomes vinte mil reis	20\$000
Item	que deve ao casal por credito Miguel de Souza Campos vinte e sinco mil reis	25\$000
Item	que deve ao casal por credito Fran <sup>co</sup> Roiz de paina doze mil reis	12\$000
Item	que deve ao casal por credito Ant <sup>o</sup> Rib <sup>o</sup> Lima sincoenta e oito mil reis	58\$000
Item	que deve ao casal por credito Manoel da Rua Pedroso sincoenta digo vinte e coatro mil e corenta reis	24\$040
Item	que deve ao casal por credito Ignacio Gonçalves Tenozo dois mil e nove sentos reis	2\$900
Item	que deve ao casal Alfes Belchior de Rezendes por credito e corenta e dous mil e corenta	42\$040
Item	que deve ao casal Bento Correa do Reis por credito vinte e sinco mil reis	25\$000
Item	que deve ao casal o Alfes Jozeph Lobo de Andre por credito trinta e oito mil e nove sentos e secenta	38\$960
Item	que deve ao casal por credito Fran <sup>co</sup> Fr <sup>a</sup> trez mil reis	3\$000
Item	que deve ao casal Joam da Rocha Vieira trinta e coatro mil e quinhentos reis	34\$500
Item	que deve ao casal por credito Joam Faragoso dos Santos noventa e sinco mil e sesenta reis	95\$060

Item	que deve ao casal por credito Joam da Rocha Vieira de resto de credito sinco mil reis	5\$000
Item	que deve ao casal por credito Alfres Joze de Sá Pra trinta e sinco mil e quinhentos reis	35\$500
Item	que deve ao casal por credito Bernardino pra de Aro coatro mil e seis sentos e setenta e cinco reis	4\$675
Item	que deve ao casal por credito o Capam Joam Gonçalves Pinheiro vinte e hum mil e secenta reis	21\$060
Item	que deve ao casal por credito Joam de Brito Cabral seis mil e oito sentos reis	6\$800
Item	que deve ao casal por credito Antonio No9ª Lisboa oito mil e duzentos e sesenta reis	8\$260
Item	que deve ao casal por credito Manoel de Andrade Lobo sento e coatro mil e oito sentos e corenta reis	104\$840
Item	que deve ao casal por credito Antº Rodrigues des mil reis	10\$000
Item	que deve ao casal por credito Joam Neto Maya trinta e oito mil e trezentos e sincoenta reis	38\$350
Item	que deve ao casal Antonio Gonsalves dos reis por credito treze mil e duzentos e corenta reis	13\$240
Item	que deve ao casal Francisco de Souza de Lima dezenove mil e duzentos reis	19\$200

Dividas que o casal deve a vareas pessoas

Item	que deve o casal a N. S. da Conceição do Posto Misionario duzentos mil reis	200\$000
Item	que deve o casal a D. Maria de Menezes sete mil reis	7\$000
Item	que deve o casal a D. Fran <sup>ca</sup> Xavier sinco mil reis	5\$000
Item	que deve a Igreja Matriz desta Itabayana vinte mil reis	20\$000
Item	que deve o casal ao cap <sup>am</sup> Manoel de Souza no Sertan do Uruba a sua m <sup>er</sup> Leonor oitenta mil reis	80\$000
Item	que deve na Cid <sup>e</sup> da B <sup>a</sup> a Diogo de Abreu de F <sup>ra</sup> oitenta e três mil sento e sesenta reis	83\$160
Item	que deve ao cap <sup>am</sup> cosme de mello tellis trinta e dois mil reis	32\$000
Item	que deve a Francisco Luiz trinta e hum mil reis	31\$000
Item	que deve a Migel Muniz Barreto sento e onze mil e oito sentos reis	111\$800
Item	que deve a Gaspar * * da * * sento e vinte e dois mil e trezentos e secenta reis	122\$360
Item	que deve a Antonio homem de Afon <sup>ca</sup> sento e secenta mil reis	160\$000
Item	que deve nos campos da Cachoeira a hum homem que nem sabe o nome de principal e juros sento e sincoenta e coatro mil reis	154\$000
Item	que deve o casal ao Cap <sup>am</sup> Mor Mel Fr <sup>a</sup> da Silva secenta e três mil reis	63\$000
Item	que deve mais ao d <sup>to</sup> Cap <sup>am</sup> mor Mel Fr <sup>a</sup> da Silva onze mil e duzentos reis	11\$200
Item	que deve a Maria Maciel trinta mil reis de resto de sua legitima	30\$000

Item	que deve ao Cap <sup>am</sup> Antonio da Cunha Pr <sup>a</sup> coatro sentos e secen- ta e hum mil e seis sentos e vinte e dous reis	460\$622
Item	que deve ao rev <sup>do</sup> coadjutor Alex <sup>dre</sup> de Souza Menezes doze mil reis	12\$0000
Item	que deve ao Reverendo P <sup>e</sup> Joam Jorge de Barros doze mil reis	12\$000
Item	que deve ao Red <sup>o</sup> P <sup>e</sup> Antonio Dias doze mil reis	12\$000
Item	que deve a Confraria de N. S <sup>ar</sup> do Rozario, dois mil e seissentos reis	2\$600
Item	que deve a N. S <sup>ar</sup> dos humildes des mil reis	10\$000
Item	que deve ao Sarg <sup>to</sup> mor Antonio Coelho do Prado seis mil reis	6\$000
Item	que deve a Antonio Machado Leite vinte e dous mil e quinhentos e secenta reis	22\$560
Item	que deve ao Cap <sup>am</sup> Caetano Pra <sup>a</sup> de Crasto nove mil e sete sentos e secenta	9\$760 662\$142

Soma toda a fazenda lançada neste eventário salvo . . . . . seis  
contos coatro sentos e secenta mil sentos e sinco reis 6:460\$705

E destes tirar as dívidas que o casal deve e fica \* \* p<sup>a</sup> se partir em  
dous quinhoens digo que o casal deve que em portam hum conto e se-  
te e sentos e sincoenta e nove mil e secenta e dous reis digo hum con-  
to e seis sentos e secenta e nove mil e secenta e dous reis 1:669\$062

Fica \* \* p<sup>a</sup> se partir em dous quinhoens hum p<sup>a</sup> a cabeça de casal, ou-  
tro p<sup>a</sup> o erdeiro seu filho coatro contos sete sentos e hum mil seis cen-  
tos e corenta e tres reis digo fica \* \* p<sup>a</sup> se partir nos dous quinhoens  
coatro contos e sete sentos e noventa e hum mil seis sentos e corenta  
e tres 4:791\$643

Partidos pello meyo toca ao quinhã da cabeça de casal dous contos  
trez<sup>tos</sup> e sincoenta mil oito sentos e vinte e hum reis digo toca a este  
quinhã dous contos trez<sup>tos</sup> e noventa e sinco mil oito sentos e vinte  
hum reis 2:395\$821

Quinhão das Dividas que emporta hum conto e sete e sentos e sincoen-  
ta e nove mil secenta e dous reis digo emporta o que esta no algarismo  
1:669\$062



E vay enteirado com os bens na forma seguinte

- Item que lhe damos hum sitio de terra chamado Campo Grande em sua avaliação em seis sentos mil reis 600\$000
- Item que lhe damos no mesmo sitio do Campo Gr<sup>de</sup> sincoenta cabeças de Gado em sua avaliação em dous e quinhentos reis emporta trezentos e setenta e sinco mil reis 375\$000
- Item que lhe damos duzentas cabeças de gado no sertão do Tocano e Vaza Barris em sua avalização de tres mil reis emporta seissentos mil reis 600\$000
- Item que lhe damos hua negra por nome Izabel em sua avaliação de oitenta mil reis 80\$000
- Item que lhe damos tres Egoas em sua avaliação de sinco mil reis cada huma emporta quize mil reis 15\$000  
E por esta maneira ficou este quinhão Cheyo e ajustado e leve de mais para tornar ao quinhão seguinte nove sentos e trinta e oito reis \$938
- Quinhão da cabeça de caçal que he de dous contos trezentos e noventa e sinco mil e oito sentos e vinte e hum reis 2.395\$821
- E vay enteirado com os bens na forma seguinte
- Item que lhe damos hum Crioulo por nome Luiz em sua avaliação em sento e des mil reis 110\$000
- Item que lhe damos Martine benguela em sua avaliação em sem mil reis 100\$000
- Item que lhe damos hum negro por nome João benguela em sua avaliação de sento e vinte mil reis 120\$000
- Item que lhe damos hum crioulinho por nome quiterio em sua avaliação de sincoenta mil reis 50\$000
- Item que lhe damos no valor do molato Ant<sup>o</sup> em trinta mil reis 30\$000
- Item que lhe damos huma molata por nome Eulaya em sua avaliação de sento e corenta mil reis 140\$000
- Item que lhe damos uma negra por nome Andreza em sua avaliação de secenta mil reis 60\$000

Item	que lhe damos huma negra por nome Julianna em sua avaliação de corenta mil reis	40\$000
Item	que lhe damos huma negra por nome Dorotheia em sua avaliação de sento e vinte mil reis	120\$000
Item	que lhe damos huma negra por nome Laurentina em sua avaliação de sento e vinte mil reis	120\$000
Item	que lhe damos hum sitio de terra chamada agamaceira em sua avaliação de trezentos mil reis	300\$000
Item	que lhe damos sincoenta e duas cabeças de gado machos e femias alto e mal em sua avaliação de dous mil e quinhentos reis cada hua emportam	135\$000
Item	que lhe damos seis egoas em sua avaliação de sinco mil reis cada hua emportam	
Item	que lhe damos tres cavalos mansos em sua avaliação de des mil reis cada huma emportam	30\$000
Item	que lhe damos na fazenda do salgado freguezia do Itapicuru corenta cabeças de gado alto e mal pequenas e grandes em dous mil e quinhentos cada huma	100\$000
Item	que lhe damos hum credito de Simião de Ar <sup>o</sup> de Brito de sincoenta e sinco mil reis	55\$000
Item	que lhe damos outro do dito de vinte e hum mil reis	121\$000
Item	que lhe damos hum credito de Jorge da Silva de vinte seis mil e nove sentos e vinte reis	26\$920
Item	que lhe damos hum credito de Domingos Lopes de Alm <sup>o</sup> de vinte e coatro mil e quinhentos e secenta reis	24\$560
Item	que lhe damos hum credito de Christovam da Silva de seis mil e quinhentos e des reis	6\$510
Item	que lhe damos hum credito de José Leandro de Dois mil e noventa e secenta reis	2\$960

Item	que lhe damos hum credito de Antonio Telles de padilha de des mil reis	10\$000
Item	que lhe damos hum credito de M <sup>al</sup> Fernandes do Reis de sete mil e trezentos e vinte reis	7\$320
Item	que lhe damos hum credito de José Gomes Rabelo de trinta mil reis	30\$000
Item	que lhe damos hum credito de Izabel da Rocha que pertencia a cobrança de seus erdr <sup>os</sup> dezecete mil e quinhentos e des reis	17\$510
Item	que lhe damos hum credito de Fran <sup>co</sup> Pra da Cruz de mil e noventa e vinte reis	1\$920
Item	que lhe damos hum credito de André Coelho de Mello de vinte e oito mil reis	28\$000
Item	que lhe damos hum credito de João Coelho de Mello de coarenta e nove sentos digo catorze mil e seis sentos e oitenta reis	14\$680
Item	que lhe damos hum credito de Ant <sup>o</sup> Roiz Paina de cinco mil e duzentos reis	5\$200
Item	que lhe damos hum credito de Andre Coelho de Melo de nossos creditos que se lhe deu p <sup>a</sup> cobrar de sento e secenta e hum mil e sento e trinta reis	161\$130
Item	que lhe damos hum credito de Tome Dias Pr <sup>a</sup> de nove mil reis	9\$000
Item	que lhe damos hum credito do dito Tome Dias Pereyra de vinte e dous mil e trezentos e vinte reis	22\$320
Item	que lhe damos hum credito de Antonio Gomes de vinte mil reis	20\$000
Item	que lhe damos hum credito de Miguel de Souza Campos de vinte e cinco mil reis	25\$000
Item	que lhe damos hum credito de Fran <sup>co</sup> Roiz Paina de doze mil reis	12\$000

- Item  
que lhe damos hum credito de Antoni digo do Alferes Belchior de Rezendes de vin digo de corenta e dois mil e corenta reis 42\$040
- Item  
que lhe damos hum credito de Bento Ferreira dos Reiz de vinte e sinco mil reis 25\$000
- Item  
que lhe damos hum credito q. deve o Alferes Jose Lobo de trinta e oito mil e nove sentos e secenta reis 38\$960
- Item  
que lhe damos hum credito de Franco Fr<sup>o</sup> de tres mil reis 3\$000
- Item  
que lhe damos hum credito de João da Rocha Vieira de trinta e coatro mil e quinhentos reis 34\$500
- Item  
que lhe damos hum credito de Joam Faragoso dos Santos de noventa e sinco mil e secenta reis 95\$060
- Item  
que lhe damos hum credito do Alferes Jose de Sa Pra de trinta e sinco mil reis 35\$000
- Item  
que lhe damos hum credito de Mel de Andrade Lobo de sento e coatro mil e oito sentos e corenta reis 104\$840
- Item  
que lhe damos hum credito de João Neto Maya de trinta e oito mil trezentos e corenta reis 38\$340

E por esta maneira ficou este quinhão cheyo e ajustado e tem demais p<sup>a</sup> tornar o quinhão seguinte do Erdro seis mil e coatro sentos e sincoenta e nove reis digo sete mil e nove sentos e noventa reis 7\$990

Quinhão do Erdro cap<sup>am</sup> Antonio de Almeida Valadam que he de dous contos e trezentos e noventa e sinco mil e oito sentos e vinte e hum reis 2:395\$821

E vay enteirado com os bens na forma seguinte

- Item  
que lhe damos hum negro por nome Ignacio Gege em sua avaliação de sento e corenta mil reis 140\$000
- Item  
que lhe damos hum negro por nome Manoel Angola com sua avaliação de sem mil reis 100\$000

Item	que lhe damos hum negro por nome Manoel banguela em sua avaliação de sem mil reis	100\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome Jozé Gege em sua avaliação de sento e vinte e sinco mil reis	125\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome Jeam gangela em sua avaliação de sem mil reis	100\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome Ventura em sua avaliação de sento e quinze mil reis	115\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome pedro em sua avaliacam de sento e quinze mil reis	115\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome Pedro em sua avaliacam de sem mil reis	100\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome Ignacio crioulo em sua avaliacam de setenta mil reis	70\$000
Item	que lhe damos hum negro por nome João barbeiro em sua avaliacam de sento e oitenta mil reis	180\$000
Item	que lhe damos Caetano Angola em sua avaliacam de sento e vinte mil reis	
Item	que lhe damos hua negra por nome Roza em sua avaliacam de sento e corenta mil reis	140\$000
Item	que lhe damos hua negra por nome Antonia em sua avaliação de sento e des mil reis	110\$000
Item	que lhe damos hua negra digo hum cortinado de damasco em sua avaliação de sincoenta mil reis	50\$000
Item	que lhe damos duas egoas maçãs em sua avaliacam de coatro mil reis cada huma emporta oito mil reis	8\$000
Item	que lhe damos hum credito de Luiz Ribro de Pra de vinte e coatro mil reis	24\$000
Item	que lhe damos seis egoas em sua avaliacam de sinco mil reis cada hua emporta trinta mil reis	30\$000

Item	que lhe damos coatro cavalos em sua avaliacam de des mil reis cada hum importa corenta mil reis	40\$000
Item	que lhe damos no valor do molato Antonio trinta de mil reis	30\$000
Item	que lhe damos hum credito de Manoel Pra de vinte e coatro mil e sete sentos reis	24\$700
Item	que lhe damos hum credito de Domingos barbosa de brito de ca- torze mil reis	14\$000
Item	que lhe damos hum credito de Jozé Miz da Cruz de vinte e nove mil e oito sentos reis	29\$800
Item	que lhe damos hum credito de Guinar Guedes de Brito de sin- coenta e oito mil coatro sentos e vinte reis	58\$420
Item	que lhe damos hum credito de Sebastiam Nunes da Silva de treze e seis sentos e noventa reis	13\$690
Item	que lhe damos hum credito de Manoel Fr <sup>ra</sup> de Oliv <sup>a</sup> de oitenta e sete mil e coatro sentos e noventa reis	87\$490
Item	que lhe damos hum credito de Manoel de Souza de Jesus de des mil reis	10\$000
Item	que lhe damos hum credito de Antonio Alves de Viveiros de tres mil reis	3\$000
Item	que lhe damos hum credito de Ambrosio de Souza de Oliv <sup>ra</sup> de sinco mil e coatro sentos e vinte	5\$420
Item	que lhe damos hum credito do ajudante Manoel de Souza de dous mil e trezentos e vinte reis	2\$320
Item	que lhe damos hum credito de Antonio Pr <sup>a</sup> de Oliv <sup>a</sup> de sento e vinte e coatro mil seis sentos e setenta reis	124\$670
Item	que lhe damos hum credito de Jozé Batista de Souza de dezoito mil e oito sentos reis	18\$800
Item	que lhe damos hum credito de Manoel Francisco de Oliv <sup>ra</sup> de sin- coenta e sinco mil e sento e oitenta reis	55\$180

Item	que lhe damos hum credito de Antonio de Rib <sup>to</sup> Lima de sincoenta e oito mil reis	58\$000
Item	que lhe damos hum credito de Manoel da rua pedrozo de vinte e coatro mil e corenta reis	24\$040
Item	que lhe damos hum credito de Ignacio Gonçaves Tenozo de dous mil e nove sentos reis	2\$900
Item	que lhe damos hum credito de bernardino Pra de Ar <sup>o</sup> de setenta e coatro mil nove sentos e des reis	74\$910
Item	que lhe damos hum credito de Francisco Velozo de Ar <sup>o</sup> de coatro mil seis sentos e setenta e sinco reis	4\$675
Item	que lhe damos hum credito do cap <sup>am</sup> Joam Gonçaves Pinheiro de vinte e hum mil e secenta reis	21\$060
Item	que lhe damos hum credito de Joam de britto cabral de seis mil e oito sentos reis	6\$800
Item	que lhe damos hum credito de Antonio Nogr <sup>a</sup> Lisboa de oito mil duzentos e secenta reis	8\$260
Item	que lhe damos hum credito de Ant <sup>o</sup> Roiz Paina de des mil reis	10\$000
Item	que lhe damos hum credito de Antonio Gonçaves Reis de treze mil e duzentos e corenta reis	13\$240
Item	que lhe damos hum credito de Francisco de Souza de Lima de dezenove mil e duzentos reis	19\$200
Item	que lhe damos que ouvera da cabeça de cazal p <sup>o</sup> levar demais em seu quinhm sete mil e nove sentos e noventa reis	7\$996
		2:395\$821

E por esta maneira ficou este quinhm cheyo e ajustado de que nos assignamos ao pe della

Ant<sup>o</sup> da Cunha Pra

Ant<sup>o</sup> Tavares de Menezes

Diz Donna Ursulla de Menezes viuva que ficou do defunto o Carpp<sup>am</sup> Antonio de Almeida M<sup>ciel</sup> morador . . . . . desta villa que ella Supp<sup>te</sup> tem feito inventario e partilha amigavelmente com seu filho o Capp<sup>am</sup> Anto de Aida Valladam pellos avaliadores e Repartidores que mim foy servido nomiar lhe por seu despacho e por elha supp<sup>te</sup> o d<sup>o</sup> seu filho herdeiro estarem satisfeitos da dita partilha querem lha julgue v.m. p<sup>a</sup> sentenssa

P<sup>a</sup> V.m. lhe faça m<sup>er</sup> mandar por seu despacho que o escrivam deste Juizo ajunte este inventario e o faça concluso para V. m. julgar as ditas partilhas por sentença da suppt<sup>e</sup> e ao dito seu herdeiro sentença de formal partilha havendo . .

Aos vinte e sete dias do mes de mayo de mil sete sentos e coarenta e hum annos nesta villa de Santo Antonio e Almas do Itabayanna Comarca e Caphitania de Sergipe del Rey e nas cazas de morada de mim tabeliam a diante nomiado e juntos estão Petisam e Autos de Inventario e partilhas em comprimento . . . . . do Juis ordinario Paulo Fernandes da Rocha de que fiz este termo de ajuntado e eu Gonsallo Pereira de Vasconsellos tabeliam o escrevy.

Aos vinte e sete dias do mes de mayo de mil sete sentos e coarenta e hum annos nesta villa de Santo Antonio e Almas de Itabayanna Comarqua e Caphitania de Sergipe del Rey em cazas de morada de mim tabeliam ai diante nominado fis estes Autos de Inventario e partilhas de amigável composisam conclusa o Juis ordinario Paulo Fernandes da Rocha para elle as julgar por sentensa como lhe parecer direito e justiça de que fis este termo e eu Gonsallo Pereira de Vasconcelos tabeliam o escrevy

Julgo as partilhas feitas e amigavelmente composisom pellos avaliadores e Repartidores nomiados em razão . . . . . por boas firmas . . . . . partes . . . . .

De partilhas pedindo os e paque a cabeça de cazal e o herdeiro ambas as custas por \* \* Vila de Santo Antonio e Almas de Itabayanna no primeiro de junho de 1741 annos.

Paulo Ferdes da Rocha



**DISCURSOS**

## HOMENAGEM AO DR. AUGUSTO LEITE

Em seu centenário de nascimento (30/07/1986 - 30/07/1987)

Dr. Antonio Garcia Filho \*

Podemos dizer que o Dr. Augusto Leite, ao fazer o Hospital de Cirurgia, tinha em mente deixar plantado em nosso meio, e sobretudo nos médicos de Sergipe, o valor intrínseco da Medicina, arte excelsa louvada pelos Deuses. Quero dizer, não foi o Hospital como tal, mas a essência da Arte e da Ciência Médica que ele desejou, e o fez, plantada nos corações para que jamais esquecêssemos os nossos deveres e a capacidade sempre crescente do nosso aperfeiçoamento. Como a marcar cada coisa pelo seu nome e a detalhar a sua importância e utilidade, tal qual, em termos rústicos nos ensinou Gabriel Garcia Marquez por seu personagem Aureliano Buendía na distante e esquecida vila de Macondo nos "Cem Anos de Solidão": ali grassou a epidemia de uma doença que fazia o povo esquecer-se de tudo e de todas as coisas, levando-o a idealizar o método de assinalar cada um com seu nome e até com detalhes do seu uso. Mas não estaria tão perfeito o seu método se não inscrevesse logo à entrada da povoação um grande cartaz com o nome **Marcondo** e outro ainda maior, na rua central, que dizia **DEUS EXISTE**.

A nossa fraqueza humana sempre nos leva a colocarmos de lado a real importância das coisas, como os discípulos que apenas queriam milagres para que o povo tivesse Fé, ou como o próprio povo que desejava a salvação de uma única raça.

O Hospital foi a **ESPÉCIE** sobre a qual transubstanciaria o **CORPO VIVO E O SANGUE** da Medicina.

Aliás bem temos em quem nos escudar neste raciocínio: Camões, ao construir o monumento literário de "OS LUZIADAS", segundo o camonófilo Rubem Franca, também médico, não foi de Vasco da Gama que ele quis cantar a epopéia, nem o descobrimento do caminho marítimo da Índia, mas – como diz o título da Obra, e o reafirma na Introdução e na Dedicatória, o herói coletivo que é o povo lusitano, descendente de Luso – "o suposto Adão português", ressaltando ainda o

---

\* Presidente da Academia Sergipana de Letras

verdadeiro surgimento da língua pátria, no que ela tem de Arte e Ciência literária, como afirmaria depois o Prof. Moacir de Albuquerque: "Camões é ponto de partida da poesia e do idioma, poema que assombra pela beleza, pela erudição e pela técnica".

Analogamente podemos afirmar: Augusto Leite é o ponto de partida da medicina em Sergipe, como arte, técnica, ciência e ainda como sacerdócio em que o sentido da responsabilidade atinge seu mais alto grau.

Ele mesmo instruiu a todos os servidores da casa, desde as atendentes às irmãs de Caridade, os auxiliares, os enfermeiros e até mesmo aos seus colegas médicos aos quais chamava delicada e fraternalmente de companheiros. Por outro lado também instrua os próprios doentes, infundindo-lhes o sentimento de esperança e da disciplina, de coragem e de obediência.

É que o enfermo é um ser frágil, temeroso, falto de cuidados, que sorri infantilmente quando o médico o atende com paciência e carinho com os mais singelos gracejos, e enche de lágrimas os olhos quando encorajado e amparado. Margueritte Yourcenar, em Memórias de Adriano diz pelo Imperador "todo doente é um prisioneiro", e como tal reconforta-se com a presença dos que lhe assistem. O seu FAZER tinha efeito multiplicador e medrava em solo fértil numa reprodução que atingia várias gerações, por seu turno retransmitindo como uma reação em cascata que ainda hoje se continua pelos seus mais chegados. Cito alguns aos quais a sociedade sergipana muito deve: Lauro de Britto Porto, Benjamin Alves de Carvalho, Osvaldo Leite, Walter Cardoso, Lourival Bomfim, Machado de Souza, Carlos Melo e aqueles que no Empíreo encontraram descanso Fernando Sampaio, Canuto Garcia Moreno, Lauro Hora, Oscar Nascimento, Juliano Simões.

Platão diria, nos "Diálogos", especialmente no "Banquete", ser o Amor, filho de Poros - o Deus da Abundância, e de Pênia - a Pobreza, não sendo seu objeto apenas a reprodução da vida corpórea mas também da vida intelectual.

O nosso insigne e inesquecível poeta Freire Ribeiro, lamento da lírica oriental no Brasil, disse do Dr. Augusto:

"Tua Obra aí está no teu desdobramento,  
nesse muito de ti, no combate das dores,  
na jovem legião dos teus operadores,  
os que pelo futuro hão de falar de ti  
em vendo o nome teu em cada bisturi"

Seu prender pela arte literária está evidenciado em seus discursos e conferências, nos seus livros, na Cátedra e no Parlamento quando Senador da República.

Ele mesmo diria: "O verdadeiro Cirurgião não se impõe, só e só pela habilidade manual, mas por um complexo de qualidade que a cultura médica, a cultura científica, filosófica e literária estimulam, afeiçoam e requintam, adelgaçando-lhe o entendimento para a prática do miraculoso mister em que as mãos maravilham, refletindo sempre, em cada um dos seus movimentos, a direção superior de espírito altamente cultivado, fino e percuciente na crítica, prolixo no perscrutar, pronto e refletido no decidir, independente e fértil no criar, artista no apuro e no remate da obra empreendida".

Observamos no trecho citado a elegância do seu estilo leve, agradável, persuasivo, didático, envolvente, a "bissetriz perfeita" de que nos fala Vianna Moog ao abordar o estilo de Machado de Assis quando focalizou a descrição do delírio de Braz Cubas cuja página Silvio Romero equiparava às maiores entre as melhores da língua, e Eça de Queiroz sabia-as de cor.

Eis o motivo por que Garcia Moreno, também Letra e Ciência, coração e inteligência" em crônica enaltecadora quando do bisturi de ouro que a classe médica lhe ofertara, no seu jubileu médico, disse "nós queremos, um dia, entregar-lhe, uma pena de ouro." Razão por demais justificada para que as Organizações Culturais, incluindo a Academia Sergipana de Letras a que ele honrou com a Cadeira nº 35, unem-se nesta manifestação centenária pela palavra de um dos seus mais modestos e entusiasmados partícipes.

Ciência e Cultura de mãos dadas.

É que ele, como disse o grande romancista maranhense e glória das Letras nacionais Josué Montelo, falando de Jacinto do Prado Coelho – professor e ensaísta português – "soube ser grande em face de três gerações: a dos seus mestres, a de seus contemporâneos e a de seus discípulos".

Nem sei se a Alma, em outra dimensão, não volta mais. Difícil não me é acreditar que, às vezes ou sempre, ela passeia no ambiente em que viveu, sentimento que nos invade quando contemplamos o seu espaço.

É próprio do pensar, assim pensar.

Rodrigo Otávio ao falar da Casa de Alberto de Oliveira, o primoroso poeta, no qual reuniam-se poetas do seu tempo como: seus próprios irmãos, Olavo Bilac, Afonso Celso, Domicio da Gama, Guimarães Passos disse, no discurso de inauguração da Herma do referido poeta, na Praia do Russel:

*"... E posso afirmar, pelo que conheço do coração do poeta que é também ali que ele está vivendo este momento luminoso, ali, naquele canto que para a sua alma representa tudo quanto amou na vida, tudo quanto a encheu de luz e lhe deu a inspiração e lhe trouxe a glória".*

Assim, cheia de luz, também ali está a alma de Augusto Leite velando pelos seus pobres, no seu Hospital.

A ele, pode-se reproduzir a resposta de Ambroise Pare, o extraordinário cirurgião francês (1510/1590); quando nomeado primeiro cirurgião da Corte; perguntou-lhe Carlos IX se agora não iria tratar o seu Rei melhor do que os pobres.

*"Impossível, Sire!*

*Porquê? Estranhou o Rei.*

*Porque eu os trato como se fossem reis!"*

## O ESCRAVO NOS ANÚNCIOS DE JORNAL DE SERGIPE

Lutz MOTT \*

### INTRODUÇÃO

Dois são os objetivos deste trabalho: 1º) Chamar a atenção dos estudiosos da população para uma importante fonte documental pouco explorada pela demografia histórica – os anúncios de jornal, fonte que após depuração sistemática pode fornecer ricas informações quantitativas e qualitativas sobre inúmeros aspectos da estrutura e dinâmica de nossas populações escravas; 2º) Avançar na caracterização da etno-demografia escrava da Província de Sergipe, trazendo novas informações retiradas agora dos anúncios de jornal.

### OS ANÚNCIOS DE JORNAL: FONTE PARA A ETNO-DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Foi em 1934 que o pioneiro Gilberto Freyre iniciou o estudo dos anúncios de escravos nos jornais do Brasil Imperial: tomando como amostra o Diário de Pernambuco e o Jornal do Comércio (RJ) entre 1825-1888, este Autor demonstrou tanto entusiasmo por esta fonte documental que chegou a propor mais um ramo do saber, "a Anunciologia, uma quase nova ciência!" (1). Embora sempre muito criativo, mestre Gilberto não vai além de generalizações assistemáticas sobre o tema, pois os dez mil anúncios que diz ter consultado permitiriam um tratamento quantitativo bastante sofisticado, tarefa que deixa de fazer. Mais preocupado na interpretação antropológica das características de personalidade e das formas corporais dos escravos colocados à venda ou fugidos, não explora convenientemente o manancial que tais anúncios podem representar como fonte subsidiária crucial para a caracterização demográfica do segmento servil. (2)

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Sócio dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia e de Sergipe.

(1) Freyre, Gilberto. *Os Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros*, SP, 1979.

(2) Goulart, J. A. *De Fuga ao Sulcídio*. Editora Conquista-MEC, RJ, 1972

Renault, D. *Indústria, Escravidão e Sociedade*. Civilização Brasileira, RJ, 1976. Cap. II: "Atos Cruéis e Desumanos".

Mattozo, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. Ed. Brasiliense, SP, 1982.

Uma primeira observação digna de nota é que os anúncios além das fugas ou roubos de cativos, retratam também outros aspectos ligados à comercialização de "gado humano": compra, venda, aluguel, hipoteca e leilão. Embora a fuga seja a notícia mais freqüente – ao menos na imprensa sergipana – os anúncios do comércio de cativos fornecem igualmente riquíssimas informações sobre o valor, habilidades e outros aspectos da demografia da mão-de-obra de origem africana.

Recurso praticado por todos os países escravistas (3), tais anúncios via de regra fornecem minuciosas descrições sobre os escravos fujões, verdadeiros "retratos falados", que numa época anterior à fotografia, constituem a imagem mais fiel que podemos dispor da aparência física e outras características da escravaria. Eis um exemplo dentre os 130 anúncios que nos servirão de guia e que foram recolhidos no **Correio Sergipense**, o principal jornal de Sergipe entre os anos 1838-1864:

*'Fugiu ao abaixo assinado, morador na cidade de Laranjeiras, no dia 19-7-1849, uma sua escrava de nome Hilária, com os sinais seguintes: mulata, cabelo ruim, testa alta, um sinal de talho na testa em cima de um olho, sobrancelhas regulares e pretas, olhos pretos, nariz regular, boca regular, beijos roxos, dentadura sã e dentes iguais, orelhas pequenas, pescoço fino, peitos pequenos e caídos, altura regular, seca de corpo, pés pequenos, dedos curtos, com sinal de panos escuros (micose) pelas apas, representa ter de idade 25 anos, tem de costume quando foje mudar o nome, cuja escrava comprou à Sra. D. Francisca Maria do Espirito Santo, moradora em Itaporanga. Quem a prender e a trazer ao anunciante receberá 30\$000 pelo seu trabalho. Ass. Francisco José dos Santos Cardozo.'* (4)

Além de fornecer informações detalhadas sobre o físico e a procedência étnica e/ou cor dos fugitivos, cuidavam também em salientar os defeitos físicos ou vícios morais, assim como as habilidades profissionais e as circunstâncias e objetos carregados na ocasião da fuga. Eis outro exemplo:

*Na madrugada do dia 9 de junho de 1844, fugiu um escravo de nação Congo, de nome Francisco, com os seguintes sinais: tem uma ferida ou carnosidade em um dos olhos, faltam-lhe dentes na frente de ambos os queixos, principia a ter alguns cabelos*

(3) Mullin, G. W. *Flight and Rebellion. Slave resistance in Eighteenth-Century Virginia*. Oxford University Press, N. Y., 1972.

Everett, S. *The Slaves*. Bison Books, N. Y., 1978.

(4) Doravante indicaremos o **Correio Sergipense** pela abreviatura "CS", seguido do dia, mês e ano onde o anúncio de fuga do escravo foi publicado em Aracaju.

*brancos na cabeça e barba. Fala um tanto apressado e mal o nosso idioma e é muito pródigo em chorar. Este escravo o anunciante o comprou a José Maurício de Santana, morador na vila da Estância, tirando-o da cadeia no dia 8, onde se achava penhorado pelo juízo dos feitos da Fazenda Pública Provincial, por dívida que a mesma Fazenda devia o dito Maurício. Levou a seguinte roupa: camisas de algodão da terra e americano, ceroulas do mesmo e traz calça e véstia azuis e um chapéu de copa alta de carnaúba. Também levou um cobertor de algodão novo. Quem o levar a seu senhor, que reside na Capital de Sergipe, será generosamente pago." (Cs, 15-6-1844).*

Como se pode inferir, um levantamento sistemático destes anúncios permite ao pesquisador interessado no estudo da população servil, reconstituir, minuciosamente e com bastante regularidade inúmeros traços e aspectos deste segmento que as outras fontes - os censos, as cartas de alforria, os testamentos e inventários, as matrículas, as relações nominais, etc - geralmente omitem ou são lacunosos. A saber: sexo, cor, aparência e condição física, naturalidade, residência, estado civil, ocupação, preço, proprietários anteriores. Posto que tais anúncios cobrem praticamente todo território imperial, conclui-se que tal fonte poderá permitir um sofisticado tratamento demográfico em escala nacional, que, com os recursos da informática, hão de trazer informações cruciais e inéditas sobre a famigerada "mancha negra" de nossa história. Que tal começar pelos dez mil anúncios que Gilberto Freyre diz ter coletado e que certamente estão arquivados na Fundação Joaquim Nabuco em Recife?

## **APORTE DOS ANÚNCIOS DE FUGAS DE ESCRAVOS À DEMOGRAFIA HISTÓRIA DE SERGIPE**

Sergipe del Rey, a menor das províncias do Império, embora possuindo base ecológica e estrutura sócio-econômica bastante semelhante à Bahia, no que tange à composição demográfica do elemento servil, revela marcantes peculiaridades. Não dispendo de autonomia para importar mão-de-obra diretamente da África, era sobretudo através de Salvador que os africanos aportavam na Província, sendo por conseguinte, já desde os meados do século XVIII, diminuto aí o número de cativos originários da África, predominando por conseguinte os crioulos e mestiços. Numa amostra de 814 escravos ocupados na la-



voura de mandioca em cinco freguesias sergipanas (1785), encontramos 34% de africanos e 66% de nacionais.(5) Na primeira metade do século XIX, os negros e pardos **ingênuos**, isto é, já nascidos livres, representavam 45,6% da população de cor de Sergipe, reforçando nossa ilação de que certamente se africanos natos nunca ultrapassaram 1/3 de escravaria desta Província nordestina. (6)

Em nossa amostra dos 144 escravos fugidos entre 1840-1864, 1/4 são nascidos em África, predominando os Nagô, Angola, Congo e Gêge. Comparativamente à composição étnica da amostra de 1785, notamos tendência semelhante à observada na importação de africanos pela Bahia, onde o ciclo da Guiné é seguido pelos ciclos do Congo-Angola e do Golfo de Benin. (7) O pequeno número de fujões africanos em Sergipe reflete a nosso ver antes sua pequenez na massa escrava do que a maior conformidade ou inviabilidade destes estrangeiros deixarem o cativo. Se de um lado encontramos, nestes anúncios, negros do Congo ainda "com fala um tanto atrapalhada, grossa e arremçada", ou "ainda pronunciando mal a língua nacional", por outro lado há cativos como Pedro, 18 anos, "nação Angola, bem cuidado que parece crioulo" (CS, 5-5-1849), ou o caso do fujão do Engenho Araçá, em Laranjeiras, também angolano, que é apontado como sendo "bem ladino" (CS, 12-5-1849). Alguns destes negróides traziam estampado no corpo as marcas indeléveis de suas etnias e/ou posição social: "Maria Rosa, nação Nagô, macia e preguiçosa no falar, tem sinais Gêge na cara e sinais bordados no braço direito junto à mão" (CS, 4-10-1854); Romão, 35 anos, nação Congo, "tem sobre o peito, costas e braços os sinais de sua terra, que são uns pequenos quadradinhos" (CS, 22-6-1842). Alguns Nagô são descritos como possuindo marcas tribais Gêge. Digno de nota são as alterações dentárias: quatro dos fujões possuíam dentes limados (pontagudos), sendo dois do Congo e curiosamente, dois nacionais: a parda Isabel e o mestiço Joaquim, demonstrando o quão forte ainda na segunda metade do século passado era a influência estética ou ritual africanas, assimiladas inclusive pelos mestiços. Aliás, tais anúncios fornecem mais elementos informativos sobre os africanismos persistentes na escravaria sergipana: além da língua, muitos cativos carregam consigo traços culturais do continente negro, como três mulheres e um negro que levaram na fuga os cobiçados "panos da costa", usados como turbante, faixa ou mesmo mochila. Um dos africanos, de nome Caciano, fugiu com "uma carapuça na cabeça" (CS, 29-9-1862), quem sabe se não era o complemento do "abadá", o traje islâmico usado pelos Malê na vizinha Bahia? (8) O que pensar do

(5) Mott, Luiz. "População e Economia: Aspectos do Problema da mão de obra escrava em Sergipe", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 28, 1979-1982:19-32.

(6) Mott, Luiz. "Pardos e Pretos em Sergipe: 1774-1851", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 18, 1976:7-37.

(7) Verger, Pierre. *O Fumo de Bahia e o tráfico dos escravos do Golfo de Benim*. Centro de Estudos Afro-Orientais, nº 6, 1966, Salvador.

(8) Reis, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil*. Editora Brasiliense, SP, 1986.

cabra Agostinho, 28 anos, "bom cozinheiro, com uma orelha furada que botava brinco"? (CS, 10-11-1847) Esta argola seria um enfeite típico de sua nação originária, ou uma vaidade feminil de influência lusitana, tão comum hoje em dia entre cozinheiros gays?

Muitos outros detalhes sócio-antropológicos são fornecidos pelos anúncios de Sergipe, embora passemos agora a privilegiar sobretudo os atinentes à demografia histórica, remetendo o leitor interessado à citada carta de G. Freyre

Quanto à composição deste segmento populacional no tocante à cor, temos 68% de pretos para 32% de pardos fugitivos – porcentagem idêntica à encontrada no cômputo geral dos escravos de Sergipe constante no "Mapa Exato da População de 1834" (Mott, 1976:36-37). Nos anúncios os negros aparecem referidos com os seguintes qualificativos: muito preto, bem preto, crioulo, crioulo retinto, fula (cor baça). Os mestiços, por seu turno, assim eram chamados: pardo claro e escuro, mulato, mulato claro, cor de formiga, alaranjado, cabra. (9)

Ao todo são 144 os escravos fugidos: 36 mulheres (25%) e 108 homens (75%). Apresentando Sergipe em média uma superioridade de apenas 8,4% de cativos do sexo masculino face ao feminino, (54,2% de homens para 45,8% de mulheres), a superioridade de 50% dos fugitivos homens faz-nos conjecturar que para estes a condição servil devia ser mais cruel e insuportável, ao mesmo tempo que as peripécias e riscos da fuga tornavam tal decisão mais dificultosa para o chamado "sexofrágil". Tendência, aliás, também observada alhures, pois nos Estados Unidos, entre 1736-1801, de um total de 1280 fugitivos anunciados nos Jornais da Virgínia, 89% eram homens, as mulheres representando tão somente 11% (Mullin, 1972:40).

Embora predomine em Sergipe a fuga individual, por vezes os escravos escapam em pequenos grupos: há três anúncios de dois escravos fugidos juntos, um magote de três negros, três de um homem e uma mulher e dois de duas mulheres. Nestes casos, geralmente os desertores apresentavam certas similaridades, como pertencerem à mesma etnia, ou serem ambos crioulos ou de idade próxima. Às vezes são parentes: Guilherme, 18 anos, "crioulo um tanto prozista e ar alegre", escapuliu levando sua irmã Marta, 13 anos, "bastante magra, fala fina e vaidosa" (CS, 12-3-1842); Mariana, 40 anos, africana "com princípios de cabelo branco e fala sofrível", bateu em retirada com a filha Geneveva, 14 anos, a qual "principia a apontar os bicos do peito e tem um ar um pouco tristonho." (CS, 18-10-1854). Alguns abandonavam a senzala, parece, por razões sentimentais, como o cabra-acabocladado João, 30 anos, que carregou consigo Agostinha, 18, crioula fula, "com peitos ainda de pé" (CS, 10-1-1855). O africano Benedito, diz o anúncio que o

(9) Mott, Luiz. "Branços, Pardos, Pretos e Índios em Sergipe: 1825-1830", *Anais de História* (Assis), ano VI, 1974:139-184.

motivo da deserção foi "uma tal Perpétua, sua amásia." (CS, 21-10-1854).

Se de um lado o escravismo não discriminava idade na exploração do trabalho dos africanos e seus descendentes – aproveitando esses infelizes desde a puerícia até proveccta velhice, a fuga, por seu turno, imitou-lhe o proceder: o desejo da liberdade perpassa todas as idades. Encontramos na terra sergipana negrinhos que desde os 13 anos caíram no mato, quer isoladamente, quer junto de outros, 21% dos fugitivos tinham de 13 a 19 anos. É contudo na flor da idade, dos 20 aos 29, que mais o desejo da liberdade tentava a escravaria. Como a esperança de vida era bastante reduzida nesta população de trabalhadores forçados, a velhice com seus achaques e doenças devia inibir cedo as esperanças da liberdade através da fuga, quem sabe, deslocando a partir dos 40 a expectativa dos pretos e pretas velhas para através da alforria, comprada ou ganha, conseguirem a tão desejada libertação do cativo: apenas 17% desses evadidos ostentava idade superior a 40 anos. O mais idoso fujão desta lista foi o negro Gregório, "70 anos pouco mais ou menos, sem dentes, tem por costume andar bulindo com os queixos como quem masca fumo." (CS 7-5-1864). Devia ser ainda economicamente ativo, pois seu senhor prometeu "a quem o pegar e trazer no seu sítio Bomfim, boa recompensa."

Possuindo Sergipe vida urbana extremamente simples e diminuta, poucos eram os escravos dedicados a misteres citadinos, como se observa nos anúncios de jornal das maiores cidades do Império. Reflexo do ruralismo dominante, é a predominância dos escravos fugidos de engenhos e sítios, alguns referidos como trabalhadores do eito e em menor número, em ocupações domésticas. É de S. Cristóvão, a capital de Sergipe até 1855 e das vilas circunvizinhas donde há mais anúncios de negros fujões: Laranjeiras, Santo Amaro, Maroim, Socorro, Aracaju, seguidas das localidades situadas no sertão ou no sul da Província: Estância, Lagarto, Itabaiana, Simão Dias. Não há referência a nenhum escravo de ganho ou de aluguel, aguadeiro ou de arruar: dentre os fujões com especialização profissional, o mais comum eram os sapateiros, que aparecem em 11 anúncios, seguidos de 4 carpinteiros e de um canoeiro e um alfaiate. Apenas 16% destes escravos são identificados como possuindo tais habilidades, sendo digno de destaque o fato que nove destes revelavam mais de uma especialização profissional: há três sapateiros que também eram: um cozinheiro, outro mestre de açúcar e o último charuteiro; um mestre de açúcar era também pedreiro; um caldeireiro exercia também o ofício de carpinteiro; estoutro era cozinheiro e lacaio. A mulata Luiza, 40 anos, sabia "cozer, bordar, tecer, lavar, engomar e é cozinheira" (CS, 8-7-1854); Joaquim, 25 anos, mestiço "é oficial de alfaiate, muito curioso a outros ofícios, bem como ao de pedreiro e carpinteiro." (CS, 25-10-1862). Mais dotado de todos era o crioulo Firmino, que fugido do Rio de Janeiro, sua senhora supunha

estar escondido em Sergipe: "é perfeito criado e copeiro, entende de cozinha, lava, engoma, coze e anda bem a cavalo" – uma verdadeira amazonas! (CS, 30-5-1860). Também dignas de ressalva são algumas habilidades pessoais da escravaria nesta pequena província nordestina; dentre os evadidos há três escravos alfabetizados: o cabra Carlos, 25, "escreve alguma Coisa" (CS, 31-5-54), e já citado mestiço Joaquim, 25, "sabe ler e escrever" e finalmente Claudino, 28 anos, crioulo, "apesar de pegar na pronúncia da letra 'R', é muito retórico, sabe ler e escrever" (CS, 12-4-54). Em Sergipe, pelo Decreto nº 13 de 20 de março de 1838, proibia-se freqüentar as Escolas Públicas "os africanos quer livres, quer libertos", não obstante, já em 1850, de um total de 1980 alunos matriculados nas 50 escolas desta Província, 31 eram da cor negra (10), havendo desde 1848 uma parda, filha de libertos, entre as candidatas ao cargo de professora de Primeiras Letras de meninas na vila do Rosário do Catete (Mott, 1976:21). Com toda certeza aqueles três fujões alfabetizados aprenderam os segredos da escrita nas casas de seus senhores posto que não se permitia aos escravos sentar nos bancos escolares.

Outra habilidade de alguns dos escravos escapulidos tinha a ver com o lazer: o crioulo Francisco, de Estância, é descrito como "muito retórico e contador de histórias, toca sofrivelmente guitarra e alguma coisa viola, e canta suas cantatas." (CS, 18-1-1854); Luiz, "cor formiga, 15 anos, muito ladino, alegre e contador de história" (CS, 18-10-1854) – no caso deste, apontam-lhe outro detalhe: "gosta de batuques", subentendendo-se por este termo tanto os rituais religiosos realizados ao som de atabaques, os "xangôs", quanto divertimentos profanos igualmente animados ao som dos tantãs.

Através de alguns destes anúncios podemos detectar certos indícios que parecem comprovar a afirmação de D. Marcos Antonio de Souza, ex-vigário da freguesia sergipana do Pé-do-Banco, de que nesta província, os escravos eram melhor alimentados e tratados com mais humildade do que os da vizinha Bahia (11): muitos negros destes anúncios são referidos como "grossos", i.e., gordos, outros são "bem aparecidos", inclusive africanos, como o angolano Pedro, "bem cuidado que parece crioulo". Algumas negras destacam-se por serem bonitas, vistosas, limpas e bem cuidadas, como a crioula fula Eugênia "de corpo proporcionado, traz os cabelos altos por diante" (CS, 10-3-1848) ou a parda Isabel, 40, "cabelo pouco encarapinhado e alguns brancos, enseba-os e os reparte em frente" (CS, 10-3-1854). Também os escravos alimentavam certas vaidades: Brás, 30, costuma amarrar um lenço na cabeça; Romão, escravo do Juiz de Direito de Laranjeiras, nação Congo, além dos dentes limados tinha "suissas curvas chegadas aos

(10) Nunes, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Paz e Terra, SP, 1984:265.

(11) Souza, M.A. *Memória sobre a Capitania de Sergipe*. IBGE/DEE, Aracaju, 1944.

cantos da boca" (CS, 22-6-1842). Neste particular, nossa amostra contradiz a opinião de Gilberto Freyre quando defende terem predominado no Brasil os negros eugênicos do tipo longilíneo: em Sergipe, apenas 20% dos fujões de ambos os sexos são referidos como altos, os restantes, apontados como baixos ou de estatura regular.

A maior parte dos anúncios revela o lado feio e desumano do escravismo, a tal ponto que Joaquim Nabuco, no seu **O Abolicionismo** assim se expressou: "Não há documento antigo, preservado nos papíros egípcios ou em caracteres góticos, nos pergaminhos da Idade Média, em que se revele uma ordem social mais afastada da civilização moderna." (apud Freyre, 1979:XI). Para o caso de Sergipe, há provas incontestáveis de que também a crueldade extrema aí grassou desvariada: alhures divulgamos o abominável episódio de um senhor residente dos lados do S. Francisco que nos idos de 1678 matou de açoites um seu moleque por ter cometido o pecado de sodomia (12). Suspeitamos, contudo, que as dificuldades de importação de africanos e o número reduzido de escravos por propriedade, tenham forçado os senhores sergipanos a tratarem seus cativos com mais cuidado do que nos lugares onde mais facilmente substituídos e abundantes. Reforça tal ilação o fato de que apenas quatro destes fugitivos ostentavam sinal de chicote e castigos: Felix, crioulo bem preto, "tem nas costas uma malha proveniente de surra e levou consigo uma boa escrava, Joaquina, mestiça clara, com um sinal de costura na garganta de golpe de ferro" (CS, 12-3-1845). Destes, quem mais apanhou e ficou marcado foi o já citado Luiz, cor de formiga, que, nos seus 15 anos de vida, já ostentava indelével, as marcas de suas desobediências e tiranias senhoriais: "tem sinais de chicote pela barriga, costas e pescoço, parecendo-se aquelas com cicatrizes de fogo." O excesso do castigo parece ter sido o móvel da fuga do mulato Agostinho, do Engenho S. José, vila do Rosário: "foi há pouco surrado." (CS, 17-7-1860).

Muitos escravos ostentavam feias marcas, cicatrizes, aleijões e achaques provocados por acidentes de trabalho: dedos ralados na roda de mandioca, coices de animais, falta de dedos nos pés devido a golpes de machado, queimaduras diversas provavelmente adquiridas em acidentes nos tachos de açúcar, alambiques ou em fogões de lenha, caroços, cicatrizes e arranhões por todo o corpo, resultado de acidentes nos trabalhos dentro das matas, brejos e lavouras. Desde os tempos do Padre Vieira e Padre Benci que alguns colonos mais sensíveis comparavam a labuta e o corpo dos escravos aos sofrimentos da paixão do Cristo: os anúncios do Correio Sergipense revelam mais de uma dezena de escravos doentes e achacados, constituindo tal fonte importante manancial para o estudo da história sanitária deste segmento demográfico. Começemos pelos pés dos escravos: como o uso de sapato era

---

(12) Mott, Luiz, "A Inquisição em Sergipe", 1985 (no prelo, Aracaju, Sergipe).

reservado aos cidadãos livres, freqüentemente os anúncios referem-se aos pés dos cativos como grossos, rachados, malfeitos, com bicho, fora de articulação, inchados, com cravos dificultando o andar. Alguns são mancos ou faltos de alguns dedos. Os joelhos são descritos como grossos ou inchados, as pernas zambros: um deles, "quando caminha cai a banda para os lados carregando para o esquerdo." Certos têm a virilha quebrada e algumas negras só podem "caminhar muito descansado", certamente por causa de reumatismo ou problemas ortopédicos. É contudo na epiderme que mais se notavam os efeitos de várias doenças; muitos mostravam a cara, pescoço e apa cobertos de "pano", uma dermatose ainda muito comum no Nordeste (pitiríase versicolor). Outro tanto tinha sinais de bexiga (varíola) por todo o negro corpo, ou "cicatrices de bichas". As mãos calejadas destes trabalhadores forçados ostentavam marcas doentias: dedos aleijados, ralados, rombudos, faltos de unhas causados por panariz, unhas podres e comidas por "afometação", mãos sarnentas, dedos bichentos. Vários são os que têm sinais na cabeça: cicatrizes, queimaduras, falta de cabelo devido a feridas ou cutiladas, orelhas cortadas, carnosidade no queixo ou bochecha provenientes de dor de dente ou feridas. Dentes podres ou falta de dentes também se repetem miudamente. Os olhos destes escravos espelham facetas subjetivas das vidas destes infelizes: são fundos, amortecidos, vagarosos; às vezes referidos como esfumaçados ou vermelhados. Alguns defeituosos; há vesgos outros com carnosidades e feridas oculares.

Outro aspecto constante nos anúncios que revela faceta íntima dos escravos é a sua fala. Ao tratar dos africanos antecipamos que alguns dos fujões "mal pronunciavam" a língua de Camões, enquanto outros falavam "bem explicado" e "desembaraçado". Vários são os gogos, como o crioulo do Padre Ferreira Castro do Engenho Serraria (CS, 24-7-1853), ou o Nagô Antonio, "bastante ladino e bem apessoado, que quando tem raiva fala gaguejando." (CS, 14-9-1842). Freud explica.

Diversos são os desertores apontados por seus proprietários como possuindo incorreções de conduta ou vícios: o mulato Pedro, "de cor bem clara que parece até branco, cabelos corridos, tem fala fina e é muito mentiroso e ladrão" (CS, 3-11-1849). Antonio Congo, 38 anos, "é tomador de tabaco e cachaça" (CS, 1-7-1840) e o crioulo Pedro, 28, "bebe muita aguardante e toma tabaco e quando está um pouco bêbado, fica muito gracioso." (CS, 12-6-1861). Há os que são apontados como preguiçosos, ladrões, sonsos e vários demonstram no semblante a infelicidade da condição servil: o congo Francisco, 40, do Engenho Beija Flor "é muito pródigo em chorar" (CS, 15-6-1844); a moleca Genoveva, apesar de seus 14 anos, "tem um ar um pouco tristonho" (CS, 29-12-1847); o mulato Serafim, 20, "é um tanto carrancu-

do" (CS, 2-10-1855); o pardo Vicente, apesar de bem parecido, "tem olhar umas vezes carregado e outras jovial" (CS, 15-1-1859).

Estaríamos faltando à objetividade se omitíssemos certas evidências de que os escravos sergipanos pareciam estar – alguns – conformados ou mesmo adaptados à triste condição em que viviam: o supra-citado Vicente entremeava sua carranquice com jovialidade; o crioulo Paulo, asmático, é apontado por seu proprietário como sendo "muito cortês" (CS, 9-8-1848); o moleque Sanção, 18, salientou-se por ser "um tanto gaiato no falar" (CS, 14-3-1849). Vários são referidos como alegres. Contudo, o fato de terem fugido obriga-nos a relativizar a pseudo-conformidade destes "bons escravos" e interpretá-la, quiçá, como camuflagem longamente arquitetada a fim de despistar as atenções senhoriais e facilitar-lhes a fuga.

O próprio abandono da propriedade suscita uma série de indagações ao pesquisador, alguns ainda sem resposta. Por exemplo: qual a percentagem de escravos fugidos que eram anunciados nos jornais de Sergipe? Encontramos entre 1840-1864 em média apenas 5 anúncios por ano neste que foi o principal periódico sergipano, taxa que consideramos muito baixa se levarmos em conta que neste período a Província deveria contar por volta de 40 mil escravos e 150 mil habitantes livres (Mott, 1982:21). Sempre tentando vislumbrar o significado numérico dos escravos anunciados face ao total dos fugitivos, contabilizamos o tempo que os senhores levavam para dar publicidade do desaparecimento de seus cativos: de um total de 111 informações disponíveis, apenas 5 deram a notícia do nome e característica dos fujões no dia seguinte, 21 dos senhores dentro de uma semana, 60 no prazo de um mês, 23 entre 2 meses e um ano. Provavelmente a maior parte dos senhores desprezavam tal recurso, apesar de custar poucos réis: conversas e promessas de viva voz feitas aos Capitães do Mato, Delegados de Polícia, Milicianos e com a vizinhança talvez resultassem melhores e mais certas capturas. Notável e sintomático é que uma vintena destes proprietários anunciantes possuía patente militar: Major, Capitão, Coronel, Comandante, estando entre tais senhores também quatro sacerdotes e um Juiz de Direito. Um dos escravos fugidos pertencera anteriormente ao Barão de Itaporanga, importante personagem na história sergipana. O que vale dizer: tais proprietários deviam possuir importantes e extensas redes sociais que passavam a ser acionadas na captura dos fugitivos.

Há senhores que não perdiam a esperança nos anúncios, como o herdeiro do casal Luiz Pereira Ribeiro, de Estância, cujo escravo Francisco figura "há 9 anos mais ou menos" (CS, 18-1-1854). Há escravistas de outras Províncias que anunciavam no Correio Sergipense, não só das limítrofes Bahia e Alagoas, mas de Paraíba e do Rio de Janeiro: com o incremento do tráfico inter-provincial muitos foram os cativos que retornavam para suas regiões de origem.

Encontramos o maior número de anúncios de escravos fugidos nos seguintes anos: 1849 (19), 1854 (16) e 1853 (14): escapam-nos as razões destes ápices, assim como são tênues as explicações para a variação do número de fugas ao longo dos diferentes meses do ano: notamos todavia pequeno aumento nos meses de plantio da cana em comparação com o período da safra. Tais são os motivos destas escapulidas apontadas no Correio Sergipense: maltratos, desejo de voltar para um antigo senhor ou para o local originário da parentela, razões "do coração", sonho de liberdade.

Vários são os escravos que escolhem dias especiais para a concretização deste designio tão cobiçado: 1º do ano, quinta-feira maior, ou então, a calada da noite ou madrugada. Aliás, também foi nos dias festivos que muitas das revoltas de escravos se concretizaram, tanto na Bahia quanto em Sergipe, aproveitando-se os oprimidos da distração dos opressores. Isoladamente ou em grupos de até três pessoas, lá vão os desertores levando consigo uma série de objetos, no mais das vezes, roupas, que são minuciosamente indicadas pelos proprietários a fim de auxiliar os caçadores de fujões. Alguns saem apenas com a roupa do corpo, como o crioulo Marcos, 20 anos, "que levou apenas camisa e celoura de algodão da terra" (CS, 22-3-1854), ou como o pardo Vicente, 20, "que deve andar com pouca roupa visto não ter podido carregar a que tinha guardada" (CS, 15-1-1859). A alguns faltavam partes essenciais do vestuário, p.ex. as calças, calções ou ceroulas, levando-nos a concluir que tangas ou faixas substituíam aquelas, cobertas com as fraldas das camisas. Outros carregavam muita roupa, quiçá roubada de seus senhores: várias camisas, calças, ceroulas, jaquetas, chapéu, panos. Embora predominem roupas confeccionadas com tecidos grosseiros – algodão da terra ou da fábrica de Valença (BA), estopa, consom também indumentárias de baeta, morim, algodão americano, azulão, chita, zuarte, brim, riscadinho, lã e cassa. Vários trazem jaquetas e chapéus, variando o material destes entre palha, baeta, de pelo preto, de lebre ou couro. Dois tinham bonés, sendo um de marinheiro inglês. As cores predominantes nas roupas destes escravos eram: branco, preto, verde e riscado. As negras, por seu turno, vestiam-se com mais colorido: suas saias eram de chita cor de rosa com flores vermelhas, de zuarte azul ou com ramagens, de riscadinho, de chita amarela francesa, de chitão. Por cima da saia – que devia vir até os pés, rodadas tal qual ainda hoje vestem as filhas de santo nos xangôs de Sergipe – traziam camisas de cassa em quadros, de brim, de riscadinho da Bahia, de madastro: algumas dessas peças são descritas como já desbotadas ou remendadas. Várias são as negras que carregaram os cobiçados "panos da costa": branco, azul. Nem todos eram tecidos de fato na Costa d'África: um deles, listrado de vermelho, era "pano da costa inglês". Há mesmo uma fujona que trazia um chale francês, talvez surrupiado de sua sinhá-dona.



Alguns fugiam calçados, inclusive com botas, e uma dezena levou uma trouxa nas costas, ou mesmo um surrão de couro: "André, crioulo, 20 anos, sobancelhas fechadas, levou vestido uma calça preta e uma jaqueta nova de chita preta e um chapéu de palha, levando às costas um surrão com mais roupa e uma baeta incarnada" (CS, 2-9-1848); Luiz, cabra de 30 anos, levou "um machado no ombro com uma trouxa" (CS, 4-10-1854), fazendo figura igual ao clichê que em muitos jornais do Brasil e exterior costumavam colocar no cabeçalho dos anúncios dos fujões. Rede de dormir é outro pertence carregado por alguns cativos de Sergipe, demonstrando que certos desses descendentes dos selvícolas africanos não dispensavam a comodidade de dormir balançando-se: o cabra Matias além da rede não esqueceu do lençol (CS, 4-5-1844) e o congo Francisco. "cobertor de algodão novo." Apenas uma escrava é acusada de ter roubado dinheiro no momento da fuga.

Diversificadas são as estratégias dos fugitivos para evitarem ser reconhecidos e recambiados às suas senzalas de origem. Muitos mudam de nome: o africano Messias apresentava-se como Joaquim (CS, 9-4-1842), Luiz cabra "consta que chama-se ora João Maurício, ora Luiz Ramos" (CS, 2-9-1848). Alguns inventam também novo nome para seu senhorio: o angola Afonso "costuma dizer que se chama João e o seu senhor Paxeco" (CS, 30-9-1848). Tais anúncios servem também como fonte complementar para o estudo da onomástica escrava: apenas 5 destes 144 cativos não tiveram seus nomes declinados pelos proprietários, revelando que até mesmo os africanos boçais já eram identificados com nomes cristãos.

Às vezes o disfarce é sutil: o cabra Brás amarrava um lenço na cabeça para ocultar a falta de uma orelha (CS, 29-1-1853); um outro fazia-se passar por "apatetado". Diversos apresentam-se como forros, posto que já desde a primeira metade do século XIX, 50,5% dos habitantes de Sergipe era constituída de pardos e pretos livres. É o caso do crioulo Adriano, 25, "dizem que vende na feira e que tem trabalho no serviço do canal Pomonga, onde se diz forro" (CS, 18-10-1854); José Crioulo, 30, "bastante conversador, anda com papéis falsos de alforria" (CS, 3-11-1860), quem sabe, conseguidos com algum escravo alfabetizado.

Importante regularidade aparece nestes anúncios: parte significativa dos escravos foge a fim de retornar a seu antigo senhorio, ou então, dirige-se ocultamente para a propriedade de um senhor por quem desejam ser comprados, seja para escapar de maus tratamentos, seja para unir-se a algum ente querido. Às vezes havia participação dolosa de um pretendente comprador que estimulava a fuga e encobertava o cativo até realizar seu desiderato, ambas contravenções puníveis criminalmente. Certos senhores, talvez sabendo desses antecedentes, no próprio anúncio manifestam sua disposição de desfazer-se do fugitivo.

“O anunciante não duvida em vender o mencionado escravo à pessoa que o pretender” (CS, 11-4-1842). Dona Maria Francisca do Amparo, de S. Cristóvão, dizia: “Aparecendo quem queira comprar o cabra fugido, se venderá” (CS, 10-11-1847). Outra escravista, D. Águeda Maria do Espírito Santo tendo perdido seu mestiço Eufrásio, assim publicou: “Consta que o dito escravo fora desencaminhado por pessoa mal intencionada que ocultamente o pretende vender para o Rio Grande” (CS, 29-3-1854). O proprietário do Engenho Mato Grosso não titubeia em apontar os nomes dos suspeitos criminosos: “Consta que meus escravos Josão e Agostinha foram seduzidos pela senhora D. Rosa Luiz d’Andrade Maciel, a quem o anunciante os comprou” (CS, 10-1-1855). Outra acusação de sedução refere-se a um cativo da vizinha província das Alagoas, suposto estar escondido em Sergipe: trata-se do crioulo Hirênio, que além das “cicatrices provenientes de chicote, levou consigo um cavalo russo capado e passeiro, constando ao anunciante que fora o dito escravo seduzido pelo alemão F.O.F. Rud, de quem trouxera uma guia para seu livre transporte à cidade do Maroim. O anunciante está colhendo as precisas provas para proceder na forma da lei” (CS, 9-3-1861). Como este, são muitos os proprietários que ameaçam “como todo rigor da lei” processar os culpados, seja “o malicioso desencaminhador”, seja os que ocultam dolosamente escravo alheio. A estes, os anúncios chamam de “padrinhos”: Francisco, crioulo de Estância, era protegido por pessoas da vila de Campo do Brito e “quando é procurado, retira-se ou esconde-se, apadrinhado que está por ali” (CS, 10-1-1854). Outros previnem que os “padrinhos” além do processo contra suas pessoas, terão que saldar os gastos com a ausência do fujão. O dono do Engenho Belém dizia: “consta estar meu crioulo Lúcio escondido em poder do Senhor que o vendeu ao anunciante, o qual protesta haver do mesmo os dias de serviços que decorrem até sua entrega, bem como todo e qualquer prejuízo que possa ocorrer” (CS, 26-1-1845). É o Padre João Antonio Figueiredo Matos, da freguesia de Simão Dias, que esclarece em seu anúncio o valor que iria cobrar pela diária de seu escravo ausente: 1\$600 reis (CS, 2-12-1858). Valor, diga-se de passagem, um tanto quanto exagerado, pois na capital da Província, pagava-se nesta mesma época, “a serventes reforçados, forros ou cativos o jornal diário de \$880 reis” (CS, 12-3-1859).

Certas vezes os senhores não tinham certeza se o desaparecimento de suas “peças” era devido a furto ou fuga: como o Sr. José Antonio Leite, da vila de Capela, que anunciou assim: “No dia 27 de junho, pelas três horas da madrugada, dois sujeitos a cavalo furtaram uma sua escrava, Luiza, nação crioula, prenha de 6 a 7 meses, de idade de 15 a 16 anos, bem parecida, levando consigo sua roupa azul e limpa, com 50\$000 em dinheiro e 16 a 20\$000 em moedas de prata que furtou do anunciante por ser induzida talvez pelos ditos ladrões, pois que não era de seu costume” (CS, 20-8-64). No Arquivo Público do Estado

de Sergipe há algumas denúncias de ciganos envolvidos com o roubo e comércio doloso de escravos, assim como pelo "desastroso crime de reduzir à escravidão pessoa livre" (13).

Muitos anunciadores prometiam recompensar tanto a quem desse notícia certa sobre o paradeiro dos desaparecidos, quanto aos que os trouxessem às suas presenças. Os termos mais usados são: pegar, prender, agarrar – e devem ser brandos se comparados com a crueldade como deviam ser tratados os fujões quando capturados, após dias de trabalho perdidos, gastos com recompensas, etc. Vários proprietários indicam diversas localidades alternativas onde poderiam ser recebidos os transfugas: o Sr. José Fernandes de Oliveira Guimarães, residente no Aracaju, dá os nomes de seus agentes em Maroim e Laranjeiras; quem prendesse o mulato Joaquim fugido da Bahia, podia devolvê-lo e receber a recompensa em Aracaju, Laranjeiras, Lagarto, Itabaiana ou no Lagarto (CS, 24-7-1861). Em muitas localidades, indicava-se o nome do Vigário local como a pessoa encarregada de receber os capturados, mais uma prova do aval e comprometimento do Clero católico com a hedionda escravidão. Alguns senhores prometiam em troca da devolução "recompensas", outros "recompensas generosas", vários especificam o quando estariam dispostos a beneficiar quem devolvesse seus negros ao cativo: encontramos fazendeiros oferecendo 20\$000 de prêmio, independentemente da idade e sexo dos desaparecidos, sendo porém mais comum a oferta de 50\$000, quantia que pareceu-nos muito reduzida pois equivaleria ao salário de 12 a 30 dias de trabalho, de 5 a 10% do valor médio dos cativos. Quanto mais tempo desaparecido, mais os senhores mostram-se dispostos a aumentar o prêmio, chegando a ser oferecido 100\$000 por um negro corcunda sumido há 3 anos, 200\$000 por um mulato sapateiro escapulado há 5 anos e 400\$000 em troca do negro fula, bom serviçal, fugido do Rio de Janeiro. Da mesma forma, desde o século XVIII, como já previa o regimento dos Capitães do Mato, o valor da recompensa variava também em função da distância onde se efetuava a captura, contabilizando-se aí os gastos com o transporte e alimentação: o proprietário do escravo Agostinho, do Engenho São José, no Rosário do Catete, oferecia por seu fujão 100\$000 nesta Província ou em outra qualquer do Império, 200\$000 (CS, 17-7-1860). Nesta época, uma escrava "própria para serviço de casa" ou um crioulo de 16 anos, "ótimo carreiro" valiam 700\$000 (CS, 1-10-1853), portanto, as recompensas podiam oscilar de 3,5% até mais da metade do valor destes escravos.

Aqui encerramos esta incursão pelos anúncios de escravos fugidos da Província de Sergipe. Dada a pequenez da amostra, consideramos este trabalho apenas a ponta do iceberg, esperando que outros pesquisadores lancem mão desta fonte documental, aumentando o universo e depurando-a através de metodologia mais sofisticada. Sua

contribuição para o conhecimento da demografia escrava pode ser muito grande e levando-se em conta sua extensão documental e a facilidade da coleta deste material – todo impresso – só nos resta aguardar que alguma equipe realize tal levantamento e sistematização em nível nacional. Isto talvez possa ser feito sem ter-se de sair do Rio de Janeiro, pois a Biblioteca Nacional possui coleções de periódicos mais completos que as próprias províncias de origem.

## PÁGINA DA SAUDADE

Sócios, que integravam o quadro Social do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, falecido de 1983 até a presente data.

Dr. Abelardo Barreto do Rosário  
Prof. Antonio Simões dos Reis  
Dr. Clóvis Conceição  
Monsenhor Eraldo Barbosa  
Tenente Damião Mendonça de Santana  
Sociólogo Gilberto Freyre (sócio correspondente)  
Dr. Jaime Araújo  
Dr. João Cardoso Nascimento Júnior  
Dr. João Marques Guimarães  
Dr. Joaquim Ribeiro  
Dr. José Aloísio de Campos  
Jornalista José Antônio Nunes Mendonça  
Dr. José Fernandes Prado Vasconcelos  
Dr. José Guimarães (sócio correspondente)  
Dr. José Hermenegildo da Cruz  
Prof. José Noronha Moura  
Dr. José Olino Lima Neto  
Prof. Jugurta Feitosa Franco  
Dr. Leandro Maynard Maciel  
Dr. Manoel Ferreira da Silva Neto  
Dr. Marcos Ferreira de Jesus  
Prof<sup>a</sup> Norma Monte Alegre Reis  
Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (sócio correspondente)  
Dr. Severino Pessoa Uchôa

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
As culturas de subsistência em Sergipe - a farinha de mandioca MARIA THÉTIS NUNES .....	11
O Governo Gracho Cardoso e as experiências inovadoras na lavoura algodoeira em Sergipe (1922 - 1926). DIANA MARIA DE F. L. DINIZ .....	25
A Tupimania na Historiografia Sergipana BEATRIZ GÓIS DANTAS .....	39
Malhador e o Sistema cooperativista no campo ADELCI FIGUEIREDO SANTOS .....	51
Introdução à História do Direito Provincial Sergipano JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES .....	61
Teófilo Dantas, um intendente de Aracaju FERNANDO FIGUEIREDO PORTO .....	75
O Comício Agrícola do Sul de Sergipe (breve notícia sobre a tentativa de defesa dos interesses dos agricultores) LUÍZ FERNANDO RIBEIRO SOUTELO .....	87
O Ideal Anarquista em "O Operário" 1896 JORGE MARCOS DE OLIVEIRA .....	91
Florentino Telles de Menezes (notas para sua biografia) EMMANUEL FRANCO .....	101
Um importante documento Histórico (Séc. XVIII) MARIA DA GLÓRIA S. DE ALMEIDA E JOSEVANDA MENDONÇA FRANCO .....	105

Homenagem ao Dr. AUGUSTO CÉSAR LEITE em seu Centenário de nascimento.	
ANTÔNIO GARCIA FILHO .....	127
O escravo nos anúncios de Jornal de Sergipe	
LUÍZ R.B. MOTT .....	133
Página de Saudade .....	149